

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ELAINE ZAMBON CARIOCA DAMASCENO



IMIGRAÇÃO SEM LAR: CONFLITO RELIGIOSO NA REGIÃO DO VALE DO RIO
DOCE – ES (1930-1945)

ELAINE ZAMBON CARIOCA DAMASCENO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 22/06/2015.

IMIGRAÇÃO SEM LAR: CONFLITO RELIGIOSO NA REGIÃO DO VALE DO RIO

DOCE – ES (1930-1945)

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

Trabalho Final de Mestrado
Profissional Para obtenção do
grau de Mestre em Ciências das
Religiões Faculdade Unida de
Vitória Programa de Pós-
Graduação Linha de pesquisa:
Religião e Esfera Pública

Orientador: José Mário Gonçalves

Vitória
2015

Damasceno, Elaine Zambon Carioca

Imigração sem lar / Conflito religioso na região do Vale do Rio Doce – ES (1930-1945 / Elaine Zambon Carioca Damasceno. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

viii, 100 f. ; 31 cm.

Orientador: José Mário Gonçalves

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2015.

Referências bibliográficas: f. 95-100

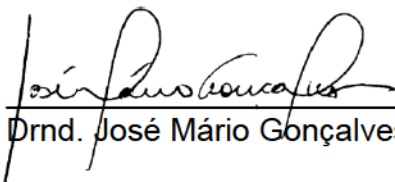
1. Ciências das religiões. 2. Religião e esfera pública. 3. Imigração italiana e alemã. 4. . 5. Religiosidade. 6. Conflitos étnicos. 7. Conflitos religiosos. 8. Era Vargas. 9. Nacionalização. 10. Segunda guerra mundial. - Tese. I. Elaine Zambon Carioca Damasceno. II. Faculdade Unida de Vitória, 2015. III. Título.

ELAINE ZAMBON CARIOCA DAMASCENO

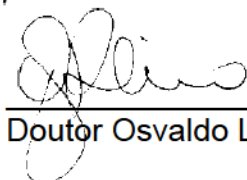
IMIGRAÇÃO SEM LAR: CONFLITO RELIGIOSO NA REGIÃO DO VALE DO RIO
DOCE – ES (1930-1945)

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

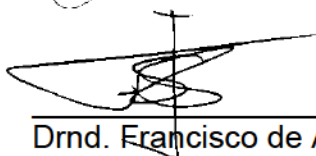
Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões no
Programa de Mestrado Profissional em
Ciências das Religiões da Faculdade Unida
de Vitória.



Drnd. José Mário Gonçalves – UNIDA (presidente)



Doutor Osvaldo Luiz Ribeiro – UNIDA



Drnd. Francisco de Assis Souza dos Santos – UNIDA

RESUMO

A chegada dos grupos étnicos no Brasil Império trouxe novos moradores para uma terra que precisava ser ocupada e explorada. Os imigrantes italianos e alemães podem até ter histórias de sofrimento parecidas em suas pátrias: fome, guerra, falta de perspectivas, dentre tantas outras, mas, aqui em terras brasileiras, o repúdio histórico advindo do passado se tornou mais forte na relação entre “estabelecidos e outsiders”, no qual um grupo é católico, religião histórica do Império e ou outro luterano, religião não aceita pelo governo. Após o período imperial, os conflitos não acabaram e a chegada do período conhecido como Era Vargas e a Segunda Guerra Mundial trouxeram mais disparidades entre os dois grupos. O Nacionalismo instituído pelo então Estado Novo e a explosão do Nazismo na Alemanha só fizeram aumentar os obstáculos para esses imigrantes e seus descendentes.

Palavras-chave: Imigração Italiana e Alemã; Religiosidade; Conflitos étnicos e religiosos; Nacionalização; Era Vargas; Segunda Guerra Mundial;

ABSTRACT

The arrival of the ethnic groups in Brazil Empire brought new residents to a land that needed to be occupied and exploited. The Italian and German immigrants may even have similar stories of suffering in their homelands, famine, war, lack of prospects, among many others. But here on Brazilian soil, the already historic repudiation arising from the past became stronger in the relationship between "established and outsiders," in which a group is catholic, historical religion of the empire and or other Lutheran religion not accepted by the government. After the imperial period the conflict did not end and the arrival period known as the Vargas Era and World War II brought more differences between the two groups. Nationalism instituted by the then new state and the explosion of Nazism in Germany only increased the obstacles to these immigrants and their descendants.

Word-keys: Italian and German immigration; religiosity; Ethnic and religious conflicts; nationalization; Vargas; Second World War;

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por toda a força que me deu, pois, no período do Mestrado, muitas coisas aconteceram, até mesmo, que me levaram a trancar a matrícula e parar os estudos por um tempo. Em segundo lugar, agradeço à minha família; Meu esposo, Fabiano Damasceno que sempre me apoiou, meu filho Gabriel e meus gêmeos, que chegaram em meio ao mestrado (Benjamin e Eduardo).

Agradeço ao meu professor orientador José Mario, que me escolheu para orientar; Num período em que tive muito a aprender e, nas fases complicadas, ele soube me dizer para onde eu deveria olhar.

Agradeço a minha mãe, Oliene Zambom e ao meu padrasto Luiz Carlos da Silva, que sempre se colocaram à disposição de me ajudar, fosse cuidando dos meus filhos ou me levando aos lugares que precisava ir. Também tenho muita gratidão a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram nesta caminhada.

Aos que me deram suporte em Vitória – ES, como Rosangela Vitória e José Queiroz que permitiram eu passar dias e mais dias com eles, também, a Renata Kelly e Thiago Favaro Lima, e a minha irmã Lauren Zambon (que fez a revisão) e meu cunhado Jesiel Fabri que também me deram todo o auxílio, meu muito obrigada a todos.

Em especial ao Pr. Valdemar Gaede, da cidade de Santa Maria de Jetibá, que sem nem me conhecer, presenteou-me com livros e com entrevistas que me auxiliaram a escrever esse trabalho. Também a Angélica Kamke Frederico que cooperou com a busca por fontes.

Enfim, existem muitas pessoas que estiveram comigo durante esse processo: professores, amigos, familiares, alunos, colegas de trabalho, de estudo, todos me sustentaram e contribuíram para meu crescimento como pessoa, estudante e profissional. Agradeço a cada um.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. IMIGRANTES CHEGAM AO ESPÍRITO SANTO	13
1.1 Chegada dos imigrantes italianos na Região de Santa Teresa e região Noroeste do Espírito Santo.....	13
1.2 Religiosidade dos imigrantes italianos de Santa Teresa e região noroeste do Espírito Santo.....	19
1.3 Imigrantes alemães luteranos chegam ao Brasil e ao Espírito Santo.....	21
1.4 Costumes culturais e religiosos dos imigrantes alemães.....	33
2. PERIGO ALEMÃO: BREVE HISTÓRICO SOBRE A ERA VARGAS – CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	41
3. IMIGRANTES ALEMÃES NO ESPÍRITO SANTO SOFREM AS CONSEQUÊNCIAS DA NACIONALIZAÇÃO E DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	66
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	101

INTRODUÇÃO

Meu estudo é sobre o conflito religioso que aconteceu entre os imigrantes italianos e seus descendentes (que vamos chamar de “estabelecidos”) e os imigrantes alemães e seus descendentes (que vamos chamar “outsiders”), quando os dois grupos vivenciam a Era Vargas (1930-1945) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na Região do Vale do Rio Doce no Espírito Santo.

Norbert Elias e John Scotson nos dão uma ótima mostra do que é e como se dá a relação entre “estabelecidos e outsiders”, onde temos o grupo tido e reconhecido como mais poderoso, que possui tradição e influência, e o grupo outsider, que não faz parte, “não são membros da boa sociedade”¹ na qual a dominação e a submissão estão visivelmente ligadas ao posicionamento social e comunitário dado a cada grupo.

Os grupos estabelecidos vêem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os grupos *outsiders*, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam efetivamente sua inferioridade de *poder* como um sinal de inferioridade *humana*².

Com esse estudo, busco entender a dificuldade de relacionamento social e religioso que possam ter ocorrido entre esses dois grupos, modificando, assim, a vida social naquele período e, com isso, tentar compreender melhor o relacionamento atual entre os grupos sociais, já que, o passado interfere nas atitudes do presente. Como diz Lima, “na verdade, o passado, não estanque, algo que acabou e ponto final. Muito do que ocorreu a tempos é o que governa nosso dia-a-dia de hoje”³.

¹ ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000, p. 7.

Norbert Elias e John Scotson, são autores do livro *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. No qual realizaram uma pesquisa sobre relacionamento de grupos - estabelecidos e recém-chegados – na comunidade de Winston Parva, nome fictício dado à pequena cidade próxima a Leicester na Inglaterra que serviu como base de estudo. A pesquisa mostra a relação de poder e submissão entre os moradores mais antigos e o mais novos da comunidade em questão. Por mais que morassem no mesmo local, o estudo aponta que os moradores se dividem por blocos e não se misturam, mesmo trabalhando na fábrica local, com salários e casas parecidas, existe uma relação de superioridade e o sentimento de pertença à comunidade.

² ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 28.

³ LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 19.

O estudo sobre as relações religiosas dos descendentes de imigrantes italianos e descendentes de imigrantes alemães durante o período citado (1930 a 1945) é importante, pois, em primeiro lugar, traz acúmulo de conhecimento sobre o assunto, em segundo lugar, com esse conhecimento histórico e sociológico podemos compreender algumas movimentações sociais e comunitárias da época e da atualidade.

Estudar esse relacionamento ‘estabelecido-outsiders’ é indispensável para a compreensão das relações humanas. Elias e Scotson, afirmam que “a superioridade de poder confere em vantagens aos grupos que a possuem. Algumas são materiais ou econômicas”⁴.

Narcizo relata em seu livro, *Igreja de Imigrantes – Chegada e Mercantilização* que havia duas explicações para a presença de recrutadores brasileiros em terras alemãs: “a ligação da dinastia de Habsburg com a casa real portuguesa e a posterior casa imperial do Brasil, a partir do casamento de D. Pedro com Dona Leopoldina em 1817, e a boa reputação dos alemães como colonizadores”⁵.

Os alemães não “sofreram” com o Governo somente quando chegaram, e o Império permitia cultos apenas reservados, pois o Estado era católico. Além disso, na Era Vargas enfrentaram também as tentativas de “abrasileiramento” da população teuta pelo Governo. Sofreram durante décadas, pois, toda a história deixou marcas na comunidade Luterana e são sobre essas marcas que busco tratar.

Pessoas, famílias que sofreram com o repúdio e preconceito, apenas por serem alemães ou descendentes destes. Elias e Scotson afirmam em sua pesquisa, realizada na comunidade inglesa de Winston Parva (nome fictício), que “o problema a ser explorado não consistia em saber qual dos lados estava errado e qual tinha razão”⁶, mas, sim, quais motivos que os faziam ter um relacionamento de repúdio. E deixam claro que “os problemas em pequena escala do desenvolvimento de uma

⁴ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 33.

⁵ NARCIZO, Macwell Coimbra. *Igreja de Imigrantes – Chegada e Mercantilização*. PUC – Rio. Certificação Digital n/ 0410241/CA, p. 28.

⁶ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 24.

comunidade e os problemas em larga escala do desenvolvimento de um país são inseparáveis”⁷.

A pesquisa foi realizada através de fatos históricos, registrados em livros e com entrevistas. As entrevistas visam trazer ao projeto uma ligação, um vínculo real do que o grupo “outsiders” vivenciou no período determinado. Como jornalista, acredito que os veículos, que são periódicos, trazem o contexto histórico das situações de forma superficial. Como afirma Lima,

O jornalismo prende-se em demasia aos fatos. O jornalismo se diz factual, portanto materialista. Ora, os fatos são a manifestação concreta de um acontecimento já exposto a nível público. Contudo, há *questões e situações* que contextualizam os acontecimentos, que antecedem sua eclosão no espaço social⁸.

Através das entrevistas busquei ultrapassar as balizas do jornalismo comum que tem como “instrumento por excelência da captação”⁹, a entrevista que, como afirma Edgar Morin, ela “é uma comunicação pessoal tendo em vista um objetivo de informação”¹⁰. Rouchou analisa a entrevista como um dos instrumentos elementares do jornalismo. Porém,

É preciso entender qual a função da entrevista, especificar do que trata esse instrumento tão caro à História Oral e fundamental para o Jornalismo. Poucas matérias de jornal apresentam-se sem a entrevista, por menor que seja a nota, a notícia foi captada por uma entrevista, por telefone ou ao vivo. Será necessário apontar as diferenças e seus usos em cada área do conhecimento. Percebemos que a indústria cultural, a dinâmica própria do jornalismo, marca uma diferença entre a História Oral e o Jornalismo e tornam essas dessemelhanças cada vez mais claras. Enquanto o oralista prepara um documento minuciosamente, o jornalista também preocupa-se com a minúcia, mas a difusão tem um papel relevante que não se coloca para o historiador. As explicações ainda são insuficientes. A entrevista, a fonte oral, quando publicada tem fé de documento¹¹.

A definição de comunicação pessoal no que se refere à entrevista é comum quando se trata da mesma de forma científica. O que podemos perceber de diferença entre a

⁷ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 15.

⁸ LIMA, 1998, p. 22.

⁹ LIMA, 1998, p. 37.

¹⁰ MORIN, Edgar. *A Entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão*. Cadernos de Jornalismo e Comunicação, 11, Rio de Janeiro, 1968. p. 01.

¹¹ ROUCHOU, Joëlle. *Ouvir o outro: Entrevista na história oral e no jornalismo*. INTERCOM: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 de set 2003, p. 07.

entrevista do jornalismo cotidiano e da que envolve a psicologia social é a “natureza da informação”¹². Para Morin,

A informação em ciências sociais enquadra-se num sistema metodológico, hipotético e verificador. A informação nos veículos de massa obedece às normas jornalísticas, e, muito frequentemente, tem um fim espetacular. A informação da entrevista científica deve, antes de tudo, interessar um pequeno grupo de pesquisadores. A informação da entrevista nos veículos de massa, interessar um vasto público¹³.

No primeiro capítulo, busquei conhecer um pouco da colonização da cidade de Santa Teresa, considerada a primeira colônia italiana do Brasil e ter uma ideia geral da imigração alemã no estado e em Santa Maria de Jetibá, considerada a cidade mais alemã (pomerana¹⁴) do Brasil.

Após dar sentido histórico a tudo isso, no segundo capítulo busquei uma visão geral sobre a Era Vargas e o período da Segunda Guerra Mundial, e, já, no terceiro capítulo, as mudanças que trouxeram mais sentido à distância existente entre os dois grupos e, claro, o cerne da pesquisa, os conflitos existentes na Região Vale do Rio Doce e Espírito Santo, pois, como afirma o autor Eurípedes Simões Paula, “digno de nota é a falta de qualquer espécie de união entre os elementos da comunidade alemã e italiana”¹⁵.

¹² MORIN, 1968, p. 01.

¹³ MORIN, 1968, p. 01.

¹⁴ Segundo o site Dicionário Sensagent:

Os pomeranos (em língua pomerana Pommerer ou Pomerisch) formam uma etnia descendente de tribos eslavas e germânicas que vivem na região histórica da Pomerânia (Pommerland em pomerano) ao longo da costa do Mar Báltico entre os rios Oder e Vístula (atualmente entre a Alemanha e a Polônia). Hoje a região é conhecida como Pomerânia Oriental. Os pomeranos falam língua pomerana que é uma língua baixo saxônica). A Pomerânia, de onde esse povo veio para o Brasil, está atualmente parte em território polonês e parte (bastante pequena) na atual Alemanha. Descendentes de uma mistura de germanos com eslavos oriundos de regiões antigamente ocupadas pelos celtas, os pomeranos habitavam uma província da forte Prússia do século XVIII.

¹⁵ PAULA, Eurípedes Simões (Org). *Colonização e Migração*. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. XXXI Coleção de Revista de História. São Paulo. 1969. p. 530.

1. IMIGRANTES CHEGAM AO ESPÍRITO SANTO

1.1 Chegada dos imigrantes italianos na Região de Santa Teresa e região Noroeste do Espírito Santo

A religião católica foi uma peça chave, uma parte muito importante para a vida e sobrevivência dos imigrantes na cidade de Santa Teresa e região. Força, fé, esperança e perseverança, a luta por uma vida melhor foi o ponto indispensável para que esses imigrantes sobrevivessem às dificuldades que encontraram na província que ali se formara.

Na época da imigração, aquela gente só tinha duas opções: imigrar em busca de uma vida melhor para salvar a família da fome e da miséria ou morrer sem nenhuma perspectiva de salvação. Algumas das razões que levaram os italianos a fugirem da Itália foram: as enchentes, causando doenças e pobreza e as guerras frequentes¹⁶.

As enchentes na Itália causavam devastação das lavouras e doenças, deixando muitos camponeses na miséria. Outro problema era que as famílias de imigrantes viviam sob ameaças de guerra, e isso os fizeram acreditar que a América era o melhor lugar para se viver no momento em que recebiam convites para imigrar¹⁷.

Pietro Tabachi, imigrante italiano, é tido como um dos grandes responsáveis pela imigração italiana no Espírito Santo. Ele tinha propriedade em Pau Gigante, localidade de Ibiraçu – ES, desde 1873. Percorreu o norte da Itália e a parte da Áustria mais próxima, para falar sobre as chances que o povo teria se viesse para o Brasil. À divulgação realizada por Tabachi fez nascer uma nova esperança para aquelas famílias, eles vieram confiantes de que no Brasil estaria a paz, a saúde e a riqueza de que tanto precisavam¹⁸.

Tabachi ficou conhecido como o pioneiro da imigração italiana no Brasil, devido seu

¹⁶ CAVATTI, João Batista. *História da imigração Italiana do Espírito Santo*. Belo Horizonte: São Vicente, 1973, p. 13.

¹⁷ CAVATTI, 1973, p. 12

¹⁸ CAVATTI, 1973, p. 16.

interesse de trazer esses imigrantes para cá. No ano de 1874, ele importou a primeira mão de obra, quando trouxe 388 italianos para o país, para colonizar o solo capixaba¹⁹.

Mas devemos nos atentar quando é colocado em alguns casos o termo “colonização”, pois como afirmar Weber:

O termo “colonização” está aqui sendo usado em uma acepção que expressa processos históricos diversos, que tanto podem ter ocorrido nos Estados Unidos do século XVII, quanto no Brasil do século XIX. Nem todos os processos de imigração resultam em colonização: os deslocamentos forçados, como a escravidão, e a fixação dos emigrantes em espaços urbanos não são usualmente reconhecidos como colonização²⁰.

Em 26 de junho de 1875 fez-se um sorteio de terras para as famílias dos imigrantes que estavam em Santa Teresa, onde muitos deles se identificaram com o clima frio, semelhante ao de sua pátria. Hoje, Santa Teresa é conhecida como a primeira cidade Brasileira formada inteiramente por italianos. Os prováveis fundadores da cidade são: Paulo Camper, Giuseppe Palli, Francesco Basseti, Bernardo Camper, Lazaro Tonini, Anibale Lazero, Daniele Palauro e Abramo Zurlo²¹.

Os imigrantes italianos tiveram uma presença forte e crescente no século XIX. Através de alguns pesquisadores, é possível afirmar que os italianos, em parte, foram responsáveis pela construção do Estado. Para Medeiros, em média 60% dos capixabas têm origem italiana. Hoje, percebe-se que não há local em que não possua uma pessoa descendente de italianos, seja neto ou bisneto, alguém que não tenha parentesco italiano²².

Em Saletto, temos outros números, mas que reforçam a grande presença dos italianos no Espírito Santo:

Sobre os italianos, que constituíram a imensa maioria dos imigrantes (76%), não temos fontes equivalentes, e sua dispersão no território e integração à sociedade

¹⁹ MEDEIROS, Rogério. *Espírito Santo, encontro de raças*. Rio de Janeiro. Reproarte Gráfica e Editora, 1997, p. 57.

²⁰ WEBER, Regina. *Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Dimensões, vol. 18, 2006, p. 236 – 237.

²¹ MEDEIROS, 1997, p. 57.

²² MEDEIROS, 1997, p. 55.

local tornam ainda mais difícil a realização de estudos demográficos desse tipo. Há, porém, a estimativa de 70% da população atual²³.

O Espírito Santo foi um estado que recebeu um grande número de imigrantes, principalmente italianos, como se verifica no quadro abaixo²⁴.

"IMIGRANTES INTRODUZIDOS NO ESPÍRITO SANTO"					
IMIGRANTES	ANO				
	1892	1893	1894	1895	1896
Italianos	476	2.374	3.144	4.528	1.054
Portugueses	3	330	677	8	4
Espanhóis	8	632	28	5	-
Russos	35	-	-	-	69
Alemães	-	13	7	32	-
Austríacos	-	6	44	-	-
Franceses	-	1	3	2	-
Tedescos	-	3	-	-	-
Suíços	-	2	-	-	-
Gregos	-	2	-	-	-
Ingleses	-	1	-	-	-
Turcos	-	-	1	-	-
TOTAL	522	3.364	3.904	4.575	1.127

Conforme o quadro, o total de imigrantes italianos introduzidos no Estado no período de 1892 a 1896, é de 11.576, o que corresponde a 85,60% do total de imigrantes que vieram para o Espírito Santo.

Para Saletto, o número de imigrantes italianos cresceu de forma acentuada no ano de 1900.

Na década seguinte (1900), a imigração de massa atingiu seu auge, com a entrada de pouco mais de 20 mil imigrantes, o que correspondia a 15% da população em 1890. Somando-se aos migrantes internos (...), impulsionaram um aumento acentuado da população capixaba, que passou de 136 mil a 210 mil, crescendo 54%²⁵.

²³ SALETTO, Nara. *Sobre a composição étnica da população do Espírito Santo*. Vitória: UFES, Dimensões, vol. 11, jul / dez 2000, p. 107.

²⁴ ROSA, Lea Brígida Rocha de Alvarenga. *Condições da província do Espírito Santo — primeiros caminhos de Minas Gerais*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999. p. 25.

²⁵ SALETTO, 2000, p. 105.

Em estudo mais recente Dadalto, indicando os autores Hees e Franco²⁶, destaca o sistema de fixação de imigrantes estrangeiros no Espírito Santo. Foi registrada a fixação de:

44.510 (...) entre os anos 1847 a 1900 (HESS; FRANCO, 2003). Eram italianos, alemães, portugueses, pomeranos, tiroleses, holandeses, austríacos dentre outras etnias. Posteriormente chegaram poloneses, libaneses e sírios – denominados igualmente de turcos pela população local, conforme evidenciava a documentação daqueles viajantes, que teriam vindo por conta própria. É de se ressaltar que, naquele contexto, os italianos compuseram o maior contingente de imigrantes a desembarcar no Estado²⁷.

Após desembarcarem no Estado, se encaminharam para Santa Teresa e quando esses imigrantes chegaram, a cidade ainda não existia, era apenas um lugar coberto por grandes matas e sem nenhuma estrutura para receber os novos habitantes. O que os aguardava era o trabalho, pois era preciso agora tirar o sustento do chão para viverem na nova terra e suportar tudo e qualquer problema, já que “fugidos” da pobreza da Itália, não teriam condições financeiras para não gostarem das matas dessa colônia que se iniciava e escolher retornar para seu país. Eles se sentiram perdidos e sem reação no meio de tantas matas que existiam naquele lugar. E estavam sozinhos e sem nenhum amparo familiar²⁸.

Antônio Angelo Zurlo²⁹ que participa do Círculo Trentino da Igreja Matriz de Santa Teresa, do qual já foi presidente, é advogado e bancário aposentado. Conhecido com “Seu” Zurlo é bisneto do imigrante italiano Abramo Zurlo, um dos primeiros imigrantes italianos a chegarem à Santa Teresa.

Em entrevista concedida no ano de 2005, Sr. Zurlo contou que a expedição pioneira da Itália deu-se em 1874. Partiram do porto de Gênova 392 passageiros às 3h da tarde, no dia três de janeiro.

²⁶ DADALTO, Maria Cristina. *Trajetórias migrantes: ambivalência na interação ‘nós’ e os ‘outros’*. Vitória: Ufes, Dimensões, vol. 26, 2011, p. 27.

Dadalto usa como referência os autores: HESS, Regina, FRANCO, Sebastião P. A república e o Espírito Santo. Vitória: Multiplicidade, 2003.

²⁷ DADALTO, 2011, p. 27.

²⁸ MÜLLER, Frederico. *Fundação e fatos históricos de Santa Teresa*. Vitória: Editora Instituto Histórico, 2000. p. 28.

(Ver Anexo 1, p. 101 / Anexo 2, p. 102).

²⁹ Ver Anexo 3: Entrevista “Seu Zurlo”, p. 103 / Anexo 4: Foto, p. 105.

Sr. Zurlo cresceu ouvindo as histórias dos italianos contadas por seus familiares. Ele destacou que um dos principais problemas que a imigração teve foi a demora na viagem: “Imaginem a comida, pois não existia geladeira, a água não era filtrada e como iam conservar tudo durante 45 dias de viagem? A demora em chegar era o maior problema, sem condições nem medicamento, alguns ficavam muito doentes”.

Durante o ano, outros imigrantes foram chegando ao estado e em 26 de junho de 1875, houve a distribuição de lotes, feita pelo governo do estado, para que esses imigrantes começassem uma vida nova. Porém, com o passar do tempo, os imigrantes teriam de pagar os lotes ao governo.

Dadalto indica alguns dos motivos para esses imigrantes estarem vindo para o Estado:

Quem são os imigrantes italianos que chegaram ao Espírito Santo no Dezenove? (...) A política imigratória brasileira promovida na época teve objetivos variados, segundo as necessidades do Império e dos grandes fazendeiros. Sorrateira, a justificativa dessas posições também passava por fatores como branqueamento da raça, necessidade de forjar uma nação mais civilizada e a de construir um país onde o binômio senhor/escravo fosse amenizado com a introdução de pequenos proprietários³⁰.

Para começarem a colonização da Villa de Santa Thereza, foi preciso derrubar a grande mata. A fundação deste município traz consigo diversas histórias que se fundem à escolha de seu nome. Uma delas é que um senhor chamado Virgílio Lambert um artesão imigrante, assinou em seus escritos, “Diários de memória”³¹, que no dia 15 de outubro de 1875, em homenagem à Santa Thereza foi denominada a localidade. Outra se identifica com a anterior, porém ao invés de uma imagem da Santa, os imigrantes cantavam Aves-Marias em frente a um quadro, tudo debaixo do mesmo pau-peba³². Em outra vertente, muitos creem que no sorteio de distribuição de terras, em 26 de julho de 1875, é que pode ser considerada a fundação da Villa de Santa Thereza. Para outros já não era uma imagem e sim um quadro, ou um homem ou até mesmo o próprio governo numa forma de homenagear a imperatriz.

³⁰ DADALTO, 2011, p. 33.

³¹ CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI. *Oratórios, capelas e igrejas do município de Santa Teresa*. Vitória: 2001. p. 22.

³² CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI, 2001, p. 23.
(Ver Anexo 6 – Foto do quadro de Santa Thereza, p. 107).

Para Luiz Busatto³³, morador de Santa Teresa e Doutor em letras, a religião era fundamental para o imigrante italiano. Para ele a religião foi o fato que deu maior ênfase na formação da cidade.

Conforme Busatto a religiosidade é o que reforçou no decorrer dos tempos as narrações sobre a fundação de Santa Teresa. “Acho distante a possibilidade de crer que o nome da cidade possa ter surgido através da Santa a qual dedicavam sua devoção, mas é no que acreditavam”³⁴.

Em suas pesquisas, Busatto defende que o nome da cidade foi colocado pelo governo, pois, 1876 já existia a estrada de Santa Teresa³⁵. O argumento mais forte é o “Artigo do Regulamento das Colônias do Estado – Fundação das Colônias e distribuição de terras em condições de propriedade”, no Artigo I, lemos: As colônias do Estado do Brasil, serão criadas por decreto do governo Imperial com a designação do respectivo nome do distrito colonial previamente escolhido, medido e demarcado por engenheiro do Governo.

Com esse texto regulamentado em 19 de janeiro de 1867 no Palácio Imperial, o professor Luiz Busatto reforça sua intenção de compreensão desse passado, acreditando que com este argumento não é possível concordar com que a devoção a uma Santa possa ter nomeado a cidade.

Para o Professor as histórias de fé são verídicas, mas não aconteceu de forma a dar nome a localidade. “Não desmereço a história de fé desses imigrantes, creio que todos esses fatos aconteceram, o quadro, a árvore, porém não consigo enxergar que eles tenham sido mais importantes do que as ordens do governo”³⁶.

Por serem tão católicos, a história de fé dos imigrantes italianos se torna muito forte. Em meio as dificuldades que enfrentaram, era melhor e mais fácil crer que foram eles que escolheram o nome da província do que aceitar que era apenas um nome escolhido pelo governo.

Para Dadalto a identidade dos imigrantes italianos é composta de vários aspectos

³³ Ver Anexo 8 : Entrevista Luiz Busatto, p. 108 / Anexo 9 – Foto Busatto, p. 110).

³⁴ Ver Anexo 8 : Entrevista Luiz Busatto, p. 108.

³⁵ Ver Anexo 7 – Vila de Santa Thereza 1874, p. 107.

³⁶ Ver Anexo 8 – Entrevista Luiz Busatto, p. 108.

que reforçam a união da colônia e da fé:

Compunham a identidade de imigrantes italianos e descendentes valores relativos à ética do trabalho, da família e da religiosidade. Foram esses valores que, em muitas colônias, possibilitaram a criação de uma coesão entre os membros e a estigmatização daqueles que não aceitavam compartilhá-los³⁷.

A religião possibilitou a esses imigrantes uma unidade nas terras estrangeiras. A fé ensejou sonhos de melhores condições de vida.

1.2 Religiosidade dos imigrantes italianos de Santa Teresa e noroeste do Espírito Santo

A história da religiosidade na cidade de Santa Teresa surpreende com seus inúmeros escritos, que confirmam o poder e a importância da fé que os imigrantes trouxeram. Mesmo envolvidos com o trabalho agrícola e com a organização da vida doméstica e familiar, os imigrantes não deixaram de construir igrejas. Eles trouxeram da Itália uma imensa fé, que foi o que mais os ajudou a encarar a nova vida que aqui enfrentaram³⁸.

Podemos perceber como exemplifica o quadro abaixo, que o crescimento populacional de Santa Teresa era relativamente alto se considerarmos o crescente número de casamentos e batizados realizados na província, no período de 1908 a 1924³⁹. Os imigrantes eram extremamente ligados às cerimônias religiosas e o quadro confirma essa ligação com a religião, com a igreja.

³⁷ DADALTO, 2011, p. 24.

³⁸ BIASUTTI, Luiz Carlos. *Documentário do município de Santa Teresa (ES): Álbum de recortes*. Belo Horizonte: Inédita, 1991, p. 42.

³⁹ CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCE, 2001, p. 59.

CRESCIMENTO POPULACIONAL DE SANTA TERESA			
Número de batizados		Número de casamentos	
1908	526	1908	91
1909	579	1909	80
1910	586	1910	84
1911	618	1911	124
1912	668	1912	119
1913	680	1913	136
1914	696	1914	94
1920	759	1920	131
1921	741	1921	103
1922	799	1922	110
1923	781	1923	121
1924	767	1924	127
Dados do livro I do Tombo da Matriz		1927	139
		1928	136

Alguns registros focalizam as construções católicas realizadas na cidade. Em 1889 foram realizadas 16 construções religiosas, em 1940 foram 39 e no passar de apenas um ano, em 1941 o número de construções religiosas em Santa Teresa chegou a 47. É um período de 52 anos, mas os imigrantes se dedicaram a construir nesse período 102 obras de templos religiosos. Uma grande quantidade para uma cidade do interior em tempo tão curto⁴⁰.

Isso tudo pode ser relacionado à grande importância que os imigrantes italianos davam à religião, pois preferiam construir capelas a escolas. Os imigrantes se importavam mais com a existência de templos religiosos que com a existência de escolas, igualmente ao que ocorria na Itália: a religião vinha em primeiro lugar⁴¹.

Os italianos estavam acostumados a um catolicismo baseado na presença de sacerdotes. O catolicismo que os imigrantes trouxeram da Itália era clerical, isto é, os valores sociais e morais que eram praticados nas colônias deveriam estar

⁴⁰ COSTA, Rovilio. *Antropologia visual da imigração italiana*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade Caxias do Sul, 1976. p. 92. Ver também: (Ver Anexo 10 /11 – Frente da Igreja Matriz em 1926, p. 111 / Anexo 12- Procissão de fiéis, 1930, p. 112).

⁴¹ COSTA, 1976. p. 92.

representados pela presença dos sacerdotes e da religião⁴².

As missas abrandavam as dificuldades que cada família tinha no seu dia a dia. Além do conforto espiritual que esses fiéis buscavam nos cultos, é fato que as missas também influenciavam a organização social dessas localidades, pois os colonos trabalhavam a semana inteira e aos domingos iam à igreja agradecer e orar, depois se juntavam nas escadarias conversavam, se inteiravam dos acontecimentos e assim passavam tempo juntos.

Portanto, não podemos afirmar que a religião, que a fé dos imigrantes foi importante somente para cada família particularmente e para seus problemas, mas a religiosidade foi essencial para a formação social das colônias, para sua construção e composição. Conforme Weber, os grupos buscam manter uma identidade que independente das alterações que vivenciam, mantêm os elementos básicos que os fazem permanecer os mesmos “desde o ponto de partida até o momento atual (o das lembranças e comemorações) e que, portanto, garantem uma identidade ao grupo”⁴³.

1.3 Imigrantes Alemães Luteranos chegam ao Brasil e ao Espírito Santo

Diversos foram os motivos que levaram o Império a iniciarem o processo de colonização nas terras brasileiras. A Lei do Ventre Livre, a falta de mão-de-obra para a produção interna, a paralisação do tráfico de escravos por volta de 1850, levaram à busca de um novo contingente⁴⁴.

Mas não era somente por esses motivos de mão-de-obra, a instabilidade política tomava conta do Brasil:

As lutas da independência, o receio de uma reação restauradora da parte de Portugal, a guerra no sul do país e, logo depois, o longo período de instabilidade política, levam o Governo a encarar a imigração como uma saída para o

⁴² AZZI, Riolando. *A igreja e os imigrantes*. São Paulo: Paulinas, 1987.

⁴³ WEBER, 2006, p. 238.

⁴⁴ BEOZZO, José Oscar. *As Igrejas e a Imigração*. In: DREHER, Martin N. (org.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. São Paulo: Santuário, 1993, p. 11.

recrutamento militar, já que não havia um exército. No Brasil, os cidadãos livres eram minoria em relação à massa escrava e as conscrições eram odiosas. (Outro sim) A imigração era encarada como política capaz de favorecer o povoamento do país através dele sua prosperidade⁴⁵.

Outra questão foram os levantes de negros que entre 1807 e 1810 assustaram a elite branca brasileira. Martin Dreher explica que “a impressão que os levantes devem ter causado fica ainda mais patente, caso lembrarmos que, em 1804, no Haiti, os escravos insurgidos haviam liquidado com a população branca”⁴⁶.

Isso fez com que o império iniciasse a busca “por imigrantes brancos na Europa” demonstrando que a colonização por imigrantes europeus foi uma “política claramente dirigida contra o negro, a serviço da ideologia da supremacia da raça branca no Brasil”⁴⁷.

Logo, a colônia do Brasil entrava no “fenômeno mundial”⁴⁸ da imigração. A presença de índios e de milhares de negros, trazidos pelo sistema escravista, levou o império a debater seu futuro e a buscar novas maneiras de colonizar o território da colônia.

Hans Jürgen Prien acrescenta que:

O imenso território (em 1822), habitado por cerca de 1 milhão de índios não integrados, 845 mil brancos, 1 milhão e 987 mil negros, escravos em sua grande maioria, e 628 mil mestiços, ainda se assemelhava a uma civilização litorânea, visto que o interior estava pouco explorado e habitado⁴⁹.

Com a chegada dessa nova população, o território passa a ser habitado⁵⁰ e apossado pelo império. Dreher salienta que “os imigrantes vão ser colocados em locais isolados para valorizar áreas de terra ou para assegurar sua posse; para o projeto, o quisto étnico é também importante dentro da perspectiva do branqueamento da raça”⁵¹. Antônio Carlos Ribeiro afirma que:

⁴⁵ BEOZZO, 1993, p. 10.

⁴⁶ DREHER, Marin N. *Protestantismo de imigração no Brasil; Sua implantação no contexto do projeto liberal-modernizador e as consequências desse projeto*. In *Cristianismo e Sociedade* 27, nº 1, 1989, p. 112 e 113.

⁴⁷ DREHER, 1989, p. 113.

⁴⁸ BEOZZO, 1993, p. 17.

⁴⁹ PRIEN, Hans Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Tradução de Ilson Kayser – São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis. RJ: Vozes, 2001, p. 31.

⁵⁰ Ver Anexo 29: Foto da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, p. 132.

⁵¹ DREHER, 1989, p. 126.

A primeira constatação é que o imigrante se torna uma necessidade na economia à medida que substitui o escravo e sua força de trabalho. A segunda é que as elites econômicas brasileiras se comportavam de maneira tão ensimesmada e tão pouco preocupada com qualquer outra coisa que não fosse a preservação dos seus privilégios, que insistem na convivência da escravatura e da mão-de-obra dos imigrantes por 64 anos⁵².

A terra inexplorada e virgem encheu os imigrantes de sonhos e fantasias. Se observarmos a história de Nova Friburgo, no interior do Rio de Janeiro, sabe-se que em 1817 o local estimulou essas fantasias nos novos moradores⁵³. Com isso é fato que “Portugal e o Império do Brasil beneficiaram-se, em seu projeto, com o ingresso de grandes contingentes e imigrantes, entre os quais se destacam, inicialmente, alemães e italianos”⁵⁴.

Os primeiros colonos alemães / luteranos⁵⁵ chegaram por volta de 1818, na independência. Fixaram-se na colônia de Leopoldina, na Bahia⁵⁶. Para Frederico Herdmann Seide, neste período o Brasil já tinha dificuldades de receber portugueses.

Com a independência, o Brasil, naturalmente, deixou de receber o afluxo de portugueses para a ocupação dos extensos vazios do país. Além disso, tornou-se difícil trazer escravos africanos para o serviço nas fazendas. O imperador, então, procurou colonizar a terra com agricultores e braços livres de outros países, especialmente da Europa super povoada. Para agradar à imperatriz, D. Leopoldina de Habsburgo, D. Pedro I deu preferência a colonos de fala alemã: austríacos, suíços e súditos dos diversos estados alemães⁵⁷.

Neste período, “a questão imigratória foi se tornando um debate central na sociedade brasileira”, já que ao longo do século, o Brasil estava em crise com o sistema escravocrata. Era necessário ocupar o território não apenas com lavradores, mas com homens que pudessem executar essas duas funções: lavrar a terra e proteger as províncias⁵⁸.

⁵² RIBEIRO, Antônio Carlos. *Protestantismo de Imigração: Chegada e re-orientação teológica*. Protestantismo em Revista, v. 16 (ano 7, n. 2), mai – ago. 2008, p. 06.

⁵³ PRIEN, 2001, p. 27.

⁵⁴ DREHER, 1989, p. 111.

⁵⁵ Ver Anexo 30: Foto que mostra como eram as casas dos Imigrantes na Zona Rural de Blumenau no século XIX, p. 133;

⁵⁶ SEIDE, Frederico Herdmann. *Colonização alemã no Espírito Santo*. Estação Capixaba – Imigrações, 1980. Disponível em: <www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracao-alema-no-espírito-santo-2/>. Acesso: 08 de fevereiro de 2013, p. 01-02.

⁵⁷ SEIDE, 1980, p. 02.

⁵⁸ BEOZZO, 1993, p. 09.

Além disto, do medo e do preconceito, havia mais razões para que a migração fosse primordial para o Império. Como afirma Rodrigo Portella são razões planejadas, pois “as terras mais ao sul do Equador, se não tinham pecado ou lei, também não tinha dono certo. O litígio por elas entre Portugal e Espanha era uma constante”⁵⁹. Ou seja, a imigração não foi ao acaso, e conforme Martin Dreher “de um modo geral, a imigração fazia parte dos planos do Imperador Pedro I e dos círculos governamentais brasileiros”⁶⁰.

O que ajudou o Brasil na execução da “nova” colonização foi a miséria e a superpopulação que passavam os países europeus. Prien relata em que “a miséria econômica e a superpopulação, em proporção diferente nos diversos territórios alemães, formam o pano de fundo da disposição para emigrar. O fator desencadeador foi o inverno e a fome de 1816/17 no sudoeste alemão”⁶¹.

No retrospecto histórico poderia parecer que as autoridades abusaram sistematicamente dos imigrantes pela indicação de suas áreas de colonização para “depurar” a terra de índios, o que não pode significar outra coisa senão sua liquidação, ou para ocupar os territórios em que os índios recém haviam sido exterminados, como no ES, onde se haviam dizimado os botocudos com roupas infestadas de varíola⁶².

Pouco tempo antes, o Brasil recebera a Corte portuguesa em 1808, “tendo à frente o Príncipe Regente e a Rainha louca, fato que alterou a vida da cidade que já era sede dos Vice-reis de Portugal desde 1763”⁶³. Muita propaganda foi realizada na Europa para trazer os novos moradores. Porém, como afirma Machwell Coimbra Narcizo⁶⁴, havia muita diferença entre o que era propagado no continente natal e a nova morada dos imigrantes. Para Seide “a maior decepção, no entanto, tiveram ao chegar aos seus “prazos”. Não havia as casas prometidas e, na maioria dos casos, nem os terrenos tinham sido demarcados”⁶⁵. Sérgio Luiz Marlow acredita que

⁵⁹ PORTELLA, Rodrigo. *Fé, Cultura e norma eclesiástica: A Gênese da Igreja Luterana no Brasil. Organização popular e tutela eclesiástica. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 6, n. 7/8, p. 593 – 607, jul/ago. 2006, p. 594.*

⁶⁰ DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984, p. 29.

⁶¹ PRIEN, 2001, p. 25.

⁶² NARCIZO, p. 18.

⁶³ NARCIZO, p. 18.

⁶⁴ NARCIZO, p. 18.

⁶⁵ SEIDE, 1980, p. 02.

Em termos gerais, é difícil precisar o número total de imigrantes que se encontrava no Brasil desde o início da imigração que ocorreu ainda no primeiro quarto do século XIX. Em relatório do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, datado do ano 1938, encontramos a seguinte informação: “Estatisticamente o número de verdadeiros imigrantes estrangeiros de 1822 a 1932 não excedeu 3 milhões e 500 mil”⁶⁶.

Na tabela a baixo, é possível visualizar a nacionalidade dos imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1884 e 1939⁶⁷.

TABELA 1

Nacionalidade dos imigrantes que vieram para o Brasil (1884 – 1939)		
Nacionalidade	Total	%
Alemães	170.645	4,1
Espanhóis	581.718	13,99
Italianos	1.412.262	33,96
Japoneses	185.799	4,47
Portugueses	1.204.394	28,96
Sírios e turcos	98.962	2,38
Outros	504.936	12,14
Total	4.158.717	100

Os números podem até parecer irrealistas colocados à época, mas como afirma Lauri Wirth, “o imigrante alemão no Brasil é parte de um processo de emigração em massa que, nos estados alemães, perdurou de 1815 até a Primeira Guerra Mundial”⁶⁸, e a entrada destes, no Brasil, se aproxima dos 2% desses imigrantes, que, com as profundas modificações da sociedade europeia, buscavam novas chances de sobrevivência.

Mesmo com todos os ideais subliminares de superioridade da raça branca⁶⁹ em que o Império trabalhava, para os alemães, o motivo era a “miséria econômica, entre

⁶⁶ MARLOW, Sérgio Luiz. *Nacionalismo e Igreja: A Igreja Luterana – Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo*. Vitória: Ufes, 2006, p. 20.

⁶⁷ MARLOW, 2006, p. 20.

⁶⁸ WIRTH, Lauri E. *Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração*. Estudos Teológicos. Ano 38, nº 2. 1998, p. 159.

⁶⁹ KLUG, João. *Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina tensões entre luteranos e católicos*. Florianópolis: Revista de Ciências Humanas, v 16, n. 24, 1998, p. 112.

outras, da explosão demográfica e dos efeitos colaterais da revolução industrial”⁷⁰. Porém, podemos identificar, ainda, alguns motivos religiosos, como se vê na canção descrita por Prien em seu livro *Formação da Igreja Evangélica no Brasil*.

*Somos chamados por Deus, do contrário a ideia jamais teria ocorrido.
Essa é a nossa fé e nos pomos a caminho por ordem dele.
Deus disse a Abraão: sai da tua terra
Para a terra que te mostrarei, por minha mão poderosa.
Também nós confiamos firmemente em Deus, em sua santa palavra.
Assim agora partimos para o Brasil ⁷¹.*

Para Narcizo, fora situações pontuais, a imigração não foi motivada pela religião:

1. As principais causas do processo imigratório não foram religiosas e nem políticas, não sofreram esse tipo de perseguição, exceto em situações pontuais, mas foram razões eminentemente sociais; 2. É difícil argumentar a partir da origem étnica, já que imigrações aconteceram em diversas regiões da Europa, com gente das mais diversas procedências e durante um período razoavelmente grande de tempo; 3. As motivações dos que emigraram variavam desde a luta simples pela sobrevivência, a possibilidade de construir a vida em outro espaço geográfico e até mesmo o sonho de ganhar dinheiro para retornar à sua terra. Poucos acreditaram participar de um projeto nacional, impossível nos primórdios, de afirmação frente a outros povos⁷².

Seide esclarece ainda que “a ocupação do solo espírito-santense foi uma das mais tardias da costa brasileira. Em meados do século XIX apenas uma pequena faixa costeira tinha sido tocada pela mão do homem”⁷³. E chegar a seu novo lar, sendo mata virgem trouxe diversas dificuldades para os colonos. Na região do Espírito Santo, eles encontraram, logo na primeira noite, os índios botocudos e as onças. Aterrorizados, já queriam voltar para sua terra natal⁷⁴.

Sérgio Luiz Marlow esclarece que

Os primeiros imigrantes que chegaram ao Espírito Santo foram os alemães, em 1847. Foram fundadas as colônias de Santa Isabel, em 1847, e, em 1857, em Santa Leopoldina. O isolamento, no meu entender, se deve em parte, a própria condição em que foram colocados estes imigrantes. Lá, deixados, procuraram, então, no seu grupo étnico, não apenas sobreviver, mas, também se organizaram localmente. Neste sentido, colaboraram a Igreja Luterana e as escolas paroquiais justamente ligadas à Igreja. Em parte, o isolamento é uma característica destes grupos de imigrantes, por

⁷⁰ PRIEN, 2001, p. 27.

⁷¹ PRIEN, 2001, p. 27-28.

⁷² NARCIZO, p. 32-33.

⁷³ SEIDE, 1980, p. 02.

⁷⁴ MEDEIROS, 1997, p. 82.

outro lado, o isolamento reflete também a falta de assistência das autoridades brasileiras, haja visto haver colocado os imigrantes em precária situação de vida⁷⁵.

Para Bhabha, além destes problemas, os imigrantes ainda enfrentavam “as dificuldades com a língua e cultura”⁷⁶. Giralda Seyferth acrescenta que ao se instalarem, os alemães tinham suas colônias como “ilhas”⁷⁷, pois estavam em meio a Mata Atlântica, distante de tudo e das demais colônias. Além disso, Seide explica que:

Cada família recebia um pouco mais de 50 hectares de terra para seu cultivo. Mas havia aqueles que conseguiam duas ou até três parcelas deste tamanho. Com isso o intercâmbio entre as diversas famílias tornou-se difícil. As distâncias e as matas ainda existentes entre as casas dos diversos colonos quase impediam a comunicação entre eles. O isolamento das famílias contribuiu para o desânimo inicial. Por isso, mais tarde, o governo destinou apenas 25 a 30 hectares para cada família e ainda exigiu passagem pela terra, depois de instalados⁷⁸.

A partir daí as colônias tiveram diversos dilemas, doenças, falta de médicos, de escolas e igrejas, o medo dos índios, dos animais venenosos, aliados a dificuldade de escoar a pequena produção, abatia ainda mais os imigrantes alemães. Em Seide vemos que:

Os produtos da lavoura não encontravam mercado, por falta de estradas. Ninguém comprava a produção e os colonos não possuíam animais para transportar as mercadorias pelo longo trajeto até Vitória. Uma pequena parte das colheitas era carregada nas costas até Vitória, de onde os colonos voltavam carregando da mesma forma poucas compras que conseguiam realizar. Alguns faziam todo o percurso empurrando carrinhos de mão. E, se a isso somarmos a saudade da terra natal, o desconhecido da língua falada pelas pessoas que encontravam e a falta de escolas e igrejas, podemos imaginar o quadro de completa desolação e desânimo que se apossou dos imigrantes alemães nos primeiros anos⁷⁹.

Outro obstáculo, descrito por Rogério Medeiros⁸⁰, era a falta de comida. Mesmo com animais selvagens na mata, palmito e o plantio de milho, café e mandioca, os imigrantes enfrentavam dificuldades, pois faltavam equipamentos agrícolas que o governo havia prometido.

⁷⁵ Ver Anexo 47: Entrevista Sérgio Luiz Marlow; p. 144 / Anexo 48: Foto Sérgio Luiz Marlow; p. 146.

⁷⁶ BHABHA, H. K. *Ética e estética do globalismo*. IN: BHABHA, H. K.; FERRO, M.; KAGEM, M. B. et al. *A urgência da teoria*. Lisboa: Tinta-da-China MMVIII, 2007, p. 29.

⁷⁷ SEYFERTH, Giralda. *A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. In: Mauch, Cláudia / Vasconcellos, Naira [Ed.] *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas, Ed ULBRA, 1994, p. 05.

⁷⁸ SEIDE, 1980, p. 05.

⁷⁹ SEIDE, 1980, p. 04.

⁸⁰ MEDEIROS, 1997, p. 91.

Um fato que trouxe novas perspectivas às colônias no Espírito Santo foi a chegada dos imigrantes alemães⁸¹ /pomeranos. Em 1859, desembarcaram no estado e se integraram às demais famílias. Eles, porém, idealizavam ir para os Estados Unidos, sendo o Brasil, a opção que lhes restava. Foram milhares de alemães/pomeranos que chegaram e se tornaram “maioria absoluta entre os colonos”⁸².

Porém, ainda em Seide, percebe-se que os novos imigrantes deram muito trabalho.

Os pomeranos deram muito trabalho. Diz Ângela de Biase Ferrari que, “enquanto aguardavam a distribuição de lotes, gritavam por aguardente e por negros ou animais para carregar suas cargas pesadas”. Os pomeranos tinham sido servos na Europa, mas aqui seriam proprietários. Tinham que assumir uma postura de proprietários, isto é, poderiam beber à vontade, enquanto estavam de folga, e não deveriam carregar cargas pesadas, ao menos diante de estranhos. Para seu infortúnio, descobriram logo que, para chegar a esse ponto, teriam que trabalhar muito e suportar muitas privações⁸³.

Ao entender que a colonização do Espírito Santo estava dando “certo”, o governo Imperial busca formar novos grupos de colônias, como a de Rio Novo, e Santa Leopoldina. Medeiros ainda esclarece que:

Os alemães eram, no entanto, predominantes nesse grupo. Vieram 384 prussianos, 760 saxônicos, 61 hessienses, 27 bandenses, 13 alsacianos, um nassauense e 19 alemães de outras regiões. O governo havia destinado para ocupação 567 km², divididos em lotes de 62.500 braças. Em 1861, já existiam 1.065 imigrantes que, a essa altura, formavam um bom leque de raças. Entraram também belgas, franceses, havonerianos, holandeses, holzterianos, ingleses, luxemburgueses, mackemburgueses, shuramburgueses, saxônicos, tiroleses e mais prussianos. Parte deles seguiu para Vinte e Cinco de Julho, Guandu e Afonso Penna⁸⁴.

Outro fato interessante é relatado por Rodrigo Trespach, o qual descreve a chegada dos primeiros alemães “em solo capixaba”⁸⁵ no ano de 1846 e que estes fundaram a colônia de Santa Isabel com 39 famílias, porém, destas, 16 famílias eram evangélico-luteranas e 23 famílias eram católicas, chegando aproximadamente a 160 pessoas.

⁸¹ Ver Anexo 31: Foto Imigração Alemã no Espírito Santo, p. 133.

⁸² SEIDE, 1980, p. 07.

⁸³ SEIDE, 1980, p. 10.

⁸⁴ MEDEIROS, 1997, p. 87-88

⁸⁵ TRESPACH, Rodrigo. *Imigrantes alemães no Espírito Santo*. IECLB / Sínodo: Espírito Santo a Belém. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo.php?idConteudo=15203>>. Acesso: dia 28 de fevereiro de 2013, p. 01.

Passados os primeiros anos e à adaptação à nova realidade, os imigrantes alemães se estabeleceram nas colônias e talvez pelo isolamento inicial, é perceptível na história que essas comunidades preservassem sua cultura e religião natal. Ricardo Willy Rieth, explica que, nas primeiras décadas da colonização, esses imigrantes permaneceram isolados, porém, formaram suas próprias comunidades “civis, escolares e eclesiásticas”⁸⁶.

Entretanto, essas comunidades eram diferentes para cada grupo de imigrantes. O pastor e escritor Valdemar Gaede⁸⁷ que, atualmente, trabalha na Igreja Luterana de Santa Maria de Jetibá/ES, esclarece que

os católicos chegavam aqui e, diferentemente dos luteranos, encontravam uma igreja organizada. Já os alemães, tiveram de começar do zero. Não tinham nada. Eles não tinham um pastor acompanhando, não podiam professar sua fé publicamente, mas, valorizavam as escolas⁸⁸.

A preocupação dos teuto-brasileiros era sempre manter uma escola dentro da Comunidade. Com isso, alguns filhos de católicos das proximidades frequentavam essas escolas, porém, como vemos na referência de Klug, a Igreja Católica não aprovava esse tipo de relação e, já em 1909, impunha aos seus a retirada dos filhos dos colégios ímpios:

Examinando-se as Cartas Pastorais de Dom João Becker, bispo de Florianópolis entre 1908-1912, percebe-se claramente uma orientação anti-ecumênica. Em sua Segunda Carta Pastoral de 1909, intitulada Sobre Escolas Parochiaes, D. João Becker lembra a seus paroquianos que o Concílio Plenário Latinoamericano ordena aos pais católicos “que retirem seus filhos das escolas ímpias e os mandem para as escolas parochiaes”. Assim sendo, grande parte dos conflitos, entre católicos e luteranos evangélicos, são decorrentes de uma orientação superior. Reconhecendo que com o advento da República o ensino passou a ser leigo, “compete a nós Bispos e Sacerdotes, patrocinar a educação religiosa da infância e da mocidade”⁸⁹.

Além disso, Beozzo afirma que o “debate racial envolvia, ao lado das questões

⁸⁶ RIETH, Ricardo Willy. *Imigração, colonização e associativismo evangélico: Acerca da presença da “Associação/Obra Gustavo Adolfo” no Brasil*. IECLB – 90 anos da Obra Gustavo Adolfo. Rio Grande do Sul. 2000. p. 115.

⁸⁷ Pr. Valdemar Gaede: Autor de livros como: *Presença Luterana no Espírito Santo e Quando soarem os sinos*. É pastor Luterano há quase 32 anos e está em Santa Maria de Jetibá desde 2006. Natural de Itueta – MG, já trabalhou em diversas cidades como Laranja da Terra e Itaguaçu no Espírito Santo e Teófilo Otoni em Minas Gerais.

Ver anexo 13 – Entrevista Pr. Valdemar Gaede, p. 113 / Anexo 14: Imagem Pr. Gaede, p. 115;

⁸⁸ Ver anexo 13 – Entrevista Pr. Valdemar Gaede, p. 113.

⁸⁹ KLUG, 1998, p. 120 e 121.

étnicas, a dimensão da cor, da mestiçagem, da integração mais fácil ou complicada e, sobretudo, a dimensão cultural e religiosa”⁹⁰. Pode-se ainda perceber que desde o Império as visões sobre os dois grupos de imigrantes – Italianos e Alemães – eram bem divergentes onde o primeiro era considerado bom, por se integrar mais facilmente ao país e aprender o português; já do “alemão se dizia que era operoso, mas formava quistos linguísticos e raciais”⁹¹.

Em Rieth vê-se que os alemães evangélicos [Luteranos] e sua descendência, somente conquistou a cidadania brasileira, após a Proclamação da República em 1989. Até então,

O catolicismo foi religião oficial e o protestantismo era apenas tolerado e sujeito as restrições. Seus locais de culto não podiam ter forma de templo. Os casamentos não eram legalmente reconhecidos. Seus mortos não podiam ser sepultados em cemitérios destinados à população em geral⁹².

Muitas divergências religiosas foram vivenciadas pela população imigrante que se estabelecia no Brasil, já que o país era católico e não permitia outros cultos. Essas divergências, como afirma Trespach, “impeliram”⁹³ as famílias luteranas a buscarem novas terras e “subiram a serra” do Espírito Santo, se instalando na localidade de Campinho (Atual Domingos Martins).

Isso prova como descreve Ivan Seibel, que a “província do Espírito Santo tem uma curiosa história de isolamento”⁹⁴, e mesmo com todas as mudanças ocorridas nas rotas de escoamento de produção e construção de novas estradas, “até a metade do Século dezenove, para alguns, esta província continuava sendo considerada terra sem perspectivas”⁹⁵.

A chegada ao Espírito Santo para Seibel veio junto com “uma absoluta falta de conhecimento sobre o potencial de aproveitamento dos recursos alimentares nativos [que os] impediu até mesmo a correta utilização do potencial de alimentos aqui

⁹⁰ BEOZZO (sem data), p. 12.

⁹¹ BEOZZO (sem data), p. 12.

⁹² RIETH, 2000. p. 115 – 116.

⁹³ TRESPACH, p. 01-02.

⁹⁴ SEIBEL, Ivan. *Imigrante no século do isolamento / 1870-1970*. São Leopoldo: EST/PPG, 2010, p. 74.

⁹⁵ SEIBEL, 2010, p. 75.

existentes”⁹⁶. Além da dificuldade de alimentação, dentre outras tantas, os novos moradores enfrentavam o confronto com uma sociedade que não a sua, que possuía “um sistema linguístico – completamente desconhecido”⁹⁷.

Outra questão que favoreceu o isolamento dos imigrantes foi o tipo de geografia da maioria das colônias do Espírito Santo que, por serem “áreas muito acidentadas, como foi o caso tanto de Santa Isabel e também de Santa Leopoldina, favoreceu a pulverização desta população em uma grande extensão. Cada família passou a viver em sua propriedade”⁹⁸. Porém, Seibel ainda afirma que como:

Uma boa parte dos imigrantes da Colônia de Santa Isabel, por terem sido originários do Hunsrück, uma região bem mais acidentada já estava acostumada ao trabalho árduo nas encostas. Mesmo assim, aqui passaram por um longo e sofrido aprendizado para acostumar-se com a dura lida na selva⁹⁹.

Sendo assim, com todo o isolamento, dificuldade de adaptação e de aprender a língua local, ficou difícil a integração dos imigrantes com os já “estabelecidos” moradores do Império do Brasil. Outro motivo, além destes, foi a crença.

Em se tratando do imigrante não católico romano, o exercício de sua religião no Brasil imperial enfrentava limites que iam desde o cerceamento da expressão pública de seus cultos, passando por sua inegibilidade para funções administrativas ou legislativas, até a falta de reconhecimento civil das uniões conjugais não-católicas¹⁰⁰.

Não se pode negar, porém, o poder da crença dos ‘recém-chegados’, já que os novos moradores não tinham, inicialmente, apoio da Alemanha em terras brasileiras. Como afirma Rodrigo Portella;

Os imigrantes alemães evangélicos aqui chegados, no século XIX, ao se estabelecerem numa região, buscavam criar uma comunidade de fé, mesmo sem a assistência de uma instituição eclesiástica que viesse a regular ou orientar a vida religiosa¹⁰¹.

⁹⁶ SEIBEL, 2010, p. 104.

⁹⁷ SPINASSÉ, Karen Pup. *Os imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil: a língua como fator identitário*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 02.

⁹⁸ SEIBEL, 2010, p. 90.

⁹⁹ SEIBEL, 2010, p. 96.

¹⁰⁰ WIRTH, 1998, p. 163.

¹⁰¹ PORTELLA, 2006, p. 595.

Atrelado a tudo isso, às Leis do Império, que era católico e negava qualquer outra religião, ao isolamento e à dificuldade de adaptação, os alemães trouxeram consigo as marcas da história das “lutas da Reforma, contemporâneas às lutas pela hegemonia política e econômica entre as nações da Europa, estenderam-se precocemente às terras do Brasil antes mesmo do início de sua colonização”¹⁰².

O cotidiano dos imigrantes no Espírito Santo não foi diferente. Apesar de ter sido renegado até “as primeiras décadas do século XIX”¹⁰³, vivendo em absoluto isolamento, o estado recebeu diversos grupos de imigrantes europeus, alemães, italianos e, conforme Medeiros,

entre 1857 e 1873, chegaram também os pomeranos, que tomaram conta do Melgaço e de Santa Maria de Jetibá. O resultado relativamente positivo de Santa Isabel incentivou o governo imperial a formar outros núcleos de imigrantes. Assim, surgiram as colônias imperiais de Rio Novo, em 1855, que inicialmente pertenceu a particulares, e de Leopoldina, em 1857¹⁰⁴.

Só no ano de 1878, “existiam cerca de sete mil habitantes na região de Santa Leopoldina”¹⁰⁵, o que trazia benefícios para o Império, pois, a terra era cultivada, apesar de o ser por brancos e não por escravos, o que era “inconciliável com a mentalidade brasileira. Até então no Brasil fora-se de opinião que o trabalho braçal era indigno do homem branco”¹⁰⁶.

Trabalho indigno para uns, porém para os imigrantes, era o renascer do sonho de ter sua própria terra. Medeiros afirma que apesar da escassez alimentar e dos equipamentos agrícolas que nunca chegavam, “os imigrantes dedicaram-se ao trabalho, ampliando as lavouras”¹⁰⁷.

Se tratando de dedicação, mesmo com toda a proibição do Império já citada, as famílias luteranas não desistiam e

¹⁰² MENDONÇA, Antônio Gouvêa. FILHO, Procópio Velasques. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990, p. 25.

¹⁰³ DADALTO, , 2011, p. 27.

¹⁰⁴ MEDEIROS, 1997, p. 87.

¹⁰⁵ MEDEIROS, 1997, p. 88.

¹⁰⁶ DHEHER, 1984, p. 39.

¹⁰⁷ MEDEIROS, 1997, p. 91.

o primeiro sinal de que essas famílias estabelecidas em Santa Maira estavam se organizando como comunidade luterana ocorreu no ano de 1889. Naquele ano, foi organizado o primeiro cemitério luterano em Santa Maria de Jetibá. Essa geralmente era a primeira providência que um grupo de colonos tomava quando migrava para uma nova localidade¹⁰⁸.

Assim, levavam consigo sua cultura, reconstruindo suas vidas.

1.4 Costumes culturais e religiosos dos imigrantes alemães

Uma cultura está cheia de história e ligação com o passado. Essa ligação dos imigrantes com sua pátria traz consigo a importância do elemento étnico. Para compreender a cultura desse povo, é preciso entender os costumes que trouxeram consigo e que os permitiu sobreviver isolados e longe de tudo, nas terras brasileiras. Para Wilfrid Buchweitz:

O elemento étnico é de importância muito grande. Longe da terra de origem de repente se torna muito importante reunir as pessoas que tem a mesma tradição, que falam a mesma língua, que cantam as mesmas canções, que gostam da mesma comida. Fatores étnicos, culturais, linguísticos, econômicos têm sido forças que reúnem muito eficientemente grupos de imigrantes¹⁰⁹.

Os grupos de imigrantes estão intimamente ligados aos “valores culturais”. Para Buchweitz, esses valores “são muito importantes para cada grupo e cada povo. (...) Quem despreza seus valores culturais arranca suas próprias raízes da terra em que cresceram”¹¹⁰. Acrescentada a importância destes valores, é perceptível, através da história, que os imigrantes aqui chegados não perderam suas crenças¹¹¹. Oneide Bobsin relata que o sagrado foi revitalizado nas classes populares e que por estarem “condicionadas pelo modo de vida rural onde a religião sempre desempenhou a função de coesão social”¹¹².

¹⁰⁸ GAEDE, Valdemar. *Presença Luterana no Espírito Santo: Os primórdios da presença Luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria de Jetibá*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 107.

¹⁰⁹ BUCHWEITZ, Wilfrid. *O caminho de uma igreja entre a imigração e a integração*. Estudos Teológicos. Ano 24, nº 1, 1984. p. 28.

¹¹⁰ BUCHWEITZ, 1984, p. 29.

¹¹¹ Ver Anexo 37: Foto de um casal de colonos, vestidos de forma típica para um culto de domingo; p. 136.

¹¹² BOBSIN, Oneide. *Luteranos – Migração, Urbanização e Proletarização*. Estudos Teológicos. Ano 29, nº 2. 1989, p. 218.

Levando isso em consideração, Valdemar Gaede descreve em seu livro, *Presença luterana no Espírito Santo*, como os colonos buscavam se ajudar e ter além da religião uma ligação a mais.

Os colonos trouxeram junto a vocação para o árduo trabalho. Afora as festas familiares e os dias festivos religiosos, eles tiram pouco tempo para o descanso. Uma interessante forma de fazer, conjugado com trabalho árduo no calor do dia, são os *juntaments*. Esta palavra vem do português “ajuntamento”. Trata-se de uma confraternização comunitária, aliada a um trabalho sem remuneração, realizada durante um dia apenas, em benefício de uma determinada família. Esses *juntaments* são realizados quando algum colono precisa fazer a derrubada de uma floresta virgem ou de uma capoeira, ou quando construiu uma casa cujas paredes ainda estão por fazer. O colono então envia mensageiros aos vizinhos, amigos e parentes para convidar homens, rapazes, mulheres e moças para um *juntamento*. As mulheres e moças geralmente vão trabalhar no cafezal, enquanto os homens e rapazes fazem o trabalho mais pesado. O colono que convidou assume as despesas com comida e bebida. Quem foi convidado faz todo o possível para comparecer, pois sabe que, em caso de necessidade, poderá, no futuro, procurar quem o convidou. Este costume, absorvido do mutirão brasileiro e restrito a serviços que precisam ser feitos com urgência, tem prioridade na vida dos colonos. É evidente que alguns colonos questionam este costume porque contraria seus interesses particulares. Mas, no geral, este tipo de trabalho comunitário é aceito de bom grado e visto como imprescindível, pois não existe a possibilidade de remunerar trabalhadores contratados. À noite, depois de muito trabalho, os participantes do *juntamento* dançam. É impressionante como essas pessoas, depois de tanto trabalho pesado, ainda conseguem se movimentar tão bem. Dança-se conforme o que se aprendeu na antiga pátria. A música é de *Ziehharmonika* [concertina]. Este instrumento não falta na casa dos colonos e, por isso, passou a ser muito valorizado no comércio. Somente quando o dia amanhece, as pessoas voltam para os seus lares¹¹³.

A fé foi essencial para a sobrevivência dos novos moradores da colônia brasileira, em especial, os alemães. Com o luteranismo, porém, é necessário compreender que as organizações religiosas estavam “vinculadas ao Estado e pouco afeitas às demandas religiosas dos socialmente excluídos”¹¹⁴. A exclusão social que se fazia presente em seu país de origem os fez não terem uma identidade confessional e nacional:

Os luteranos que aqui se estabeleceram procedem predominantemente das camadas populares da sociedade. São excluídos dos processos de transformação social na Europa que buscam na emigração as condições de sobrevivência perdidas na sociedade de origem: jornaleiros, trabalhadores braçais, pequenos agricultores, operário etc. Isso não significa, contudo, a total ausência de imigrantes socialmente mais bem situados, que via de regra ocupavam-se de atividades comerciais e da

¹¹³ GAEDE, 2012, p. 108.

¹¹⁴ WIRTH, Lauri E. *Protestantismo brasileiro de rito luterano*. Revista USP: São Paulo, nº 67, setembro/novembro 2005, p. 71.

manufatura e, mais tarde, serão percussores da emergente industrialização nas regiões de imigração¹¹⁵.

Mesmo com a condição social desfavorável advinda do processo de industrialização da Europa, neste caso, da Alemanha, é preciso compreender que a etnia e a fé Luterana possibilitaram, de certa forma, unidade às colônias isoladas.

Sobre a ausência de identidade alemã no Brasil, Machwell Narcizo diz:

Para compreender o desenvolvimento dessas colônias e perceber o efeito que os novos fatos produziram para o surgimento do germanismo e seu conseqüente impacto na vida do que viria a ser a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil é preciso considerar a perspectiva recente de Lauri Wirth. É necessário “relativizar a centralidade do fator étnico como decorrência natural da conjuntura dentro da qual o protestantismo de imigração se desenvolveu”. Argumenta que o imigrante alemão não possuía uma identidade nacional, baseado no fato de que esta só surgiu com a unificação dos territórios alemães ocorrida em 1871, quase 50 anos depois da chegada ao Brasil dos primeiros imigrados¹¹⁶.

Para desenvolver um ponto de vista sobre a identidade étnica dos colonos, é preciso entender o “complexo e acidentado itinerário histórico”¹¹⁷ do luteranismo no Brasil colônia, e perceber que, como analisa Buchweitz, nem sempre “a verdadeira substância da igreja cristã, a fé em Jesus Cristo, tenha tido muita importância”¹¹⁸.

Esses colonos vieram de seu país de origem marcados por exclusão social e miséria. Aqui chegados, com esperanças renovadas, precisaram de muito mais tempo para se estabelecer. A fé pode ser vista como uma necessidade “aproximativa da realidade” comum aos imigrantes e que pode atenuar o impacto das marcas e “rupturas” que possuem. Assim, a fé, a identidade étnica faz o “esforço necessário para atenuar esse impacto, estimular uma resposta comunitária às necessidades desta pessoa” como relata Ribeiro¹¹⁹.

Mesmo com a ideia de ‘unidade’ através da fé dos novos moradores, ainda existia os que buscavam “fugir da igreja”. Para Buchweitz, quando isso ocorre, é um tipo de fenômeno comum em áreas de migração, são pessoas “decepcionada(s) quando a

¹¹⁵ WIRTH, 2005, p. 70.

¹¹⁶ NARCIZO, p. 31.

¹¹⁷ MENDONÇA, 1990, p. 12.

¹¹⁸ BUCHWEITZ, 1984, p. 28.

¹¹⁹ RIBEIRO, 2008, p. 95.

igreja os acha, gente que com seu lugar de origem gostaria de ter deixado para trás a igreja de origem”¹²⁰, mas, os colonos, isolados, usaram seus costumes, sua etnia como base para uma união, tanto comunitária quanto de fé, e isso pode não ter sido de tudo ruim, mas, como afirma Buchweitz, “quando a etnia é a base principal de uma igreja então a abertura para o mundo ao redor pode ser um perigo. Quando a língua é o principal para a caracterização de uma igreja, então é perigoso aprender a língua do país”¹²¹.

Apesar das rupturas de ligação entre o imigrante e sua pátria, sua igreja, é perceptível como trouxeram consigo a consciência eclesiástica. Prien observa em Schlünzen que

Os imigrantes do norte da Alemanha trouxeram consigo uma ‘consciência eclesiástica de cunho luterano’. ‘Também no período de maior abandono eclesiástico, jamais poderia ter tirado dos nossos pomeranos seus catecismo luterano e substituí-lo por outro. Nenhuma família pomerana havia saído da pátria alemã sem empacotar, como maior patrimônio, a Bíblia, o Hinário ou algum outro antigo consolador’¹²².

Decepcionados com sua pátria, sem esperanças, com marcas de sofrimento no corpo e na alma, é preciso fazer os questionamentos conforme Buchweitz:

Como é que uma igreja pode proceder diante desses desafios todos? Como é que especialmente uma igreja de imigração, pode se colocar diante do mundo que a cerca? Como é que ela pode se firmar a si mesma sem se tornar defensiva? Como é que ela pode estar voltada para dentro e para fora ao mesmo tempo? Como é que ela pode se missionar a si mesma e missionar o mundo ao seu redor? Como é que ela pode caminhar na dimensão geográfica e na dimensão cultural, étnica e outras dimensões ao mesmo tempo? Como é que uma igreja de imigração pode oferecer e compartilhar valores positivos que ela traz de sua tradição com os outros habitantes do país para onde ela imigrou?¹²³.

O Pr. Valdemar Gaede nos dá uma ideia sobre como foi o cotidiano desses imigrantes quando afirma que os ajuntamentos, já citados anteriormente, e a união em prol do outrem os fortalecia.

Os ajuntamentos não deixaram de ocorrer também nas novas colônias que iam se formando com o processo de migração interna dos imigrantes e de seus descendentes. As pessoas necessitadas, atingidas por doenças ou outras tragédias

¹²⁰ BUCHWEITZ, 1984, p. 30.

¹²¹ BUCHWEITZ, 1984, p. 31.

¹²² PRIEN, 2001, p. 30.

¹²³ BUCHWEITZ, 1984, p. 32.

recebiam solidariedade em forma de trabalho comunitário (...). Preciso contar algo sobre a ajuda mútua entre as pessoas. Acontecia que um pai de família adoecesse e ficasse acamado, sem ter condições de cuidar de suas roças. Em outra família, falecia o marido, deixando para trás esposa e filhos pequenos. O que acontecia com essas famílias? Empobreciam ou passavam fome? Ou alguém ajudava? Não havia plano de saúde nem seguro de morte, ou algo similar. A solução era muito fácil: na época apropriada, o líder da comunidade convidava homens para o ajuntamento. Era questão de honra ajudar naquela oportunidade. Desse modo, as áreas de plantio dos doentes ou das viúvas eram cultivadas da mesma forma como seria feito pelo proprietário original, sendo que, na maioria das vezes, as roças ainda ficavam maiores, pois muitos homens que haviam participado do ajuntamento queriam colaborar. Derrubavam a capoeira, queimavam o roçado, plantavam, carpavam, e no final, cuidavam da colheita. Foi assim que ninguém sofreu penúria¹²⁴.

Nesse sentido, Prien confirma que os imigrantes possuíam um “grau de uniformidade, em geral, muito diferente, tanto do ponto de vista confessional quanto cultural e sociológico”. A história do luteranismo no Brasil se fez com “um longo processo de unificação tanto nas comunidades, isoladamente, como, posteriormente, nos sínodos”¹²⁵.

Percebe-se que a relação entre crença e identidade étnica pode ter uma flexibilidade, pois, da mesma forma que ela teve um longo processo para a unidade da colônia, também, como identifica Lauri Wirth, se tornou “um elemento que tendia a se diluir na medida em que o imigrante e, principalmente, seus descendentes se integravam à sociedade envolvente”¹²⁶.

Este processo cultural e de religiosidade não aconteceu de maneira diligente na colônia do Brasil. Prien descreve que “no período de 1824 até 1864 vieram ao Brasil menos que 20 pastores”¹²⁷, ou seja, os costumes eclesiásticos tendiam a se diluir já que “somente a constituição de 1824, redigida por Dom Pedro I com a ajuda de seu Conselho de Estado sob a influência do espírito liberal-maçônico, concedeu no Art. 5º a não-católicos o exercício privado”¹²⁸ de sua fé.

Durante um longo período, os imigrantes alemães luteranos [não-católicos] tiveram de buscar a integração eclesiástica através da iniciativa de leigos. Com isso, outra dificuldade experimentada pelos imigrantes, na tentativa de uma singularidade na

¹²⁴ GAEDE, 2012, p. 109.

¹²⁵ PRIEN, 2001, p. 30.

¹²⁶ WIRTH, 1998, p. 158.

¹²⁷ PRIEN, 2001, p. 50.

¹²⁸ PRIEN, 2001, p. 33.

identidade étnica, era que, como já mencionado, eles não possuíam uma identidade materna. Pois, “a unificação dos estados alemães só viria a acontecer em 1871, ou seja, quase 50 anos após a chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil”¹²⁹.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas por esses imigrantes na busca por uma coesão da comunidade, ainda assim, eles se uniam, quer através da língua, quer através dos *ajuntaments*, da fé ou até mesmo da ajuda mútua. A vida isolada dos poucos “centros” urbanos brasileiros acabou por uni-los. “Eles praticamente não precisavam sair da colônia, pois tinham lá tudo o que precisavam para a vida dentro dessa linha linguística”¹³⁰. A chegada dos imigrantes à nova pátria trazia, de certa forma, unidade entre eles. Não somente religiosa.

Cada grupo de imigrantes que chegava junto e abria uma clareira na mata para si, permanecia, normalmente, junto. Em torno dessas pequenas comunidades não havia, geralmente, nenhum outro grupo de pessoas. Por esse motivo, existia no início pouco contato com “brasileiros” ou com outros grupos de imigrantes. Eles viveram, por muito tempo, isoladamente¹³¹.

Porém essa visão de ‘unidade’ pode ser um pouco controversa entre autores. Portella, por exemplo, afirma que:

Conforme os estatutos da comunidade, em meados do século XIX, só poderiam ser membros da mesma os que compreendessem a língua alemã, fossem nascidos na Confederação e professassem o calvinismo ou luteranismo (LENZ, 2002). Contudo, já à época, constatava-se pouca participação dos membros, assim como a aversão de alguns imigrantes que mesmo não se importavam com a existência da igreja ou em dela participar¹³².

Karen Spinassé, em seu livro ‘Os imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil: a língua como fator identitário’, identifica que os imigrantes se sentiam como “um corpo estranho”¹³³, pois, tinham pouco contato com os ‘brasileiros’ mesmo no comércio, essa relação não era muito comum. Afirma ainda que “as colônias eram muito semelhantes a ‘ilhas’”¹³⁴, talvez por isso a distância entre imigrantes (recém-chegados) e império permaneceu por muitas décadas, fortalecendo, assim, os laços

¹²⁹ WIRTH, 1998, p. 159.

¹³⁰ SEYFERTH, 1994, p. 05

¹³¹ SPINASSÉ, p. 04.

¹³² PORTELLA, 2006, p. 599.

¹³³ SPINASSÉ, p. 06.

¹³⁴ SPINASSÉ, p. 04.

internos dos imigrantes e da identidade étnica. Portella reitera que, dessa maneira, até mesmo o fator eclesiástico alemão teve mais potencia em fomentar o germanismo.

Era, assim, também uma forma de controlar e incentivar o caráter ideológico de etnia e pertença entre teutos e seus descendentes no exterior. As comunidades luteranas, incentivadas por seus pastores e líderes, então, espalhavam o *Volkstum*, isto é, uma íntima relação entre fé evangélica e etnia alemã¹³⁵.

Diversos fatores somados formaram os ingredientes para uma vida segregada dos imigrantes alemães luteranos. Em Maria Cristina Dadalto vemos isso somando-se “às adversidades enfrentadas, as dificuldades com a língua e a cultura. Dois ingredientes a adicionar mais estranhamento à interação dos indivíduos nas regiões de fixação”¹³⁶. Tudo isso se tornou o pano de fundo para uma relação de distância que promoveu entre os imigrantes o fortalecimento de sua cultura natal. Além disso, “é fácil de se deduzir que os imigrantes eram considerados pelos mais antigos habitantes do país como pessoas de segunda categoria”¹³⁷.

Apesar das tentativas de vida comunitária¹³⁸, onde os imigrantes buscavam se ajudar, se identificar, existiam outras ameaças, além das onças e dos índios botocudos, as cobras. Uma picada de cobra, muitas vezes, trazia á tona superstições advindas da terra natal.

As cobras eram uma ameaça constante na vida dos imigrantes e de seus descendentes no estado do Espírito Santo. O trabalho diário no campo tornava os agricultores muito vulneráveis a esse perigo, que podia ceifar vidas ou deixa-las marcadas para sempre. Os tratamentos para essas ocorrências eram precários e, muitas vezes, ligados a superstições¹³⁹.

Através desta ligação com o passado, com a cultura da qual determinada população se formou, é possível perceber o comportamento presente, pois, como afirma

¹³⁵ PORTELLA, 2006, p. 601.

¹³⁶ DADALTO, 2011, p. 29.

¹³⁷ DREHER, 1984, p. 39.

¹³⁸ Ver Anexo 33: Foto de um exemplo de Venda. Esta, em Santa Maria de Jetibá. Local onde era passagem da comunidade; p. 134.

¹³⁹ GAEDE, 2012, p. 163.

Dadalto “a população, alimenta na tecedura de seu presente, toda a experiência do passado cultural que permanece incubado em suas vidas”¹⁴⁰ e acrescenta:

Considera-se, desse modo, que no Espírito Santo ocorreu um processo de assentamento e desenvolvimento instituído numa clivagem social, cultural e econômica, que é apropriada pela população na sua construção identitária. Desse modo, arquitetaram-se dissensões reais e imaginárias que, apreendidas no inconsciente coletivo ao longo da história, se mantêm como arquétipos sedimentados no senso comum e que se expande também, via sentimento, por todos os níveis intelectuais da população¹⁴¹.

Desse modo, presume-se que a ligação do imigrante alemão, seja ele pomerano ou “hunsruckeriano”¹⁴² resultava na unidade das comunidades para sofrer menos as agruras de estarem em uma nova pátria, desconhecida e fechada a eles, mas, essa unidade passou a ser perseguida e tratada como inimiga da nacionalização. Com o Estado Novo e a Era Vargas, as comunidades teuto-brasileiras sentiram o peso do isolamento que viviam desde os primórdios da imigração.



¹⁴⁰ DADALTO, 2011, p. 28.

¹⁴¹ DADALTO, 2011, p. 28.

¹⁴² “hunsruckeriano”, segundo Rogério Medeiros (1997, p. 85) são teuto-brasileiros que advindos da Alemanha, não aceitam serem chamados de alemães.

Segundo o site Wikipédia, a enciclopédia livre: O Hunsrück é uma serra de montanhas baixas, localizada no estado da Renânia-Palatinado, no sudoeste da Alemanha. É cercado pelos vales do rio Moselle, ao norte, do rio Nahe, ao sul, e do Rio Reno, ao leste.

2. PERIGO ALEMÃO: CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

É provável que o período do Governo Vargas¹⁴³ (1930 -1945) e da Segunda Guerra Mundial¹⁴⁴ (1939 – 1945), tenham sido os anos de maior evidência da conflagração entre o grupo ‘estabelecido’ (imigrantes italianos e seus descendentes / católicos) e ‘outsiders’ (imigrantes alemães e seus descendentes / luteranos).

Sobre a Campanha de Nacionalização da Era Vargas, Mendonça afirma que,

a política educacional do regime autoritário-nacionalista da era Vargas (1930-1945) teve o sentido de considerar na esfera nacional e regional a educação e as práticas pedagógicas como questões subordinadas a um poder maior, traduzido na política de segurança nacional¹⁴⁵.

Nos projetos e campanhas do Estado Novo, o Espírito Santo, “foi o único estado que manteve um interventor militar por mais de uma década”¹⁴⁶. Bley estava dentro do que o Governo acreditava ser “modelo ideal de interventor: era estrangeiro – não tinha vínculo direto com as forças políticas locais; era militar, ou seja, atendia a uma condição necessária para implementar a chamada política revolucionária”¹⁴⁷.

As escolas estrangeiras foram extintas em 1938, por intermédio do Decreto Federal nº 406 de 04 de maio do referido ano, conhecido como “Lei da Nacionalização“, que tinha no seu corpo legal a exigência de que “todo o ensino fosse em língua portuguesa, que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira” . Além disso, os distritos e comunidades rurais também precisavam acrescentar em seu currículo escolar as instruções adequadas nas matérias de História e Geografia do Brasil¹⁴⁸.

¹⁴³ Ver anexo 42: Foto – Getúlio Vargas com outros líderes da revolução; p. 141.

¹⁴⁴ Ver anexo 43, 44 e 45: Fotos – Imagens Segunda Guerra Mundial; p. 141 - 142.

¹⁴⁵ MENDONÇA, 2010, p. 182.

¹⁴⁶ MENDONÇA, 2010, p. 182.

¹⁴⁷ MENDONÇA, 2010, p. 183.

¹⁴⁸ RENK, Valquíria Elita. *Nacionalização compulsória das escolas étnicas e Resistências, no Governo Vargas*. PUCPR / UFPR. Educere, Anais, 2008, p. 4293.

O resultado foi a permanência de muitas dezenas de escolas de comunidade sem professores e sem alunos e a instalação de raras escolas públicas com resultados pedagógicos duvidosos. Com isto milhares de crianças deixaram de ter acesso à alfabetização¹⁴⁹.

Junto a isso, soma-se a Segunda Guerra Mundial. Alemanha e Itália iniciam os combates do mesmo lado, chamados, juntamente com o Japão, de Potências do Eixo, mas, em 1943, o Rei Vítor Emanuel assume o poder e declara guerra à Alemanha. O que agravou a situação dos imigrantes alemães foi o Nazismo, pois:

Hitler queria formar uma 'raça ariana', ou seja, uma raça superior a todas as outras. Os nazistas eram anti-semitas. Eles odiavam judeus e queriam eliminá-los para garantir a superioridade da raça ariana. Os judeus foram enviados aos campos de concentração para serem mortos, que no total somavam mais de 6 milhões. O mais famoso campo de concentração foi o de Auschwitz (localizado na Polônia)¹⁵⁰.

Após décadas de estruturação da comunidade estrangeira, sendo ignorados e marginalizados, “a vida cotidiana das escolas étnicas foi afetada com a Lei Federal nº 7.614 de 12 de dezembro de 1938”¹⁵¹. A Lei no seu artigo sétimo, estabelecia que as aulas, todas elas, tinham de ser ministradas em Português. “Esta lei complementar reforçava o Decreto Federal nº 406, de 04 de maio de 1938. O material didático e os livros escolares também foram objeto de censura, com o Decreto Federal nº 1.006, de 10 de dezembro de 1939”¹⁵².

Mendonça assegura que no “setor educacional é possível distinguir pelo menos três aspectos”¹⁵³ do esforço do governo na construção da nacionalização:

Primeiro, era necessário dar uma orientação nacional à educação através dos conteúdos e outros instrumentos formativos no interior da escola e fora dela, destacando a noção de brasilidade e de religiosidade (catolicismo). Além do uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo o território do país. O segundo aspecto era, objetivamente, a padronização. A existência de uma universidade-padrão, de escolas-modelo primárias, secundárias e técnicas, de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, de livros didáticos padronizados, de sistemas federais de controle e fiscalização, tudo isso correspondia a um ideal de homogeneidade e centralização de tipo autoritário, que permitiria ao poder político-educacional, saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país em um momento dado. O terceiro e último, finalmente, era o da cooptação das

¹⁴⁹ SEIBEL, 2010, p. 259.

¹⁵⁰ GOMES, Cristina. *Segunda Guerra Mundial*. Disponível em <<http://www.infoescola.com/historia/segunda-guerra-mundial/>>; Acesso em 05 de junho de 2015. p.01

¹⁵¹ RENK, 2008, p. 4293.

¹⁵² RENK, 2008, p. 4293.

¹⁵³ MENDONÇA, 2010, p. 190.

minorias étnicas, lingüísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação se transformou numa questão de segurança nacional¹⁵⁴.

O jornalista Gustavo Barreto registra, em um de seus textos sobre a imigração do Espírito Santo, uma imagem¹⁵⁵ que traz a revelação de diversas propriedades no interior do Estado onde ninguém falava português. Isso só reforçava a teoria da campanha de nacionalização.

Já no contexto da Segunda Guerra, em 1940, uma edição do jornal *O Imparcial* dá uma breve ideia acerca da xenofobia da Era Vargas. O diretor desta publicação é J. S. Maciel Filho, que ficou notabilizado como redator dos discursos de Getúlio Vargas. A capa de *O Imparcial* de 18 de dezembro daquele ano estampa: “Uma revelação gravíssima; Mais de duzentas propriedades onde não se fala portuguez”. O alvo: os pomeranos e alemães do Espírito Santo¹⁵⁶.

Uma portaria, baixada pelo então delegado do Rio Grande do Sul é exemplo e constatação de como as igrejas Luteranas e os imigrantes e seus descendentes alemães sofreram com a campanha do governo. A portaria foi registrada por “Aurélio da Silva Py, datada de 6 de novembro de 1939, a qual restringia a utilização da língua alemã nas atividades cülticas dos sínodos luteranos em terras brasileiras”¹⁵⁷.

No Espírito Santo isso não era diferente. Aqui o Governo Getulista podia contar, como já citado, com “o oficial do Exército João Punaro Bley. Interventor de 1930 a 1935, governador entre 1935 a 1937, eleito pela Assembleia Constituinte Estadual e novamente interventor de 1937 a 1943”¹⁵⁸. Bley buscava relacionar seu assistencialismo “ao novo lugar que a criança a família foram gradativamente assumindo na moderna sociedade brasileira”¹⁵⁹, sua tendência era de aperfeiçoar a eficiência da educação por meio único, através do Estado.

Até mesmo as aulas de Educação Física tinham intervenção de Bley no Estado.

¹⁵⁴ MENDONÇA, 2010, p. 190.

¹⁵⁵ Ver anexo 46: Trecho da capa de ‘O Imparcial’ de 18 de dezembro de 1940, p. 143.

¹⁵⁶ BARRETO, Gustavo. Os pomeranos: um povo sem Estado finca suas raízes no Brasil. In: *Dois séculos de imigração no Brasil pela imprensa*. 2014, p. 04. Disponível em: <<http://midiacidade.org/os-pomeranos-um-povo-sem-estado-finca-suas-raizes-no-brasil/>> Acesso em 06 de junho de 2015.

¹⁵⁷ MARLOW, 2013, p. 124.

¹⁵⁸ MENDONÇA, 2010, p. 183.

¹⁵⁹ MENDONÇA, 2010, p. 187.

De fato, a uniformidade pretendida na educação física operacionalizou exercícios que gradativamente tomaram conta do cotidiano dos habitantes do Espírito Santo, cristalizando-se em hábitos e costumes de uma sociedade em modernização. Tais práticas foram ampliadas no período do Estado Novo, como instrumentos de controle eficaz empregados pelo regime autoritário, com competência para atingir os mais amplos segmentos integrantes do corpo social¹⁶⁰.

O então oficial do Exército Bley trazia consigo, através do Estado Novo, a bandeira da educação¹⁶¹, que visava realizar uma escolarização formal das crianças sem a intervenção da etnia. “Desse modo, a escola assumiu uma função moral e espiritual como formadora do futuro cidadão”¹⁶².

Além da já natural rivalidade entre os dois grupos, ainda pode-se perceber que esse período veio a salientar esse movimento. Conforme Elias e Scotson, “o grupo estabelecido sente-se compelido a repelir aquilo que vivencia como ameaça a sua superioridade de poder”, ou seja, para manter a sua crença de “superioridade humana” sobre os imigrantes alemães, vemos que alguns estabelecidos garantiam essa superioridade “através de um contra-ataque, de uma rejeição e humilhação contínuas do outro grupo”¹⁶³.

Além da ‘marginalização’ vivida pelos imigrantes alemães, os problemas vividos pela nação alemã durante a 1ª e 2ª Guerras Mundiais, também trouxeram peso na vivência e convivência dos teuto-brasileiros que além de “estranhos”¹⁶⁴ agora eram vistos como perigosos:

Interessante que, ao final da I Guerra Mundial, o pensamento de autoridades brasileiras surge com bastante clareza, demonstrando sua preocupação até então com o chamado “perigo alemão”. Essas autoridades mostravam-se aliviadas com a derrota da Alemanha e com a derrocada desse “propósito”¹⁶⁵.

Assim, entende-se, como esclarece Sérgio Luiz Marlow, que os imigrantes alemães, inicialmente, eram vistos como uma população benéfica ao Brasil, já que iria “firmar

¹⁶⁰ MENDONÇA, 2010, p. 188 e 189.

¹⁶¹ MEDONÇA, 2010, p. 187.

¹⁶² MEDONÇA, 2010, p. 187.

¹⁶³ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 45.

¹⁶⁴ SEYFERTH, 1994, p. 06.

¹⁶⁵ MARLOW, 2006, p. 29.

uma nacionalidade brasileira”, porém esse “ideal passou a ser considerado uma ameaça”¹⁶⁶.

Essa ‘nova visão’ das populações teutas, pode ter levado o grupo “estabelecido” a estigmatizar, ainda mais, o grupo “outsiders”. Dadalto analisa que “as diferenças entre os estabelecidos e *outsiders* vai demonstrar que os estabelecidos procuravam demarcar sua distinção e seu poder por meio da antiguidade”¹⁶⁷.

Marlow ainda esclarece que, também serão atingidas e vistas com a mesma marginalização as instituições ligadas aos alemães imigrantes:

Na mesma lógica, também as instituições ligadas a estes alemães e seus descendentes “não assimiláveis” colaborariam para esta prática. Este isolamento não se referia apenas a questões políticas, sociais e econômicas, mas igualmente a questões relacionadas à cultura, à etnia e à própria religiosidade destes imigrantes. A igreja não poderia ficar de fora dessa situação, visto ser ela considerada pelas autoridades brasileiras um dos alicerces para a manutenção dos traços culturais entre os teuto-brasileiros, e por certo havia grupos de protestantes ligados especialmente ao luteranismo que desejavam não apenas divulgar questões e cunho religioso, mas também da etnicidade alemã¹⁶⁸.

As diferenças culturais, como já citadas, levaram o imigrante alemão a ser marginalizado, o que não é diferente quando se considera o credo religioso, pois como afirma Dreher, esse fator “não podia facilitar a incorporação dos imigrantes evangélicos na sociedade; este fato foi justamente um dos fatores da marginalização”¹⁶⁹. Mesmo após anos de imigração em terras brasileiras, com “a proclamação da República, os descendentes dos imigrantes alemães foram novamente impelidos para uma situação de marginalidade”¹⁷⁰.

Uma relação de poder é clara no convívio entre imigrantes e seus descendentes italianos / católicos e imigrantes e seus descendentes alemães / luteranos. Apesar de não ser identificável uma luta pela troca de posicionamento, é questionável a necessidade dessa relação – estabelecidos x “outros”. Elias e Scotson, indagam

¹⁶⁶ MARLOW, Sérgio Luiz. *Confessionalidade a toda prova: O Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do Germanismo e do Nacional-Socialismo Alemão durante o Governo de Getúlio Vargas no Brasil*. São Paulo: USP, 2013, p. 19.

¹⁶⁷ DADALTO, 2011, p. 37.

¹⁶⁸ MARLOW, 2013, p. 19.

¹⁶⁹ DREHER, 1984, p. 40.

¹⁷⁰ DREHER, 1984, p. 42.

quais são os proveitos dessa relação: “Que outras vantagens incitam os grupos estabelecidos a lutar ferozmente pela manutenção de sua superioridade? Que outras privações sofrem os grupos outsiders, a fora as privações econômicas?”¹⁷¹.

Para a primeira indagação, podem-se citar as vantagens políticas, civis e de liberdade religiosa que os imigrantes italianos receberam, por terem, em sua grande maioria, a fé católica. Os outsiders (alemães) sofreram com diversas privações, indo desde as negações de direitos civis, como casamento e batismo dos filhos, a preconceitos étnicos, durante a Campanha de Nacionalização.

A dificuldade em assimilar o português, também foi um dos fatores que isolavam os alemães¹⁷². Com a Campanha de Nacionalização a república visava incorporar a população teuta aos brasileiros. Conforme Giralda Seyferth:

Apesar do amplo debate sobre os perigos da desnacionalização dos núcleos coloniais formados quase exclusivamente com imigrantes, na República Velha só houve intervenção formal do Estado em instituições étnicas durante a I Guerra Mundial. As medidas restritivas atingiram principalmente a população teuto-brasileira no período de 1917 a 1919, com intervenção na imprensa e nas “escolas alemãs”. Nessa ocasião surgiram as primeiras ações nacionalizadoras que modificaram os currículos escolares, como a exigência de ensino bilíngüe e a introdução das disciplinas história e geografia do Brasil, além de língua portuguesa¹⁷³.

Em diversos registros sobre a história da imigração alemã, é evidente a importância que os mesmos davam à cultura e a educação. A inauguração do prédio escolar em Santa Maria de Jetibá, por exemplo, trouxe alegria à comunidade, porém, a mesma o perdeu pouco tempo depois. Gaede traz o relato do Pastor Rölke que dizia:

O ano de 1938 será inesquecível na história da Comunidade de Santa Maria. Impôs-se uma paralisação, sim um retrocesso em todos os sentidos. Mesmo nos esforçando para entender a política de nacionalização empreendida por parte do Governo, é preciso ser dito que o golpe foi mortal para a Comunidade. No dia 18 de agosto do ano passado [1938] a nova escola que era, ao mesmo tempo, o nosso centro comunitário, cuja construção custou 25 Contos, foi desapropriada pelo Governo. Uma

¹⁷¹ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 33.

¹⁷² SPINASSÉ, p. 02.

¹⁷³ SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce [org] *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 199.

indenização não ocorreu até o presente momento. Todas as escolas comunitárias tiveram de ser fechadas por causa do decreto em vigor. O ensino religioso em língua alemã está proibido. Mas as crianças não entendem a língua portuguesa. Assim precisarão crescer sem qualquer educação religiosa. Uma assistência eclesiástica aos jovens confirmados também não nos é permitida. O Estado considera isto como uma interferência em sua tarefa educacional. A Comunidade, até agora, está aceitando tudo passivamente¹⁷⁴.

Apesar do relacionamento amigável entre os países [Brasil e Alemanha], a década de 30 iniciou o processo de mudança desse relacionamento. “Com o advento do nazismo e da possível influência nacional-socialista do Terceiro Reich Alemão, o tema e o perigo de uma investida estrangeira no Brasil ressurgiram com bastante força”¹⁷⁵.

Isso pode ter sido incentivado por situações como a contada por Marlow, onde relata que um ‘tal’ de Coronel Aurélio da Silva Py

Escreveu um extenso livro com o título *A quinta coluna no Brasil*. Nesse livro, Py descreve uma série de evidências que, sob a sua ótica, indicavam uma possível ação nazista no Brasil e até o possível plano de invasão alemã. Logo nas primeiras páginas do seu livro, informa sobre um folheto produzido ainda no final do século passado, em 1895, na Alemanha, intitulado *A Grande Alemanha e a Grande Europa Central em 1950*. Neste folheto, aparece um mapa no qual a Argentina, o Chile, o Uruguai e a parte sul do Brasil seriam alvo de conquista alemã¹⁷⁶.

Mesmo assim, até então, podemos dizer que as medidas ainda não eram “coercitivas”¹⁷⁷, mas como afirma Seyferth em seu texto “*Os imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*”;

a partir de 1937 foram tomadas medidas coercitivas visando a atingir as organizações comunitárias étnicas produzidas pela imigração, em nome da tradição de assimilação e mestiçagem demarcadoras da nacionalidade. Mudanças na legislação e a ação direta do Exército junto aos grupos considerados “quistos raciais” interferiram na vida cotidiana de uma parcela significativa da população, sobretudo no Sul e em São Paulo.”¹⁷⁸.

Quando as escolas são forçadas a se remodelarem dentro dos parâmetros da Nacionalização, as comunidades teutas encontram dificuldades para se encaixarem,

¹⁷⁴ GAEDE, 2012, p. 174.

¹⁷⁵ MARLOW, 2006, p. 30.

¹⁷⁶ MARLOW, 2006, p. 31.

¹⁷⁷ SEYFERTH, 1999, p. 199.

¹⁷⁸ SEYFERTH, 1999, p. 199 – 200.

já que, historicamente, nunca foram incentivadas a interagirem com a população local

A concentração inicial dos alemães em áreas relativamente isoladas, portanto, resultou numa organização comunitária própria, considerada necessária diante da omissão do Estado, facilitando o uso cotidiano da língua materna. Tal organização não teve, propriamente, motivações étnicas, mas assumiu, no contexto do contato, sua germanidade — *Deutschtum*. A escola comunitária, criada para compensar a ausência do ensino primário público, por exemplo, transformou-se, depois, na “escola alemã”. As instituições comunitárias, assim, serviram de base para a construção social da identidade étnica teuto-brasileira¹⁷⁹.

O Pastor Valdemar Gaede, exemplifica essa situação com o relato do Pr. Rölke (Santa Maria de Jetibá – ES) de 1938:

Em abril a situação das escolas particulares foi regulamentada por lei. Nem uma única escola pôde cumprir as exigências legais. Consequentemente todas as escolas comunitárias foram fechadas. Ainda restou o ensino religioso e língua alemã fora do horário de aula. Tínhamos ficado satisfeitos com isto. Se a primeira pancada já havia sido dada, a segunda seria ainda mais fatal. No dia 19 de junho o ensino religioso foi proibido por lei. Aí nos refugiamos, com o nosso ensino religioso, nos nossos templos. No dia 20 de julho surgiu um novo decreto que proibia qualquer tipo de ensino religioso, também fora dos prédios escolares. Ainda nos restava a possibilidade do culto infantil e do ensino cristão. Mas então surgiu, no dia 25 de julho, mais uma lei que proibia qualquer tipo de ensino aos adolescentes e jovens: 1) nenhum jovem ou adolescente podia frequentar cultos em língua alemã; 2) todas as cerimônias em língua alemã estavam proibidas. No dia 18 de agosto a nova e grande escola de Santa Maria foi desapropriada, incluindo todo o terreno da Comunidade. Com isto, o primeiro passo de um caminho que não estava sendo esperado até o momento. O culto em língua alemã até agora ainda não está proibido, mas, para chegar a este ponto, não demorará muito. As nossas prédicas são espionadas, deturpações de renegados e outras canalhices são simplesmente aceitas como verdade. E agora todo o ódio das autoridades e da população cai sobre o pastor, sendo considerado como o representante oficial do germanismo. Interrogatórios policiais grosseiros e buscas na residência já aconteceram e certamente continuarão ocorrendo, com a finalidade de nos difamar. Não nos é dada a possibilidade de retificação ou correção das calúnias odiosas que sofremos. Os órgãos oficiais do Estado estão proibidos de conversar com os Pastores ou de visitá-los. Somos tratados como criminosos. Isto nos é dito na cara: somos piores do que criminosos, não valem mais do que cachorros. Prisões com todas as consequências daí resultantes nos esperam todos os dias. Quando precisamos realizar viagens para serviços pastorais, nunca sabemos se vamos voltar para casa. Ameaças à nossa vida estão na ordem do dia, somos considerados como animais de caça. Eu, pessoalmente, estou sob vigilância policial. Quando brasileiros querem nos defender, eles são ameaçados por causa de sua atitude, sim, são colocados como inimigos da pátria. Estamos vivendo uma situação na qual os mais fortes nervos não resistirão. A situação de nossas esposas é extremamente delicada, pois precisamos deixá-las, muitas vezes, sozinhas e casa durante longos dias. E os membros das nossas Comunidades? É assustador perceber como eles mudam rapidamente, navegando de uma para outra posição. Esta é a tragédia dolorosa para nós. No passado nos

¹⁷⁹ SEYFERTH, 1999, p. 204.

esforçamos muito para introduzir o ensino em língua portuguesa nas nossas Comunidades. Por causa disto sofremos muita hostilidade por parte dos membros das Comunidades. E agora estamos tendo a dolorosa experiência de sofremos denúncias e sermos colocados como culpados da situação. Nem um único membro da Comunidade vai quebrar a lança em nossa defesa no governo. Entre eles próprios sim, mas nunca contra as autoridades. O que se poderia esperar deles? A maioria deles não sabe a língua [portuguesa]. Aqueles que sabem, não querem usá-la contra o governo. Para mim, como o mais idoso pastor espírito-santense, é muito doloroso fazer esta constatação. O que ainda queremos aqui? Estamos impedidos de ministrar o ensino religioso, também o ensino confirmatório. Uma igreja sem juventude deixa de ser igreja. Continuar apenas pregando pessoalmente às pessoas enquanto existe a possibilidade? Espionada nossa pregação já é. O que acontecerá se ela também for proibida? Pela intervenção de nosso povo ainda precisaremos esperar muito! Se tomarmos alguma iniciativa, estaremos maduros para a deportação. Exigir de nós que lecionemos ou até preguemos em língua portuguesa significa coroar o absurdo, pois 99% de nossa população (membros) não entendem o português e 1% restante também não entenderia uma pregação com palavras abstratas. Com muito custo entendem uma pré-dica em alemão. Em algumas poucas escolas, assumidas agora pelo governo, podemos, quem sabe, daqui a alguns anos, iniciar com o ensino religioso em língua portuguesa. Mas o que acontecerá nas muitas outras escolas da região? E quem de nós, Pastores, entende tão bem o português a ponto de poder lecionar nesta língua? Muitas vezes solicitamos um meio ano de férias para podermos aprender o português. Sempre recebemos uma resposta negativa por parte das lideranças das Comunidades. Mas este não é o cerne do problema. Também não nos querem mais aqui. Para as autoridades locais, nós somos e permaneceremos inimigos do Estado. Por isso precisamos ser convocados, chamados de volta [pelas autoridades eclesiásticas] pelo caminho mais curto. Está na hora de nossas autoridades [eclesiásticas] decidirem para dar este passo. Do contrário estaremos, um dia, com saco e com a mala, jogados na embaixada [alemã]. É preferível lutar decentemente na Alemanha, mesmo que seja contra um inimigo maior, do que levar esta luta desmoralizante e sem perspectivas aqui. Somos impotentes diante da mentira e da difamação¹⁸⁰.

Dentre todos os dolorosos processos que a nacionalização trouxe para a população teuta, o único benefício citado por Spinassé foi a “assimilação da língua portuguesa”¹⁸¹, mesmo trazendo perdas irreparáveis na educação dos descendentes de imigrantes.

Nesse momento foi acentuada a importância de se caracterizar a nação brasileira. A língua portuguesa tornou-se mais forte e mais presente nas colônias (...). As aulas nas escolas coloniais eram até então ministradas em alemão, mas, a partir da nacionalização, isso fica terminantemente proibido. Ano letivos são perdidos, já que os alunos não dominam o português a ponto de assistirem as aulas com os novos professores enviados pelo governo¹⁸².

Ainda assim, “os colonos não pararam de falar alemão nas colônias”¹⁸³. Essa proposta de nacionalização trazida pelo Governo Vargas, “imposta até de certa

¹⁸⁰ GAEDE, 2012, p. 179 - 180.

¹⁸¹ SPINASSÉ, p. 07.

¹⁸² SPINASSÉ, p. 07.

¹⁸³ SPINASSÉ, p. 07.

forma arbitrariamente”¹⁸⁴, propiciaram ainda mais para a distância entre os dois grupos.

Confusões a parte, Portella admite que no quesito religião dos estabelecidos e dos outsiders, “muitos pais [alemães] levavam seus filhos para o batismo na igreja católica ou anglicana”¹⁸⁵ Isso demonstra a falta de uniformidade que o Governo tratava seus moradores, sejam eles alemães ou italianos, já que os alemães não tinham direito a batizar seus filhos, por exemplo.

Não só as escolas foram atingidas pela ação da Era Vargas,

A Igreja Luterana (...) também foi alcançada pela citada ação governamental. Acusações frequentes associavam as Igrejas Luteranas, (...) à defesa do Germanismo e até mesmo, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com a questão da propagação de ideias nazistas entre os teuto-brasileiros¹⁸⁶.

As discriminações, até então, ficavam no plano das ideias, e poucas ações são relatadas, porém, como afirma Rogério Medeiros, “evoluíram para a repressão quando saiu uma medida do governo proibindo o uso da língua estrangeira e seus dialetos no país, atingindo principalmente o culto nas igrejas luteranas”¹⁸⁷, o que nos leva a entender que, após a propagação da Campanha, esse confronto passou a ter “ações efetivas e repressoras”¹⁸⁸.

A busca pela ‘identidade’ brasileira, “serviram como pretexto para uma ação nacionalizante e repressiva do Estado Novo, querendo-se com isso “abrasileirar” os imigrantes e sufocar uma possível ação nazista em solo brasileiro por meio desses imigrantes”¹⁸⁹. Nas escolas, por exemplo, como afirma o Pr. Gaede:

Somente os brasileiros natos ou naturalizados que tivessem prestado serviço militar no Brasil, com os requisitos de “idoneidade moral, intelectual, profissional ou técnica”, poderiam ministrar aulas nas escolas pré-primárias, primárias e complementares ou dirigir estabelecimento de ensino no território capixaba. O decreto-lei impunha, para o

¹⁸⁴ MARLOW, 2006, p. 14.

¹⁸⁵ PORTELLA, 2006, p. 599.

¹⁸⁶ MARLOW, 2006, p. 15.

¹⁸⁷ MEDEIROS, 1997, p. 91.

¹⁸⁸ MARLOW, 2006, p. 15.

¹⁸⁹ MARLOW, 2006, p. 16.

funcionamento das escolas particulares, requisitos rígidos para o registro prévio e obrigatório. Algumas exigências genéricas como “prova de idoneidade intelectual”¹⁹⁰.

Como já citado, todo o processo de instalação dos imigrantes alemães levou-os a permanecerem isolados em suas terras e comunidades. Com isso, é fato que a ideologia de manter a identidade Alemã permaneceria durante gerações, o que, em alguns casos, como o descrito por Dreher, podem ter levado a diferentes interpretações:

Parece que as maiores influências, deixadas pelas mudanças ocorridas na Alemanha após o 30 de janeiro de 1933, podem ser detectadas no trabalho entre os jovens. A interpretação dos fatos requer muito cuidado, pois a única fonte de que dispomos para estudar o trabalho entre os jovens no Sínodo Luterano é a revista “Der Junge Kämpfer” (O Jovem Combatente). Os artigos da revista via de regra são de autoria de Erich Fischer, pastor na Comunidade de Baixo Guandu, no Espírito Santo. Não consegui descobrir onde se iniciou o trabalho entre os jovens no Sínodo Luterano. Pode-se, porém, supor que, semelhantemente ao que ocorreu no Sínodo Riograndense, tenha sido atividade desenvolvida por alguns pastores, sem que houvesse um trabalho organizado para todo o Sínodo. É somente na década de 1930 que ele passa a se desenvolver em todo o Sínodo. Líder dessa atividade é Erich Fischer (1903-1961), do qual o livro comemorativo dos 50 anos de Sínodo Luterano diz que: “era alemão convicto e estava convencido da grande missão cultural da germanidade no Brasil”¹⁹¹.

No Espírito Santo, uma saudação pode ser encaixada no grupo de interpretações dúbias. Dreher afirma que o líder, Erich Fischer, “tentou introduzir uma forma especial de saudação. No “Junger Kämpfer” encontramos a saudação “Heil” (Salve), feita com a mão erguida, mas também a saudação “Sieg Heil” [salve a vitória ou viva a vitória]”¹⁹².

O grupo alemão teve seus direitos mínimos negados por décadas. Há de convir que sem apoio do Império / República pela interação dos grupos estrangeiros, haveria uma identificação com a pátria natal e uma dificuldade em assimilar as regras do Estado Novo. Seyferth afirma que “as primeiras manifestações de etnicidade surgiram no grupo alemão, em meados do século XIX”¹⁹³.

De modo mais preciso, a cristalização desta identidade através de uma ideologia étnica, calcada em princípios de pertencimento à nação alemã, ocorreu no contexto interétnico possibilitado pela emancipação política das colônias mais importantes, no

¹⁹⁰ GAEDE, 2012, p. 177.

¹⁹¹ DREHER, 1984, p. 207.

¹⁹² DREHER, 1984, p. 208.

¹⁹³ SEYFERTH, 1999, p. 203.

decorrer da segunda metade do século XIX, e pelo concomitante crescimento econômico seguido da industrialização de alguns núcleos urbanos a partir de 1880. Os direitos de cidadania passaram a ser reivindicados mais sistematicamente, aí compreendida a participação na vida política da “nova pátria”¹⁹⁴.

A dificuldade de se identificar e de ser aceito, trouxe, para alguns imigrantes, através da Campanha de Nacionalização, a possibilidade de serem ‘aceitos’. Dreher afirma que, “Com o começo da nacionalização, muitos viram também surgir a possibilidade de poderem sair de sua situação esquizofrênica. Até agora haviam sido alemães por um lado e brasileiros por outro”¹⁹⁵.

Considerados como ‘alienígenas’¹⁹⁶ pela população e governo brasileiro, fica fácil compreender a necessidade que os imigrantes tiveram de se organizar baseados em seus sentimentos de etnicidade. Já que aqui não eram reconhecidos.

a solução para o “problema imigratório” estava na assimilação de todos esses alienígenas que aspiravam à endogamia. A apregoada necessidade da sua transformação em brasileiros de fato, e não apenas por direito de solo, motivou a campanha de nacionalização, que incidiu de modo mais direto sobre teuto-brasileiros e japoneses em razão dos desdobramentos da II Guerra Mundial e da sua categorização como paradigmas do enquistamento¹⁹⁷.

Num primeiro momento os teuto-brasileiros permaneceram isolados, durante décadas. Num segundo momento, foram convidados com medidas ‘moderadas’ a se integrarem à população brasileira. Porém, essas medidas se tornaram bem mais repressivas. Conforme Martin Dreher:

Enquanto que até 1939 as medidas nacionalizadoras das autoridades brasileiras eram moderadas, deparamo-nos entre os anos de 1939 a 1945, portanto, nos anos da Segunda Guerra Mundial, com as medidas repressivas, oportunidade em que alguns funcionários foram além de sua competência. Proibiu-se a publicação de jornais em língua alemã, o uso da língua alemã em lugares públicos; seguiu-se o confisco de livros e documentos em casas de teuto-brasileiros; houve destruição de bibliotecas alemãs, confisco de armas das sociedades de atiradores, prisões e confinamentos. O torpedeamento de navios e o ingresso do Brasil na guerra levaram a excessos de parte da população, ocorrendo incêndios e depredações em grandes centros urbanos. Querendo ou não. Praticamente todos os descendentes de alemães foram atingidos pelas discussões, como já ocorrera por ocasião da Primeira Guerra Mundial¹⁹⁸.

¹⁹⁴ SEYFERTH, 1999, p. 203.

¹⁹⁵ DREHER, 1984, p. 212.

¹⁹⁶ SEYFERTH, 1999, p. 207.

¹⁹⁷ SEYFERTH, 1999, p. 207 - 208.

¹⁹⁸ DREHER, 1984, p. 51.

O Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas, trouxe, durante a década de 30, vários discursos para diminuir os problemas raciais, “mas as práticas voltadas para a imigração e os imigrantes mostram persistência do mito e a preocupação com a homogeneidade nacional”¹⁹⁹.

Logo, a não assimilação dessa homogeneidade, da aculturação étnica, levou o governo a um reforço na Campanha de Nacionalização. Elias e Scotson, afirmam que “todos os que estão inseridos neles [nos grupos estabelecidos]”²⁰⁰ participam efetivamente da superioridade desse grupo. Ou seja, os imigrantes alemães e seus descendentes, eram tidos como “alienígenas”²⁰¹, não fazendo parte do grupo superior, vivenciando então, “efetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana”²⁰².

O império, com a imigração, buscou preencher os espaços vazios territoriais, mas, não se esforçou em preencher a lacuna que distanciava os imigrantes da população brasileira. Para Wirth;

Em termos formais, a omissão do poder público diante dessas demandas conferia aos não-adeptos da religião oficial o status de “*cidadãos de segunda categoria*”, um quadro que persistiu até a separação entre igreja e Estado com a Proclamação da República no Brasil²⁰³.

É necessário compreender que, como admite Dadalto, “estamos mergulhados numa relação de conexões históricas, sociais, culturais, políticas e psíquicas que nos envolvem e, simultaneamente, nos instigam”²⁰⁴. Isso significa que, os imigrantes e seus descendentes buscavam unidade no espaço geográfico e social que dispunham, ou seja, o governo exigia uma mudança de comportamento com rápida resposta, porém, Dadalto acrescenta que “partilhamos o passado, o presente e o futuro contidos em nossos sonhos; compartilamos desejos, projetos, símbolos,

¹⁹⁹ SEYFERTH, 1999, p. 212.

²⁰⁰ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 26.

²⁰¹ SEYFERTH, 1999, p. 207.

²⁰² ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 28.

²⁰³ WIRTH, 2005, p. 71.

²⁰⁴ DADALTO, 2011, p. 25.

convergências e divergências”²⁰⁵. Logo, como exigir uma interação até então não existente?

Diversas perguntas surgem a partir do momento que buscamos entender a relação estabelecida através da imigração e das políticas nacionalistas do governo brasileiro. Desde os primórdios, a imigração teve seu pontapé inicial através de uma atitude racista, já determinando quem deveria ser superior.

As ambiguidades, às vezes racistas, que cercam a discussão sobre a “formação nacional” e que permitiram recaídas para o dogmatismo racial do branqueamento são bem mais evidentes em textos publicados na *Revista de Imigração e Colonização* entre 1940 e 1945. Ali os diferentes autores que postulavam políticas imigratórias não só procuraram estabelecer critérios para selecionar imigrantes adequados aos interesses nacionais, como demonstravam seus receios nativistas diante da situação étnica produzida pelos diferentes grupos já estabelecidos no país, resultando disso, uma ênfase na unidade nacional, na ocupação do território e nas possibilidades de assimilação²⁰⁶.

A rejeição estava presente em todas as relações heterogêneas. Em pesquisa realizada em 2006, Dadalto nos dá um exemplo de como eram esses relacionamentos. Independente da nacionalidade, os “descendentes de imigrantes italianos chamavam causticamente poloneses e de polacos, negros eram discriminados, turcos eram rejeitados”²⁰⁷. Em depoimento à autora, senhor de 64 anos expressa essa discriminação:

Na colônia nós tivemos uma pessoa negra como meeiro, um rapaz chamado Chico Preto. Ele foi para limoeiro ajudar a construir a igreja e depois ficou. Falava tudo em italiano. O pessoal que veio da Itália e foi para Castelo, cachoeiro de Itapemirim, Muqui e Alegre, era um pessoal bom de serviço. De Santa Teresa veio um bucado de polaco. De São Roque também, eram bons de serviço não. Eles já tinham um negócio de lei, falavam em horário de serviço, e tal... Então quando os meeiros vinham procurar lugar, se era de Castelo, de Guarapari, a gente contratava, porque ninguém falava em horário de serviço²⁰⁸.

A divisão que se fez existente entre o grupo estabelecido e o “outro” é difundido através do sentimento “de que o contato com os membros do grupo *outsiders* contamina”²⁰⁹. Nesse prisma, Elias e Scotson afirmam que “dê-se a um grupo uma

²⁰⁵ DADALTO, 2011, p. 25.

²⁰⁶ SEYFERTH, 1999, p. 214.

²⁰⁷ DADALTO, 2011, p. 34.

²⁰⁸ DADALTO, 2011, p. 34.

²⁰⁹ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 29.

reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa”²¹⁰. Logo, percebe-se que, no período da Era Vargas / Segunda Guerra Mundial, ser alemão ou descendente os faziam entrar nesse grupo, mesmo que não correspondessem veementemente ao status dado a eles.

Temos então um sentimento de “tensão entre iguais e desiguais, estabelecidos e estrangeiros”²¹¹ iniciados pela gestão imperial no período inicial da imigração e reforçado pela Campanha de Nacionalização da Era Vargas. O Pr. Valdemar Gaede, conta, por exemplo, como foi os dias do Pr. Rölke nesse período:

Calúnias e difamações sobre a pessoa do pastor eram espalhadas pela comunidade por algumas pessoas que, mesmo sendo membros da mesma, colocaram-se ao lado do Estado que prendia pastores alemães, fechava escolas comunitárias dos descendentes germânicos e pomeranos e desapropriava bens pertencentes às comunidades luteranas²¹².

O desenvolvimento de uma identidade não pode ser criado da noite para o dia. Ivan Seibel analisa essa integração não realizada desde os primórdios. “Nos últimos anos do governo imperial, tanto este como a administração da província pouco fizeram para melhorar o processo de integração teuto-brasileira nas colônias capixabas”²¹³. Esse processo dificultou o desenvolvimento de qualquer ligação ou sentimento de fazer parte. Não há como exigir um sentimento de nacionalidade entre os imigrantes, pois “como gostar de algo que não se conhece? Tudo isto poderia ter sido desenvolvido nas próprias escolas. Porém elas não existiam”²¹⁴.

O isolamento dos imigrantes não os ajudou na integração social, porém, como poderiam conviver com os brasileiros se não tinham acesso aos mesmos? Seibel afirma que para sua sobrevivência, o teuto-brasileiro viveu centrado no “seu pequeno mundo, que na Europa estava restrito à propriedade do latifundiário, aqui continuou centrado na vida em seu lote de terras e na sua pequena comunidade”²¹⁵. Esse afastamento passou a ser a opção. “As lembranças de histórias de seus

²¹⁰ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 30.

²¹¹ DADALTO, 2011, p. 25.

²¹² GAEDE, 2012, p. 181.

²¹³ SEIBEL, 2010, p. 151.

²¹⁴ SEIBEL, 2010, p. 151.

²¹⁵ SEIBEL, 2010, p. 239.

antepassados pareciam renovar-lhes o medo de novamente perderem os seus bens e de terem que refugiar-se em outros recantos”²¹⁶.

Os alemães buscavam unidades em suas pequenas comunidades, pois não se encaixavam nos ‘padrões’ brasileiros. Não professavam a mesma fé, não entendiam a língua e com isso se distanciavam. Numa análise subjetiva, Elias e Scotson afirmam que as comunidades estabelecidas, aqui as italianas católicas, aceitas social e religiosamente pelo Império, “esperam que os novatos [alemães e outras nacionalidades] se adaptem a suas normas e crenças”²¹⁷.

Uma adaptação que fica fora da realidade, quando sabemos que essas comunidades foram praticamente esquecidas em seu isolamento rural. Assim, entende-se que uma “maior coesão entre determinados grupos permite maior poder e, em consequência, exclusão dos membros do outro grupo, que tende a se transformar em estigma social”²¹⁸.

Seyferth ainda analisa que, a Campanha de Nacionalização tinha um propósito imediato e buscava identificar os ‘outsiders’ e trazer a tona nos mesmos o sentimento de fazer parte da nação.

O rompimento da situação de enquistamento, portanto, apresenta-se como o propósito mais imediato da campanha de nacionalização: o necessário “abrasileiramento sociocultural” precedendo a “fusão de raças”, o “caldeamento”. Nesse caso, a mudança do heterogêneo para o homogêneo como definição para o processo de assimilação, segundo Lourival Câmara (1940), começa com a imposição da língua nacional. Interpretações da literatura sociológica americana e, principalmente, o conhecimento das pesquisas realizadas por Emílio Willems (1940) na década de 30 sobre a aculturação dos alemães no Brasil serviram como suportes científicos para considerar a língua uma fronteira cultural impeditiva da integração dos imigrantes à nova pátria. A língua vernácula, por outro lado, é um dos sustentáculos da identidade nacional na construção simbólica do nacionalismo, juntamente com a unidade cultural. Para autores empenhados em sugerir medidas de abrasileiramento, como Gavião Gonzaga (1940) e Couto (1941b), o trabalho de Willems teve a virtude de mostrar a importância da língua alemã como elemento organizador da vida social e cultural nas colônias do Sul e os riscos do isolamento cultural que favorece a formação de minorias nacionais indesejáveis²¹⁹.

²¹⁶ SEIBEL, 2010, p. 242 – 243.

²¹⁷ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 65.

²¹⁸ DADALTO, 2011, p. 33.

²¹⁹ SEYFERTH, 1999, p. 218.

As famílias estavam localizadas em terras que tinham caminhos precários, as comunidades viviam “uma economia baseada na agricultura de subsistência e de autossuficiência fez com que, em muitas localidades, o próprio núcleo familiar passasse a se transformar em um núcleo comunitário autossuficiente e fechado”²²⁰, viviam seu mundo. Separados e isolados, dificultando, assim, a assimilação da nacionalização e da língua portuguesa. Através disso, “criou-se um sentimento de “coesão étnica” que desenvolveu, sobretudo, no colono pomerânio [alemão], um espírito de união e de formação de tradições”²²¹.

A tendência dos grupos estabelecidos é de isolar e estigmatizar os ‘outros’. “A estigmatização, portanto, pode surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder”²²². Considerados como perigosos, os alemães, através da Campanha de Nacionalização do Governo Vargas, passaram a conviver com as coibições e intervenções no seu cotidiano.

O primeiro passo para a intervenção, além da escola, devia ser, então, a proibição geral do uso de línguas estrangeiras em público, principalmente nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, consideradas potencialmente mais perigosas “pela densidade dos seus elementos étnicos uniformes e compactos”. Enfim, nacionalizadores como Couto julgavam a situação dos “alienígenas” em São Paulo menos problemática para a segurança nacional (com exceção dos japoneses) por causa do maior contato com a sociedade brasileira²²³.

O abasileiramento da população estrangeira trazia impasses, pois, “ao mesmo tempo em que se proibia o uso das línguas estrangeiras nos espaços públicos, na imprensa e na escola, forçosamente estes imigrantes eram obrigados a se manifestar em língua nacional²²⁴”, porém, isso não significa que a sua cultura e língua de origem fosse esquecida (ou não usada). Dona Guerda Elizabeth Rölke Potratz²²⁵, hoje com 89 anos, filha do já citado Pr. Rölke de Santa Maria de Jetibá, vivenciou essas obrigações da Nacionalização.

²²⁰ SEIBEL, 2010, p. 244.

²²¹ SEIBEL, 2010, p. 248.

²²² ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 28.

²²³ SEYFERTH, 1999, p. 219.

²²⁴ RENK, 2008, p. 4295.

²²⁵ Guerda Elizabeth Rölke Potratz, filha do Pr. Rölke.

Ver Anexo 16: Entrevista Guerda; p. 117/ Anexo 17: imagem Guerda p. 118.

Era proibido falar alemão. Nós sabíamos falar português, mas logo que assumi a escola, a gente não podia falar alemão com as crianças e lembro de casos como o de um menino que chegou na escola chorando e não entendia nada do que falávamos. E nós éramos vigiados pra verem se estávamos cumprindo as regras, não podíamos falar alemão. Mas eu fiquei tão comovida com o choro dele que disse: Podem me prender, mas não vou deixar esse pobrezinho chorando sem me entender. Fui pertinho dele e falei no ouvido dele em alemão e perguntei o nome e logo ele me abraçou²²⁶.

A falta de consideração com essa população e o preconceito os acompanhou desde o país de origem. Rogério Medeiros conta que, em um navio cheio de imigrantes alemães, o Capitão perguntou ao recrutador o que fazer com todas aquelas pessoas caso a comida acabasse, e a resposta? “Jogue todo mundo fora do navio”²²⁷.

Como já visto aqui, o governo mantinha relações à distância e somente baseada em seus interesses com as pequenas comunidades de imigrantes agrícolas. Por décadas, nada foi feito para a integração dessa população que se manteve isolada e fortaleceu os laços culturais. Quando as regras mudam, diversos problemas surgem.

Seyferth acredita que com “a obrigatoriedade do ensino em língua vernácula e a instituição sucessiva de medidas intervencionistas através de decretos estaduais e da legislação federal nos anos de 1938 e 1939 inviabilizaram as escolas etnicamente orientadas”²²⁸, ou seja, se até então as escolas eram comunitárias e seguiam um plano étnico/cultural como se desvencilhar disso abruptamente? Assim,

Muitas [escolas] tiveram de encerrar suas atividades porque não cumpriram as principais exigências contidas na nova legislação: todas as escolas deviam ter nomes brasileiros, só brasileiros natos podiam ocupar cargos de direção, os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras, as aulas deviam ser ministradas em português, sendo vetado o ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos, as subvenções de governos e instituições estrangeiras foram proibidas. O Decreto-lei nº 406 de 4-5-1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, no seu capítulo VIII, reafirmou essas medidas. Além disso, a legislação modificou os currículos, com introdução de disciplinas obrigatórias como história e geografia do Brasil, educação moral e cívica, e educação física (que devia ser ministrada por instrutores militares). O estímulo ao patriotismo, o uso de símbolos nacionais e a comemoração das datas nacionais também são pontos destacados na legislação federal. Militares que participaram da campanha deram especial atenção ao civismo como instrumento da assimilação e meio de formação de uma “consciência nacional”. Nesse aspecto, a questão

²²⁶ Ver Anexo 16: Entrevista Guerda Elizabeth Rölke Potratz ; p. 117.

²²⁷ MEDEIROS, 1997, p. 91.

²²⁸ SEYFERTH, 1999, p. 220.

educacional extrapola os limites da escola para chegar à população adulta através de solenidades públicas de exaltação aos símbolos e heróis nacionais²²⁹.

Para essas comunidades, as investidas do governo eram como golpes. “A partir de março [de 1938] sofremos golpe após golpe, um mais mortal do que o outro. Em março todas as escolas comunitárias foram fechadas”²³⁰. Giralda Seyferth acrescenta ainda que;

A substituição lingüística atingiu, inclusive, os nomes das ruas, os letreiros e cartazes das lojas e fábricas e a denominação dos clubes e associações. Nesse aspecto, houve até a sugestão de mudar as inscrições góticas das lápides nos cenários das regiões de colonização alemã. A crença no poder adaptativo da língua nacional para a formação de uma “consciência comum”, conforme reza o art. 1º do Decreto nº 1.545 de 25-8-1939, alcançou assim particularidades quase imponderáveis da organização étnica²³¹.

De início, tinha-se as limitações advindas das próprias regras do Império. Após, o Estado Novo começa, mais uma vez, a diminuir os espaços de convivência e de crescimento cultural da população descendente de imigrantes alemães. O autor Ivan Seibel, descreve bem essa discriminação que ultrapassou décadas:

Como se pode depreender, o imigrante capixaba, tão logo teve cortado o seu “cordão umbilical” deparou-se com uma muralha intransponível, representada pela falta de assimilação do idioma nativo, pela falta de um maior fomento de escolas da parte dos governos da Província e do Governo Imperial. Na sua vida religiosa os imigrantes de confissão luterana passaram a ser discriminados ao não se poderem reunir em templos com características de igrejas e ao serem obrigados a validarem seus casamentos na comunidade católica romana²³².

Assim, percebe-se, como analisa Dadalto, que o sentimento dos estabelecidos é de que o “*outro*, portanto, que se apresenta como uma ameaça; daí, permitir sua participação no grupo pode conduzir à gênese de conflitos, de desestabilização e de mudanças”²³³.

Mas o processo ‘doloroso’ de Nacionalização não parou nas escolas, ele passou pelas igrejas e até mesmo, a partir de 1939, interferiu no dia a dia dos imigrantes e seus descendentes. Com a radicalização da Campanha do Governo Vargas, as

²²⁹ SEYFERTH, 1999, p. 220.

²³⁰ GAEDE, 2012, p. 178 - 179.

²³¹ SEYFERTH, 1999, p. 221.

²³² SEIBEL, 2010, p. 130 - 131.

²³³ DADALTO, 2011, p. 39.

instituições comunitárias e até mesmo o simples fato de falar alemão em público foram proibidos.

O Decreto nº 1.545, de 25-8-1939, no seu art. 16, diz que todas as prédicas religiosas deverão ser feitas em língua nacional, e incumbe o Exército de fiscalizar as “zonas de colonização estrangeira”. As associações culturais e recreativas tiveram de encerrar todas as atividades que pudessem estar associadas às respectivas culturas nacionais. Nas áreas de colonização alemã, algumas sedes de associações chegaram a ser utilizadas para aquartelamento das tropas do Exército recém-chegadas para fazer cumprir a legislação²³⁴.

Todo esse movimento de designar ao imigrante alemão o título de inferior foi vivenciado por eles e seus descendentes durante os períodos das duas grandes Guerras. Não só na Segunda Guerra, mas o período pós I Guerra também trouxe dificuldades aos Alemães:

Após o final da guerra e da derrocada do Reino Alemão, no ano de 1918, parecia que a imagem que fora feita nos círculos teuto-brasileiros relativamente à Alemanha, estivesse destruída e que os descendentes de alemães viessem a se afastar definitivamente, da velha pátria. Contudo, a proibição de jornais em língua alemã, o fechamento das escolas e as discussões a nível local haviam tido consequências mais profundas e diversas do que, originalmente, se supunha. Logo após o final da guerra fora revogada a proibição de se falar alemão. Com isso, dava-se a possibilidade de cultivar novamente a germanidade²³⁵.

Os teuto-brasileiros eram “proibidos de participar na vida pública do povo brasileiro [sendo assim] os teutos concentravam-se novamente nos valores de sua etnia”²³⁶. Permanecendo assim, concentrados na sua cultura, os alemães eram tidos como “doença” que qualquer tipo de “contato íntimo com eles” traz medo aos estabelecidos:

A evitação de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo outsiders tem todas as características emocionais do que, num outro contexto, aprendeu-se a chamar de “medo da poluição”. Como os outsiders são tidos como anônimos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma “infecção anêmica”, esses membros podem ficar sob suspeita de estarem rompendo as normas e tabus do grupo outsiders. Assim, o contato com os outsiders ameaça o “inserido” de ter seu status rebaixado dentro do grupo estabelecido. Ele pode perder a consideração dos membros deste – talvez não mais pareça compartilhar do valor humano superior que os estabelecidos atribuem a si mesmos²³⁷.

²³⁴ SEYFERTH, 1999, p. 221.

²³⁵ DREHER, 1984, p. 47 - 48.

²³⁶ DREHER, 1984, p. 48.

²³⁷ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 26.

Tão logo, via-se como primordial evitar o convívio mais próximo com a população teuta. Porém, como nacionalizar essa população se sempre foram mantidos à distância? “Desde o início do governo de Vargas pode-se constatar medidas que visam uma integração dos diversos grupos de imigrantes”²³⁸, mas, isso seria possível? Como integrar uma população até então esquecida? Como fazê-los participar e interagirem com os demais? Vargas então;

Por meio de sucessivas leis introduziu-se, inicialmente, um sistema de quotas, segundo o qual a imigração era reduzida a um número máximo anual de 2% sobre o total de imigrantes de uma determinada nacionalidade, imigrados nos últimos 50 anos. Além disso, adotou-se medidas que visam a criação de núcleos de colonização mistos para evitar o surgimento de núcleos etnicamente homogêneos. Outra meta prioritária do governo Vargas foi o desenvolvimento de todo o sistema nacional de ensino. Paralelamente a essa meta surgiam medidas que visavam a integração das escolas consideradas escolas estrangeiras. O governo exigiu, inicialmente, o ensino de todas as disciplinas na língua nacional, excetuando-se o ensino de língua estrangeira. Posteriormente proibiu-se o ensino de toda e qualquer língua estrangeira para alunos que não tivessem alcançado 12º ano de vida. Essas medidas de nacionalização do ensino tiveram um significado todo especial para o grupo étnico teuto, em virtude das muitas escolas em que a língua de ensino era o alemão²³⁹.

Além disso, como afirmar a aceitação da população estabelecida? Elias e Scotson, em sua pesquisa, perceberam que os grupos estabelecidos, tendem a barrar o acesso dos outsiders ao seu ‘patamar’. A ideia de que os outros possam participar do grupo estabelecido traz a imagem de perda de poder, “com isso relegando-se [a eles, mais uma vez] a uma posição de outsiders”²⁴⁰.

Mas há nessa relação um abismo histórico, pois como afirma Seibel, os imigrantes alemães baseavam sua economia na subsistência o que “em muitos lugares [os levaram a viver] o próprio núcleo familiar”²⁴¹. Nesse cotidiano familiar e isolado, “muitos passaram a se fechar ainda mais de qualquer possibilidade de integração com a população nativa, gerando um verdadeiro entrave à integração com outros povos”²⁴², ou seja, essa análise nos leva a entender que os nativos, os descendentes de italianos católicos e de outras nacionalidades [sendo católicos], não tinham com o que se preocupar.

²³⁸ DREHER, 1984, p. 49.

²³⁹ DREHER, 1984, p. 49.

²⁴⁰ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 32.

²⁴¹ SEIBEL, 2010, p. 131.

²⁴² SEIBEL, 2010, p. 131.

Na medida em que o tempo transcorria, o interior capixaba foi transformando o imigrante em um homem enrijecido pelo ambiente rude e inóspito. Andava descalço por não ter acesso à compra de calçados. Não se preocupava com o conforto, por não conhecê-lo. Preocupava-se com o trabalho e com sua propriedade por esta representar um bem que historicamente nunca teve²⁴³.

Mas é fato que o Governo pretendia reforçar suas investidas na Nacionalização e assim o fez. O ideal era que “a língua portuguesa, como “cimento da brasilidade” e instrumento de adaptação à sociedade nacional, devia chegar ao lar, à igreja, aos espaços de lazer, aos locais de trabalho”²⁴⁴, mas Seyferth acrescenta que;

A repressão militar foi particularmente dura com a população teuto-brasileira, considerada a mais avessa à assimilação e influenciada pela propaganda nazista. Na visão militar, estava sendo travada uma guerra contra “quistos étnicos” que ameaçavam a soberania nacional. E a primeira batalha a ser vencida era a erradicação do uso cotidiano dos idiomas estrangeiros²⁴⁵.

Renk certifica que, todo o esforço da Campanha de Nacionalização interferiu “de forma fatal na organização das escolas étnicas que tinham o material didático e a metodologia de ensino único”²⁴⁶, mas, a perda do material escolar não pode ser visto como o pior no projeto do governo. O pior, como afirma a autora, era que a fala estrangeira tinha o papel de unidade nos grupos estrangeiros, porém, a unificação nacional através da língua serviu para “aglutinar as populações”²⁴⁷. Apesar disso, o Governo através do Decreto 1.545 de 15 de agosto de 1939 instruiu os Secretários Estaduais a construírem as escolas públicas.

Nas regiões de colonização estrangeira, a repressão nesse período foi muito intensa, com prisões e torturas, queima de livros, ocupação de edificações das associações étnicas, apreensão de rádios e a necessidade de salvo conduto para deslocar-se internamente. Nas colônias de imigrantes, até as crianças perceberam que não podiam falar a língua de origem do grupo²⁴⁸.

A guerra apenas emancipou as hostilidades aos grupos ‘outsider’. Valquíria Elita Lenke, afirma que “as animosidades, foram marcadas por arruaças, ataques à Igreja e à imprensa”²⁴⁹ teuta. No Paraná, por exemplo, o “jornal Diário da Tarde registrou

²⁴³ SEIBEL, 2010, p. 126.

²⁴⁴ SEYFERTH, 1999, p. 221.

²⁴⁵ SEYFERTH, 1999, p. 221.

²⁴⁶ RENK, 2008, p. 4293.

²⁴⁷ RENK, 2008, p. 4293.

²⁴⁸ RENK, 2008, p. 4293.

²⁴⁹ RENK, 2008, p. 4289.

inúmeras manifestações patrióticas da sociedade brasileira em Curitiba, com recomendação dos oradores de ‘morras à Alemanha’”²⁵⁰.

Os sentimentos de distanciamento foram aprimorados na Segunda Guerra Mundial. Para Dreher, durante esse período, as medidas de abasileiramento passaram a ser repressivas, “oportunidade em que alguns funcionários foram além de sua competência”²⁵¹.

Na análise de Seyferth, os alemães repudiavam as medidas de nacionalização e a recomendação do Governo foi de “intensificar o abasileiramento”, já que os alemães mantinham certo “repúdio das medidas nacionalizadoras”²⁵². Os textos do Governo:

reafirmam a importância da nacionalização do ensino e apontam para outros fatores de desnacionalização ou de isolamento étnico pouco atingidos pela campanha (o lar, as igrejas, as associações e a falta de contato com brasileiros). Sugerem maior eficiência por parte do Exército e dos interventores, mas internalizam sua inquietação com os prejuízos econômicos que resultariam de um possível êxodo “caso sejam tomadas providências que choquem profundamente a mentalidade peculiar dos núcleos desnacionalizados”²⁵³.

Nessa relação de ‘nós e o outro’ não há espaço para reconhecimento. Dadalto afirma que “‘gente boa’ – não é um *outro* – todo aquele que compartilhase de suas representações”²⁵⁴, ou seja, só há reconhecimento quando se partilha dos mesmos valores e objetivos “que lhes sinalizem a reciprocidade de significados”²⁵⁵, mas, não há como ter relação de reciprocidade em dois grupos tão diferentes quanto os aqui estudados. Cultural, religiosa, emocional e politicamente falando, os alemães não tinham acesso aos mesmos valores, recursos e benefícios que os estabelecidos [neste caso, italianos] tinham, desde o início da imigração. Assim, vê-se que a “provação sofrida pelo grupo outsiders não é [apenas] a privação de alimento. Que nome deve dar-lhe? Privação de valor? De sentimento? De amor próprio ou de auto-respeito?”²⁵⁶.

²⁵⁰ RENK, 2008. p. 4289.

Morras era uma expressão usada no sentido de morte. No caso, morte à Alemanha.

²⁵¹ DREHER, 1984, p. 51.

²⁵² SEYFERTH, 1999, p. 222.

²⁵³ SEYFERTH, 1999, p. 222.

²⁵⁴ DADALTO, 2011, p. 35.

²⁵⁵ DADALTO, 2011, p. 35.

²⁵⁶ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 35.

Marlow indica Maionildes de Magalhães para explicar que “na década de 30 [havia], grande preocupação com a ocupação do Brasil por estrangeiros, no caso da Alemanha”²⁵⁷. Seyferth acrescenta que até então, 1939, o Governo condenava o uso da força, porém, ela era “expressada pelos especialistas em assimilação” ou seja, “o encargo de nacionalizar brasileiros que agiam como estrangeiros foi delegado ao Exército e à polícia, além dos professores e escoteiros”²⁵⁸.

A retórica militar prevaleceu na própria denominação do processo impositivo de assimilação: campanha tem a ver com conquista, um instrumento do Estado para interferir junto a coletividades pensadas como ilegítimas no corpo da nação. A assimilação, imaginada como um dos processos de construção da nação, tornou-se sinônimo de *erradicação*, *extirpação* de quistos étnicos ou raciais — terminologia significativa, pois remete a necessidades cirúrgicas. A campanha não conseguiu acabar com os sentimentos de etnicidade, as identidades étnicas e as diferenças culturais, mas atingiu, de forma irreversível, uma parte substantiva da organização comunitária. Algumas associações culturais, a imprensa e as escolas desapareceram ou perderam suas características de espaços privilegiados de reafirmação étnica ou nacional. A repressão ao uso das línguas estrangeiras não teve os resultados imediatos esperados. A população urbana, mesmo nas regiões de colonização, já era bilíngüe, fato assinalado por Willems (1946) como parte do processo sociológico de assimilação. Persistia o uso da língua materna no espaço doméstico e no convívio com pessoas de mesma origem nacional; e, no meio rural, grande parte dos colonos desconhecia a língua portuguesa. A repressão resultou na estratégia de evitar o uso de língua estrangeira em público quando havia qualquer possibilidade de denúncia²⁵⁹.

É fato que havia incertezas sobre o “que realmente estava ocorrendo na Alemanha, [isso] levou, afinal, a que, em breve, não fossem publicadas notícias a respeito do desenvolvimento das questões eclesiásticas alemãs”²⁶⁰. Além disso, conforme expõem Elias e Scotson, existe um diferencial na relação coletiva dos estabelecidos, que dá um caráter engrandecedor, fazendo com que o outro seja diminuído, isso refere-se “também a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo, que são tidos como ausentes nos grupos menos poderosos “inferiores”, de outsiders e párias”²⁶¹.

Nenhuma guerra traz boas experiências, seja lá o período em que tiver ocorrido. E claro, os teuto-brasileiros sofrendo durante e depois da guerra. E “sentiram-se como cidadãos de segunda ou terceira categoria, mesmo depois de haver sido suspensa a

²⁵⁷ MARLOW, 2006, p. 30.

²⁵⁸ SEYFERTH, 1999, p. 223.

²⁵⁹ SEYFERTH, 1999, p. 223.

²⁶⁰ DREHER, 1984, p. 206.

²⁶¹ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 44 - 45.

proibição do uso do alemão e de a imprensa alemã reiniciar suas publicações em 1946”²⁶². Isso significa que, conforme Elias e Scotson;

O grupo estabelecido sente-se compelido a repelir aquilo que vivencia como uma ameaça a sua superioridade de poder (em termos de sua coesão e seu monopólio dos cargos oficiais e das atividades de lazer) e a sua superioridade humana, a seu carisma coletivo, através de um contra-ataque, de uma rejeição e humilhação contínuas do outro grupo²⁶³.

Por mais que o período da Segunda Guerra tenha sido alarmante para os descendentes de imigrantes alemães, foi “somente as medidas tomadas após o 10 de novembro de 1937 poriam em risco a existência das comunidades bem como de todo o Sínodo”²⁶⁴. Os autores de “Os estabelecidos e outsiders” acreditam que a política de superioridade faz com que todos cerrem “fileiras contra quaisquer outros tidos como de status inferior”²⁶⁵.

Todas as dificuldades e o isolamento durante as primeiras décadas da imigração alemã, que traziam o desejo de retorno à Alemanha, reforçaram nos teuto-brasileiros laços que “instituíram um sentimento de pertença fundamentado na conservação de crenças e valores do trabalho, da religiosidade e da família compartilhados por todos os seus membros”²⁶⁶, o que os fazia cada vez mais marginalizados.

²⁶² DREHER, 1984, p. 51.

²⁶³ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 45.

²⁶⁴ DREHER, 1984, p. 210.

²⁶⁵ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 47.

²⁶⁶ DADALTO, 2011, p. 33.

3. IMIGRANTES ALEMÃES NO ESPÍRITO SANTO SOFREM AS CONSEQUÊNCIAS DA NACIONALIZAÇÃO E DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Diferenças entre povos, culturas e nações, isso sempre existiu. Mas quem define que grupo é superior ao outro? O poder, a raça ou a força? Essas definições são habituais nas relações de grupos e se tornam ainda mais eficazes quando há relação de poder. Para Elias e Scotson, muitas vezes as “diferenças [são] raciais ou, às vezes, religiosas”²⁶⁷.

No Brasil, no estado do Espírito Santo, alguns fatores foram a mola propulsora que influenciou nas diferenças existentes entre os dois grupos aqui estudados (Imigrantes italianos e seus descendentes / católicos e Imigrantes alemães e seus descendentes / luteranos). A vida isolada nas pequenas comunidades, a dificuldade em assimilar a língua portuguesa, às leis do império / república. Todos esses fatores levaram os imigrantes alemães a se sentirem “estranhos”²⁶⁸. Giralda Seyferth, afirma que “por um lado, eles não conseguiam se desvencilhar de sua tradição, de sua língua materna – e nem o queriam; por outro lado, eles não queriam mais ser vistos como “estrangeiros”, “estranhos””²⁶⁹.

Outro fator importante, foi a facilidade encontrada pelos imigrantes italianos / católicos na chegada ao Brasil. Estes, podiam casar, registrar seus filhos, batizá-los e até mesmo enterrar entes no cemitério público, o que era bem diferente para os imigrantes alemães não-católicos:

A observação de Fausel de que os evangélicos eram “tolerados, sim”, mas “não obstante, eram cidadãos de segunda classe em todos os sentidos” apoia-se, além disso, no fato de que os matrimônios evangélicos não eram reconhecidos, e, sim, equiparados a concubinatos, os matrimônios mistos eram proibidos e que protestantes eram ameaçados expressamente com multas, se seus locais de culto fossem reconhecíveis como igrejas cristãs por uma torre, sinos ou cruz²⁷⁰.

Marlow acredita que

²⁶⁷ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 31.

²⁶⁸ SEYFERTH, 1994, p. 06.

²⁶⁹ SEYFERTH, 1994, p. 06.

²⁷⁰ PRIEN, 2001, p. 40 e 41.

se compararmos os imigrantes alemães e italianos que vieram para o Brasil, perceberemos que os imigrantes italianos, digamos assim, se "adaptaram" ou foram mais aceitos que os imigrantes alemães. Isso se nota, especialmente, na questão da religiosidade, enquanto que os italianos, por serem católicos, estavam mais próximos do que esperavam das autoridades brasileiras, os alemães, a maioria deles, protestantes, teve dificuldades e foram vistos como um grupo, muitas vezes, isolado. Isso fica ainda mais claro na época do Governo Vargas com a Campanha de nacionalização, quando todos deveriam falar a língua portuguesa. É verdade que também os italianos foram perseguidos (especialmente a partir do momento em que o Brasil entrou em guerra contra o Eixo, composto por Alemanha, Itália e Japão), mas, as maiores perseguições ocorreram, de fato, contra os imigrantes alemães, pelo fato de a maioria não falar o português, atrelado à questão da religiosidade protestante, no caso, luterana²⁷¹.

Com esses fatores, é possível identificar os motivos que levaram esses dois grupos a não vivenciarem uma integração dos mesmos desde os primórdios.

O Império Brasileiro, pelo próprio fato de ter uma religião de estado não tinha condições para integrar perfeitamente bem essa gente estranha, de fala "arrezada" e de outra religião, apesar de todas as suas afirmações de tolerância. Willems também acentua que "a associação específica de germanismo e protestantismo fez da Igreja Evangélica Alemã no Brasil um foco de resistência à assimilação"²⁷².

Elias e Scotson, afirmam ainda que "a superioridade de poder confere em vantagens aos grupos que a possuem"²⁷³, sendo que essas vantagens podem ser "materiais ou econômicas". Vantagens essas, que levam aos grupos outsiders a se sentirem mais que excluídos:

No novo ambiente brasileiro, os imigrantes alemães estavam desde o início em situação de marginalidade. As povoações teutas surgiram geralmente em regiões pouco povoadas e, por esse motivo, o contato com a população já estabelecida no país era mínimo. Elementos da cultura brasileira só eram adotados quando se via neles alguma vantagem²⁷⁴.

Um dos problemas do relacionamento entre grupos estabelecidos e os outros é a aversão. A proibição dos casamentos mistos, por exemplo, pode ser explicada em Elias e Scotson, que sugerem:

A aversão, desprezo ou ódio que os membros de um grupo estabelecido sentem pelos de um grupo outsiders, assim como o medo de que um contato mais estreito com estes últimos possa contaminá-los, não diferem nos casos em que os dois grupos são claramente distintos em sua aparência física e naqueles em que são

²⁷¹ Ver Anexo 47 – Entrevista Sérgio Luiz Marlow, p. 144.

²⁷² PAULA, 1969. p. 509.

²⁷³ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 33.

²⁷⁴ DREHER, 1984, p. 39.

fisicamente indistinguíveis, a ponto de os párias menos dotados de poder serem obrigados a usar uma insígnia que mostre sua identidade²⁷⁵.

Essa relação de poder e superioridade visível entre os grupos estudados, está intimamente ligada a “exclusão étnica, cultural, econômica, de gênero ou de estilo de vida”, entre os imigrantes, e sinaliza a relação de superioridade, que está “claramente tendo como pano de fundo estratégias de diferenciação entre quem “deve e pode” dominar e quem “deve e será” dominado”²⁷⁶.

A interação entre “quem somos nós no agora, nosso modo de interagir, de ver e de ouvir”²⁷⁷, conduz ao passado, ou seja, os grupos descendentes dos imigrantes reproduzem, em grande parte, as vivências de décadas.

Dreher esclarece ainda que, além do desprezo vivido pelos imigrantes alemães em terras brasileiras, ainda conviviam com igual ou pior desprezo por seus ‘compatriotas’:

Mesmo após 1871 os interesses do próprio Reino Alemão em relação ao Brasil foram mínimos. Referimo-nos especialmente a interesses que se relacionam com os descendentes de imigrantes teutos no Brasil. É conhecida a sentença de Bismarck: “Um alemão, que despe sua pátria como um velho casaco, não é mais um alemão para mim, não tenho mais interesses de compatriota em relação a ele”²⁷⁸.

Não obstante, o que também dá uma ideia da diferenciação vivida pelos imigrantes alemães em relação aos italianos, eram as leis. Como assegura Wirth, “havia uma grande discrepância entre o texto da lei e a postura das autoridades brasileiras, uma vez que estas tendiam a ser mais tolerantes do que a própria lei o permitia”²⁷⁹.

Isso faz com que a segregação dos imigrantes alemães vá além das perspectivas dos dois grupos, já que o próprio império, posteriormente República, segregavam estes à marginalização. Elias e Scotson afirmam que:

²⁷⁵ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 32.

²⁷⁶ DADALTO, 2011, p. 41.

²⁷⁷ DADALTO, 2011, p. 40.

²⁷⁸ DREHER, 1984, p. 43.

²⁷⁹ WIRTH, 1998, p. 163.

Quer os grupos a que se faz referência ao falar de “relações raciais” ou “preconceito racial” difiram ou não quanto a sua ascendência “racial” e sua aparência, o aspecto saliente de sua relação é eles estarem ligados de um modo que confere a um recursos de poder muito maiores que os do outro e permite que esse grupo barre o acesso dos membros do outro grupo ao centro dos recursos de poder e ao contrato mais estreito com seus próprios membros, com isso relegando-se a uma posição de outsiders²⁸⁰.

Não só no passado é perceptível a relação de soberania e mediocridade presente na história de alguns grupos. Mesmo após anos, ainda é possível identificar rupturas nos relacionamentos. Marlow descreve:

Lembro que quando iniciei as pesquisas sobre o tema, com as quais pretendia entender melhor a posição do Sínodo Evangélico Luterano no Brasil sobre questões relacionadas ao Germanismo e ao Nacional Socialismo Alemão, bem como compreender o que haveria se passado com dois pastores luteranos presos e condenados pelo Estado Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, fui “aconselhado” por uma pessoa com essas palavras: “o senhor tenha muito cuidado com este assunto, pois é assunto escabroso, no qual não se convém tocar”²⁸¹.

Mesmo o Brasil não absorvendo os imigrantes aqui aportados e os mantendo isolados, repetidas vezes, os alemães e seus descendentes foram acusados de não se integrarem. Marlow afirma que os imigrantes “se manteriam à margem da nação brasileira pela ausência de miscigenação, pela conservação da língua, dos costumes e do legado cultural”²⁸².

Antes mesmo da instalação da campanha de Nacionalização, o Espírito Santo já passava por essa ‘doutrinação’. “O fato é que já existia em embrião um conjunto de ideias ligadas à segurança nacional, pensadas não apenas como defesa externa, mas principalmente, desenvolvidas no interior da problemática dos inimigos internos”²⁸³.

Antes mesmo da Campanha ser instalada de maneira Nacional, é sabido que “O Espírito Santo foi o segundo estado a investir no projeto de nacionalização do

²⁸⁰ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 32.

²⁸¹ MARLOW, 2013, p. 17.

²⁸² MARLOW, 2006, p. 27.

²⁸³ MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. *Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas / Bley (1930/1940)*. Vitória: UFES, Dimensões, Vol. 25, 2010, p. 182-183.

sistema escolar, apenas três meses após o Paraná ter começado o processo, no início de 1938”²⁸⁴.

Explodindo a Segunda Guerra Mundial, os imigrantes e seus descendentes sofreram ainda mais. Gaede sustenta que este período foi um dos mais difíceis levando até pastores serem substituídos em suas comunidades, como por exemplo, em Santa Maria de Jetibá em que lideranças tiveram de “substituir o Pastor Rölke nas atividades pastorais”²⁸⁵.

Os colonos alemães, que como já descritos, viviam isolados, estendiam cada vez mais a atuação da igreja luterana em sua vida cotidiana. Os pastores assumiam “o papel de condutor da vida espiritual das comunidades”²⁸⁶ e iam além da religião, pois a vida espiritual e social estavam entrelaçadas com a igreja.

Os pastores provenientes da Alemanha, especialmente em função da sua escolaridade exerciam uma influência decisiva sobre todo o grupo. Isto faz com que muitas vezes, além da conduta espiritual passasse também a exercer um papel de professor nas escolas de comunidade (Gemeindeschaul) ou até de médico ou de autoridade salomônica em disputas eventualmente surgidas entre os colonos. Desta forma, o papel dos ministros religiosos desde o início passou a ser de suma importância na manutenção da harmonia entre o grande grupo de teutos²⁸⁷.

Em relação a parte espiritual, pode-se citar como exemplo que em Santa Maria de Jetibá o Pastor Rölke e sua família vivenciavam o dia a dia da comunidade, porém, presenciar as agruras do Estado Novo foi “o período mais dramático”²⁸⁸. Dona Guerda, filha do Pr. Rölke afirma que não foi um período agradável. “Foi uma época muito difícil para nós. Eu era criança e às vezes ouvia coisas contra os alemães. Foi muita perseguição. A gente passava e algumas pessoas gritavam: ‘Vai alemão safado’”²⁸⁹.

Injúrias eram espalhadas sobre pastores alemães, muita das vezes “por algumas pessoas que, mesmo sendo membros da mesma [comunidade], colocaram-se ao

²⁸⁴ MENDONÇA, 2010, p. 191.

²⁸⁵ GAEDE, 2012, p. 180 - 181.

²⁸⁶ SEIBEL, 2010, p. 136.

²⁸⁷ SEIBEL, 2010, p. 137.

²⁸⁸ GAEDE, 2012, p. 176.

²⁸⁹ Ver Anexo 16 – Entrevista Guerda Elizabeth Rölke Potratz; p. 117.

lado do Estado”²⁹⁰, que foi além das prisões e passou a fechar escolas e desapropriar bens das comunidades luteranas.

Já com a aproximação da guerra na Europa, o governo getulista passou a estimular cada vez mais o nacionalismo brasileiro, tendo conseqüentemente também criado um sentimento de antigermanismo na população nativa. Tudo que lembrava fatos ou pessoas não brasileiras passou a ser hostilizado²⁹¹.

Tudo estava relacionado. Os teuto-brasileiros tinham suas escolas construídas pela comunidade, pagavam o professor, compravam material didático e os móveis com esforços próprios. Valquíria Elita Renk afirma que “inúmeros são os relatos de falta de escolas públicas e também de requerimentos de colonos solicitando às autoridades a construção de escolas públicas”²⁹².

Escola, religião, trabalho e convívio social tinham significativa relação para os imigrantes alemães. Através da Nacionalização no Espírito Santo, o interventor Bley, entendia que essa relação era de suma importância para a racionalização do que pretendia o Estado Novo, que via nas “instituições escolares capixabas, tal como a Igreja e a família”²⁹³, eficiente mediador para a formação do trabalho no cotidiano dos teuto-brasileiros. Mendonça afirma ainda que “a importância e a imposição de utilizá-lo de forma racional não somente atingiu a escola, como foi propagada a partir dela”²⁹⁴.

Para Martin Dreher, inicialmente, essas medidas do Estado Novo “não atingiram em primeira linha as comunidades, mas seus pastores alemães”²⁹⁵. As famílias dos pastores sofreram com essas medidas e Guerda Rölke dá exemplo disso: “Enquanto eles (os pastores) estavam presos, a gente teve de se virar, a gente não entendia o que estava acontecendo. Tivemos de dar um jeito de plantar até aipim pra comer”²⁹⁶.

²⁹⁰ GAEDE, 2012, p. 181.

²⁹¹ SEIBEL, 2010, p. 253.

²⁹² RENK, 2008, p. 4287.

²⁹³ MENDONÇA, 2010, p. 189.

²⁹⁴ MENDONÇA, 2010, p. 189.

²⁹⁵ DREHER, 184, p. 212.

²⁹⁶ Ver Anexo 16 – Entrevista Guerda Elizabeth Rölke Potratz; p. 117.

Esse é o contraponto entre auto e baixo-estima. Imigrantes católicos e imigrantes alemães estavam em situações opostas, na grande maioria das vezes. Elias e Scotson analisam que “a auto-imagem e auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele”²⁹⁷. Mas pode-se acrescentar, que auto-imagem e auto-estima estão ligadas àquilo que os não-membros pensam também.

Com os posicionamentos do Nacionalismo Brasileiro, muitos pastores, conforme Dreher foram acusados de inimigos do país.

Nessa situação, os pastores do Espírito Santo, por exemplo, viram-se forçados a solicitar a proteção da embaixada alemã; alguns pastores também se dirigiram ao Departamento para o Exterior da Igreja Evangélica Alemã, solicitando sua renovação para a Alemanha²⁹⁸.

Sr. Henrique Carlos Frederico Berger²⁹⁹, 83 anos, morador de Santa Maria de Jetibá relata que o período da Era Vargas e da Segunda Guerra “foi uma época muito difícil”. “Aqui, nós não podíamos falar em alemão. Diversos foram presos, alguns pastores também, a gente apanhava se falasse em outra língua”³⁰⁰.

Guerda, apesar da idade e da dificuldade de recordar, ainda lembra desse período sombrio:

Meu pai foi preso, por ser alemão e diversos descendentes também foram presos. Diversos pastores foram presos e assim as famílias passavam dificuldades, pois meu pai não estava trabalhando, estava preso, aí não recebia o ordenado e nós tivemos de nos virar pra poder viver nesse período. Foram alguns meses nessa situação³⁰¹.

Em busca de uma uniformidade da população brasileira o Estado Novo mantinha intenso alerta sobre a população germânica. Para Marlow “Por meio de intensa vigília às comunidades estrangeiras, tentou-se dissipar os grupos enquistados no território nacional”³⁰².

²⁹⁷ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 40.

²⁹⁸ DREHER, 1984, p. 214.

²⁹⁹ Ver anexo 20: Entrevista completa Henrique Berger; p. 121 / Ver anexo 21 foto, p. 123.

³⁰⁰ Ver anexo 20 entrevista Henrique Berger; p. 121.

³⁰¹ Ver Anexo 16 – Entrevista Guerda Elizabeth Rölke Potratz; p. 117.

³⁰² MARLOW, 2013, p. 123.

Com a promulgação de decretos-lei o Governo Federal acionou práticas repressivas que afetaram a vida cultural e política de estrangeiros e seus descendentes. O objetivo era romper os laços culturais que os mantinham ligados aos seus países de origem em prol da homogeneização da sociedade brasileira³⁰³.

Isso poderia ter dado certo, porém, “até o ano de 1937 o processo de alfabetização estava basicamente a cargo das “Gemeindeschaul”, isto é, o ensino administrado pelas próprias igrejas”³⁰⁴.

As décadas de 30 e 40 no Brasil marcaram os sínodos luteranos aqui instalados devido à Campanha de Nacionalização imposta pelo Governo de Getúlio Vargas e à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial junto aos aliados. Neste sentido, também os luteranos do Sínodo Missouri [e outras localidades] foram atingidos pelas medidas repressivas do Estado Brasileiro³⁰⁵.

É preciso lembrar que os protestantes provocaram, diz Dreher, “a expansão geográfica do protestantismo de imigração [porém, mesmo a partir do Estado Novo, da política de heterogeneização] são e continuam a ser, do ponto de vista político, grupos marginais”³⁰⁶. E sendo assim, a expectativa do governo em relação à conduta social destes imigrantes e de seus descendentes era que: estes “indivíduos executassem ordens, submetidos a dispositivos de poder que sobre eles recaíram, não apenas no trabalho, mas na vida cotidiana em geral”³⁰⁷.

Essa visão do grupo ‘outsiders’ o afasta mais ainda com a Segunda Guerra Mundial, mas Seibel indica que;

Quem vivia no meio rural, estava preocupado com sua lavoura com o bem-estar da sua família e com o preço do café. Pouco se importava com os prospectos e o material de propaganda nazista que, por vezes, lhe chegavam às mãos. Se nas figuras viam o ditador Adolf Hitler acariciando os cabelos loiros de crianças germânicas significava apenas que mais alguém, importante ou não, muito longe de lá, no além-mar, também demonstrava estar gostando de crianças. Os adultos se perguntavam: “o que nós temos a ver com isto?” Suas prioridades eram outras. Até porque a sistemática perseguição a tudo que lembrasse o “ser um alemão” trazia medo e apreensão³⁰⁸.

³⁰³ MARLOW, 2013, p. 123.

³⁰⁴ SEIBEL, 2010, p. 258.

³⁰⁵ MARLOW, 2013, p. 138.

³⁰⁶ DREHER, 1984, p. 128.

³⁰⁷ MENDONÇA. 2010, p. 189.

³⁰⁸ SEIBEL, 2010, p. 255.

Sr. Henrique Berger lembra que, naquela época não havia comunicação em Santa Maria de Jetibá, o que dificultava o contato com as lideranças governamentais ou até mesmo de ligação com o Nazismo. “A gente não tinha rádio aqui, então vinha um rapaz de outra comunidade que tinha rádio e em seu cavalo chegava aqui pra nos contar o que aconteceu durante a semana. Essa era nossa comunicação”³⁰⁹.

É fato, e tem-se que admitir que esse distanciamento do Nazismo não perdurou em todas as comunidades. A simpatia com as ideologias das propagandas na Alemanha colidiam com a política de abasileiramento.

As consequências dessa marginalidade fizeram-se sentir especialmente durante os quinze anos de governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Grupos marginais são especialmente suscetíveis a ideologias fascistas e similares. As congregações luteranas não ficaram imunes ao Nazi-facismo e ao Integralismo, e, nessa, situação, chocaram-se com as pretensões de abasileiramento do Brasil que se fazem presentes no regime de Vargas. As congregações que haviam vivido no mais completo isolamento, de uma hora para outra foram tiradas deste isolamento com medidas muitas vezes mais arbitrárias. As escolas tiveram suas portas cerradas, muitas congregações perderam com elas também seu local de culto; os pastores, por serem estrangeiros, foram internados em colônias penais³¹⁰.

Apesar da falta de provas sobre a “existência de grupos de juventude nazista no estado de Espírito Santo”³¹¹, houve perseguição aos costumes dos imigrantes alemães no estado desde “a chegada dos Camisas Verdes do Movimento Integralista Brasileiro”³¹². Seibel, em seu livro *‘Imigrante no século do isolamento / 1870-1970’*, traz alguns depoimentos sobre essa época:

Conheci uma pessoa que foi líder do integralismo aqui na região (Otaviano Santos). Domingos Martins foi berço do Integralismo no ES. Faziam desfiles. Usavam aquela camisa verde. Muitos confundiram integralismo com nazismo. Uma coisa não tem a ver nada com a outra. Mas todo mundo achava que tinha. Tanto que até ele que era líder do integralismo daqui, depois foi contra. O movimento foi muito forte. Tem muita gente que ate hoje ainda sabe cantar o hino do Integralismo³¹³.

³⁰⁹ Ver Anexo 20 – Entrevista Henrique Berger; p. 121.

³¹⁰ DREHER, 1984, p. 129.

³¹¹ SEIBEL, 2010, p. 254.

³¹² SEIBEL, 2010, p. 256.

³¹³ SEIBEL, 2010, p. 254.

Os pastores iam sendo presos, alguns faziam esconderijos. Um Pastor de Laranja da Terra “chegou a fazer um esconderijo na terra”³¹⁴ e temendo a prisão, a maioria buscava manter-se escondido:

Os pastores tiveram que ficar escondidos. No sótão deste prédio aqui, que era da família Schwambach, alguns pastores tiveram que ficar escondidos. Naquele tempo o Pastor Bielefeld morou aqui muito tempo, para não ser preso. Depois disto o pastor Wanke ficou um bom tempo preso em Vitória. Também por aqui quebraram muitas inscrições em lápides de cemitério. Antes do início da segunda guerra o alemão tinha sido proibido. Isto começou na época do integralismo³¹⁵.

Todas as regras deveriam ser cumpridas sem questionamento. Mesmo em se tratando do sistema educacional, que até então era cuidado pela comunidade, nada passava sem a averiguação do Sr. Bley. “A educação escolar primou pela obediência a ordens emitidas de maneira absoluta, não dando margem para nenhum tipo de discussão das decisões”³¹⁶.

Nesse sentido, a atmosfera de acatamento indiscutível da imposição de ordens tomou conta da sociedade capixaba no período Bley, fundamentalmente durante o Estado Novo, quando o êxtase autoritário impôs-se enquanto política de segurança nacional, ensaiando formas de militarização de comportamentos e do processo educativo³¹⁷.

Quando o Governo passou a confiscar tudo, a maioria dos teuto-brasileiros buscava salvar algo que os lembrasse de sua origem, mas, nada passava ileso pela mão do Governo, tudo era apreendido, queimado ou quebrado:

Conseguimos esconder tudo. Estávamos preparados para a chegada deles. Eles estavam especialmente atrás do livro “Mein Kampf” (Minha Luta, de Adolf Hitler). Até atrás de louças e talheres andavam. Minha mãe escondeu tudo na casa de outras pessoas. (Quem fazia este quebra-quebra nos cemitérios) Era um pessoal mesmo legalizado pela justiça de Vitória. Teve lugar em que quebravam tudo³¹⁸. Estavam inclusive destruindo os cemitérios. Tem-se notícias de um cemitério aqui de Jequitibá, que hoje está abandonado, pelo que contavam, foi praticamente todo destruído, inclusive os túmulos, as lápides. Não podia haver inscrições em alemão³¹⁹.

³¹⁴ SEIBEL, 2010, p. 267.

³¹⁵ SEIBEL, 2010, p. 265.

³¹⁶ MENDONÇA, 2010, p. 189.

³¹⁷ MENDONÇA, 2010, p. 189.

³¹⁸ SEIBEL, 2010, p. 270.

³¹⁹ SEIBEL, 2010, p. 271.

Dona Luiza Lenke Rassch³²⁰, de 75 anos, reside na divisa dos municípios de Baixo Guandú – ES e Itueta – MG, lembra bem como foi viver a infância nessa época: “A gente colocava a bíblia dentro do forno e tampávamos com lenha para não ser encontrada. Todo mundo fazia esse tipo de coisa. Todos escondiam seus objetos alemães, mas muitas vezes, erámos pegos e as bíblias, queimadas”³²¹.

Em algumas dessas ocasiões, a família de Dona Luíza corria para a mata temendo por suas vidas. “Nós dormíamos no mato. E pela manhã papai olhava se o pessoal tinha ido embora, pra gente poder ir pra casa. Passávamos a noite assim, por medo deles nos matarem”³²².

O problema se torna ainda mais gigante quando sabe-se que, desde os primórdios da imigração, o sistema de doação de terras do Governo Imperial fazia com que as famílias, em seus pequenos grupos e comunidades isoladas, reproduzissem “no novo ambiente, ao menos, em parte, seus antigos valores culturais, preservando costumes, língua e religião”³²³. Os imigrantes tinham pouco ou quase nenhum contato com os brasileiros e a partir do Estado Novo esse contato não se tornou favorável à integração. Faculdade Unida de Vitória

Para as autoridades brasileiras, era preciso “abrasileirar a todos os grupos de estrangeiros e descendentes no Brasil”³²⁴, já que, as igrejas mantinham unidos os grupos à pátria natal, mas, essa lógica trouxe grandes prejuízos educacionais para esse povo que valorizava a educação. Poucas eram as escolas públicas e as comunidades não tinham acesso às mesmas. “Com a chegada da guerra, o ensino foi interrompido. As salas de aula simplesmente ficaram desertas”³²⁵. Seibel afirma ainda que através disso e de pedagogia duvidosa advinda dos professores ‘brasileiros’, “milhares de crianças deixaram de ter acesso à alfabetização”³²⁶.

³²⁰ Ver anexo 23: entrevista completa Luíza Lenke Raasch: p. 125 / Ver anexo 24 – Foto p. 128.

³²¹ Ver anexo 23 – entrevista Luíza Lenke Raasch; p. 125.

³²² Ver anexo 23 – entrevista Luíza Lenke Raasch; p. 125.

³²³ MENDONÇA, 1989, p. 146.

³²⁴ MARLOW, 2013, p. 124.

³²⁵ SEIBEL, 2010, p. 258.

³²⁶ SEIBEL, 2010, p. 259.

Nas poucas escolas com professores brasileiros, além destes, em função da barreira lingüística não conseguirem se comunicar com as crianças, ainda praticavam um sistemático processo de terrorismo com estas crianças que sequer compreendiam as razões de todos estes maus tratos. “Tinha uma professora de origem (lusobrasileira) em Afonso Cláudio que castigava muito os pomerânios. Falava que os alemães vão ser mortos como se mata os frangos”³²⁷.

Através de decreto o governo getulista ordenava, além da fala obrigatória em português, o não recebimento de qualquer ajuda que as escolas poderiam receber de instituições ‘suspeitas’ de não pregarem a nacionalização, ou não aceitarem o abrasileiramento da população migrante.

O referido decreto-lei ainda proibia a qualquer estabelecimento de ensino a receber, direta ou indiretamente, quaisquer contribuições para sua manutenção a título de subvenções, auxílios e donativos, de instituições ou governos estrangeiros, de instituições ou organizações estrangeiras com sede no Brasil ou de associações ou entidades que professassem ideologias contrárias ao regime instituído, quer tivessem sede no país ou fora dele. O decreto-lei começou a ser aplicado imediatamente através de várias resoluções³²⁸.

O Governo queria utilizar a escola para atingir às populações estrangeiras já que ela, a escola, seria “a instituição onde pareceu ser possível, naquele momento, atingir amplos segmentos da população no sentido de normalizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos”³²⁹.

Os campos das colônias capixabas, de campos de plantio passaram a refletir os campos da Segunda Guerra Mundial. Dadalto, afirma que quando há sentimento de estabelecido é preciso negar o outro³³⁰. Esse ‘outro’, são os imigrantes alemães.

É bastante claro que os epítetos “antigo” e “novo”, aplicados às formações sociais, apontam para diferenças no tempo de residência ou de conhecimento de seus membros e famílias. Talvez menos evidente é que esses termos apontam para diferenças na estrutura dos grupos e que esse tipo de diferença estrutural desempenha um papel em sua hierarquização³³¹.

Por conta de todo o histórico, já relatado aqui, da fixação e permanência dos imigrantes alemães e seus descendentes em solo brasileiro, leva a compreensão da não aceitação rápida e simples destes ‘outsiders’ à Campanha de Nacionalização.

³²⁷ SEIBEL, 2010, p. 260.

³²⁸ GAEDE, 2012, p. 178.

³²⁹ MENDONÇA, 2010, p. 187.

³³⁰ DADALTO, 2011, p. 35.

³³¹ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 52 – 53.

Em relação à educação, por exemplo, Dreher afirma que, no Espírito Santo às comunidades tiveram reações de rivalidade.

O relatório também serve de ponto de referência para o posicionamento daquelas comunidades do Sínodo, formadas especialmente por descendentes de alemães, cujos antepassados já haviam imigrado no Brasil no século passado. Quando do fechamento das escolas comunitárias, formou-se imediatamente um grupo nessas comunidades que pretendia que se entregasse as escolas ao governo³³².

Nada que estivesse relacionado à Alemanha podia ser mantido. “Era vedado manter salas de aula destinadas ao ensino de gravuras, estampas, emblemas e alegorias que não tivessem cunho de brasilidade”³³³.

Com a obrigatoriedade do governo à fala da língua portuguesa, escolas³³⁴ com poucos professores e outras fechadas por falta dos mesmos familiarizados com a língua, os que tinham condições, estudaram em casa.

Em algumas localidades, os pais passaram a pagar pelo ensino. Desta forma também em Santa Joana, em 1910 foram estabelecidos valores que variavam de seis a doze mil réis ao ano por cada criança enviada para a escola. Na prática, escolas de comunidade, mas especialmente estas escolas de colônia obtiveram resultados bastante precários³³⁵.

Sr. Norberto Raasch³³⁶ (esposo de Luíza Lenke Raasch), com 75 anos foi um dos poucos que tiveram condições a ter esse estudo em casa.

Eu tive aula particular de alemão, o professor era pago pra vir em nossa casa nos dar aula, porque na escola nós estudamos até o quarto ano. Nós tínhamos de aprender as duas línguas. Português, porque era obrigatório e Alemão porque era a língua que falávamos em casa. Por ser proibido falar em alemão fora de casa, meu finado pai e o da Luíza pagava professor pra nos dar aula em casa. Até mesmo o ensino confirmatório, tínhamos de estudar em casa³³⁷.

Tudo isto resultou em um crescimento do analfabetismo. O prejuízo na escolarização não foi ainda maior graças à manutenção de um ensino confirmatório realizado às escondidas. Todos estes fatos contribuíram ainda mais para a preservação deste pernicioso isolamento³³⁸.

³³² DREHER, 1984, p. 212 – 213.

³³³ GAEDE, 2012, p. 177 – 178.

³³⁴ Ver Anexo 35: Escola em Santa Maria de Jetibá, p. 135.

³³⁵ SEIBEL, 2010, p. 144.

³³⁶ Ver anexo 23 – entrevista completa Norberto Raasch: p. 125 / Ver anexo 24 – Foto p. 128.

³³⁷ Ver anexo 23 – entrevista Norberto Raasch; p. 125.

³³⁸ SEIBEL, 2010, p. 260.

Com a proximidade do início da Segunda Guerra, o nacionalismo foi incentivado pelo Governo Brasileiro. O que trouxe junto a esse incentivo “um sentimento de antigermanismo na população nativa. Tudo que lembrava fatos ou pessoas não brasileiras passou a ser hostilizado”³³⁹.

O livro *Quando Soarem os sinos* do Pr. Valdemar Gaede, traz relatos, através de seus textos, de pessoas que viveram o período do Estado Novo e da explosão da guerra. O Pr. Sigmund Wanke buscava saídas para conciliar a cultura alemã com as regras do Governo que não eram muito eficazes;

Deixemos que o próprio (Sigmund) Wanke relate sobre a época de sua atividade pastoral no Estado do Espírito Santo:

“Na época da minha chegada ao Brasil, o serviço pastoral em todas as comunidades luteranas era feito em língua alemã. Isto mudou abruptamente no ano de 1938, quando eu ainda era pastor em São Bento (Pancas). Neste ano, o governo brasileiro exigiu que todas as prédicas, nos cultos, fossem feitas em língua portuguesa. Naquele tempo o meu português era mais do que deficiente. A saída encontrada nesta situação foi a seguinte: eu escrevia prédicas bem breves em alemão e pedia a um farmacêutico, descendente de alemães, para traduzi-las para o português. A esposa deste farmacêutico, uma professora, ensinava-me a pronúncia correta das palavras. Nos cultos, estas prédicas assim preparadas, eram simplesmente lidas. Logo no início da Segunda Guerra Mundial, quando eu já era pastor em Palmeira, o uso da língua alemã foi totalmente proibido”³⁴⁰.

Faculdade Unida de Vitória

Além disso, é real que “os pastores luteranos europeus foram aterrorizados e mais tarde terminaram detidos”³⁴¹. O Pr. Wanke foi um dos que acabou por sofrer também com a prisão:

“Quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, em 1942, fui levado para um campo de concentração em Vitória, juntamente com todos os homens de nacionalidade alemã e italiana. Mas, depois de pouco tempo, um grupo após o outro foi mandado para casa. Alguns passaram um período maior no campo, outros permaneceram menos tempo. Eu tive que ficar por lá um período de seis semanas. A libertação foi concedida, mas não podíamos exercer atividades pastorais. Aproveitei estas férias forçadas para estudar, com muito zelo, a língua portuguesa”³⁴².

Ainda em Gaede, temos o relato de um senhor chamado Grossvota de Palmeira, o qual buscava passar para seus descendentes o sofrimento vivido pelos

³³⁹ SEIBEL, 2010, p. 253.

³⁴⁰ GAEDE, Valdemar. *Quando soarem os sinos*. Itaguaçu: PPL – Pastoral Popular Luterana. (sem data), p. 80.

³⁴¹ SEIBEL, 2010, p. 264.

³⁴² GAEDE (sem data), p. 80 – 81.

antepassados. Carta de Grossvota de Palmeira: Um alemão que sofreu as agruras da Segunda Guerra Mundial.

Antes de entregar o meu corpo cansado à terra, ainda preciso relatar aos meus descendentes acerca de grandes sofrimentos que se abateram sobre nós nestes tempos de guerra. Os poderosos deste mundo tramaram e travaram mais um conflito sangrento do qual também nós fomos vítimas mais uma vez.

Aqui, neste país, passamos a ser odiados e perseguidos por causa de nossa origem e da cor de nossa pele. Nem fazemos ideia do que está por detrás desta guerra. Só sabemos falar dos nossos sofrimentos. Nossos cemitérios foram depredados só porque as catacumbas tinham inscrições em língua alemã. Nossas casas foram invadidas por pessoas que estavam à procura de livros suspeitos e de documentos secretos. Crianças, mulheres e idosos foram detidos, levados para a delegacia e torturados psicologicamente. Nosso direito de ir e vir nos foi tirado, pois nas estradas e nas ruas sofremos deboches e agressões. Bandos de “bate-paus”, que se diziam enviados por Getúlio Vargas, invadiram nossas casas e violentaram nossas esposas, nossas filhas e nossas mães. Rasgaram nossos livros, quebraram nossas louças, roubaram nossos relógios, navalhas, concertinas, e cavalos. Comiam e bebiam o que tinha dentro de casa. Mulheres tinham de tirar a roupa e dançar sobre o mel ou melado derramado sobre o piso. Aí cortavam nossas cobertas e nossos travesseiros de penas. Todas as pessoas da casa eram lambuzadas de mel e precisavam rolar-se no meio das penas. Nosso sofrimento era a festa dele³⁴³.

O Sr. Henrique Berger relembra sobre a dificuldade de não poder falar alemão: “Aqui na região (Santa Maria de Jetibá) falava mesmo nossa língua materna, alguns se escondiam quando a polícia passava para não serem pegos”³⁴⁴.

O sofrimento desses teuto-brasileiros se alastrava por todo o país. Marlow estampa em seu texto, indicando Rehfeldt³⁴⁵, que diversos pastores foram presos na região “em virtude de questões relativas à campanha de nacionalização ou mesmo por serem considerados perigosos agentes nazistas em solo brasileiro”³⁴⁶.

Sete pastores foram proibidos de pregar em qualquer língua. Dezenove pastores foram presos e passaram por períodos diferentes na prisão. Quatorze pastores tiveram suas bibliotecas tomadas e queimadas porque alguns de seus livros eram em alemão³⁴⁷.

³⁴³ GAEDE (sem data), p. 109 - 110.

³⁴⁴ Ver anexo 20: Entrevista Henrique Berger; p. 121.

³⁴⁵ REHFELDT, Mário. *Um grão de mostarda: A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. Vol. 1, Porto Alegre: Concórdia, 2003, p. 145.

³⁴⁶ MARLOW, 2013, p. 135.

³⁴⁷ MARLOW, 2013, p. 135.

Eles eram presos e mantidos sob custódia da polícia indiscriminadamente e pelo tempo que a polícia assim o quisesse. Marlow cita Cancelli³⁴⁸ e descreve esta situação: a autora Cancelli enfatiza que uma prática bastante comum no período em questão era a forma autoritária e indiscriminada como atuava a polícia nos Estados. Segundo a autora, “a lei permitia que a polícia prendesse todo e qualquer indivíduo e o mantivesse a sua disposição”³⁴⁹.

Contra o Pr. Rölke, por exemplo, foi registrado em 03 de maio de 1938 que “o secretário de Educação e Saúde [começava] a ajustar contas com a escola comunitária de Santa Maria de Jetibá, dirigida pelo Pastor Rölke”³⁵⁰. O motivo era que o pastor havia sido denunciado por realizar “obra de desnacionalização desabusadamente”³⁵¹.

A interventora na escola de Santa Maria foi a professora católica Gisela Salloker Fayet, filha do antigo chefe político de Santa Isabel, o austríaco Maximiliano Salloker. Esse tinha ligações familiares com o secretário Rabelo. Para não se tornar suspeito de violar o decreto-lei 9.255, que punia quem boicotasse a “nacionalização do ensino”, o Pastor Rölke hospedou, em sua própria casa, a interventora. [...] Mesmo hospedada na residência do pastor, a professora Gisela prestava informações à polícia a respeito de supostas atividades contrárias à ordem instituída por parte de Rölke, o que culminou, mais tarde, na prisão injusta do pastor³⁵².

Igrejas³⁵³ foram destruídas e, em alguns casos, queimadas. Sérgio Luiz Marlow descreve ainda a prisão e morte de Pedro Munsberg na citação que faz do autor José Plínio Fachel³⁵⁴:

Os militares disseram que Pedro havia se enforcado na fechadura da porta da cela [...] no entanto, a comunidade tinha e tem convicções de que ele foi morto pela polícia. Com essa morte, ficam inconsistentes as versões de que os manifestantes apenas atacaram os bens materiais, preservando a integridade física dos perseguidos³⁵⁵.

³⁴⁸ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1994, p. 209.

³⁴⁹ MARLOW, 2013, p. 136.

³⁵⁰ GAEDE, 2012, p. 178.

³⁵¹ GAEDE, 2012, p. 178.

³⁵² ³⁵² GAEDE, 2012, p. 178.

³⁵³ Ver Anexo 35: Imagem de uma igreja de Rio Claro, p 135 / Anexo 36 – Primeira Capela e casa paroquial de Santa Maria de Jetibá, p. 136;

³⁵⁴ FACHEL, José P. G. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Egufpel, 2002, p. 87.

³⁵⁵ MARLOW, 2006, p. 137.

O governo ‘tomava’ conta das propriedades luteranas. Em Santa Maria de Jetibá, por exemplo, “o então secretário de Governo, Dr. Lindemberg”³⁵⁶, prometeu, em reunião, que a comunidade seria indenizada “pela desapropriação do prédio escolar e centro comunitário; a comunidade doaria uma pequena área nas imediações da escola para o governo”³⁵⁷.

A promessa de indenização não foi cumprida. A população teuto-brasileira não recebeu o prometido e o Pastor Hermann Rölke, que sofria todo o tipo de calúnia, apesar de seu empenho no quesito educação, resolveu dar um esclarecimento à comunidade em reunião no dia 02 de dezembro de 1939:

Como em nossa Comunidade está sendo provocada artificialmente e insistentemente uma grande inquietação e, acima de tudo, está sendo violada a liberdade constitucional de culto e todas as atividades e bens que envolvem, sinto-me no dever de fazer os seguintes esclarecimentos diante da Comunidade: 1) Eu me empenhei pela causa escolar, como era de meu dever, enquanto nenhuma outra pessoa ou instituição se preocupava com o assunto. Mas desde o momento em que entraram em vigor as novas leis escolares, a questão escolar não é mais responsabilidade minha e nem mais o será. Depois disso não mais me ocupei com esta atividade. Com o ensino religioso reiniciaremos somente depois que as crianças tiverem condições de entenderem a língua portuguesa. E isto acontecerá dentro da igreja. Esta será responsabilidade exclusiva do Pastor local. 2) O Estado brasileiro garante liberdade de culto. Qualquer perturbação do mesmo resultará em punição. A existência da Comunidade e a sua instituição é perfeitamente legal e, com isso, a vida comunitária é assunto exclusivo da própria Comunidade, cujos estatutos estão devidamente registrados e são legalmente reconhecidos. Por isso protesto, em nome da Comunidade: a) Contra a perturbação da liberdade do culto e seus preparativos, que ocorrem através de reuniões e atividades semelhantes, sendo que a perturbação destas atividades interfere no direito de culto dos que creem. Da manutenção de uma comunidade protestante faz parte, entre outras coisas, a necessidade da posse de uma área de terra. Se a Comunidade precisa abrir mão desta sua propriedade ou permitir que ela seja fragmentada, estará em jogo a continuidade da existência da paróquia ou, pelo menos, estará em muito prejudicada. Eu, porém, não sou pastor da Comunidade matriz, mas do conjunto das filiadas à Comunidade matriz de Santa Maria de Jetibá. O conjunto e filiais é co-proprietária do terreno paroquial. Consequentemente somente o conjunto dos representantes de todas as comunidades da Paróquia, convocados em assembleia geral, com a devida antecedência, têm direito de tomar decisões que dizem respeito à propriedade das mesmas. Não cabe a uma única pessoa tomar decisões a respeito. b) Por isso protesto, em nome do conjunto das Comunidades, contra estes acontecimentos totalmente ilegais e declaro contrárias aos estatutos e, por isso, nulas e inválidas, todas as decisões tomadas a respeito, pois ocorreram contra lei. Qualquer pessoa que decide de forma diferente a respeito da propriedade da Comunidade, está indo contra os estatutos da mesma³⁵⁸.

³⁵⁶ GAEDE, 2012, p. 181.

³⁵⁷ GAEDE, 2012, p. 181.

³⁵⁸ GAEDE, 2012, p. 182 – 183.

Além das questões relacionadas à propriedade da Paróquia e à liberdade de culto que não estava sendo cumprida, o Pastor relata em seu esclarecimento algumas das calúnias que vinham sendo espalhadas sobre sua pessoa:

3) Uma pessoa da nossa Comunidade está espalhando boatos de que eu estaria “fazendo porcaria” (como ela mesma se expressou) na Comunidade vizinha. A expressão usada permite concluir que ele se refere a coisas como embriaguez ou comportamentos imorais. Mas se, por acaso, esta pessoa estiver se referindo a assuntos comunitários, eu preciso ensinar-lhe a olhar para dentro de seu próprio armário. A respeito do que faço, responsabilizo-me diante de Deus. Competente para opinar sobre minha atuação naquela Comunidade [vizinha] é exclusivamente a Comunidade de Jequitibá. E esta será perguntada a respeito. A pessoa que está espalhando estes boatos será responsabilizada em assembleia geral. Mas para retirar qualquer possibilidade de veracidade destes boatos, declaro, já hoje, estes boatos como uma maldosa calúnia. Sta. Maria, 2 de dezembro de 1939. H. Rölke, Pastor ³⁵⁹.

Conforme indica Ivan Seibel, nada havia mudado drasticamente, por um tempo, nas propriedades rurais, porém, quando “a animosidade dos ‘brasilioner’ contra os teutos aumentava, uma série de acontecimentos puderam ser registrados”³⁶⁰.

As incursões dos “captura soldota”, uma espécie de bandoleiros com atribuições oficiais de “prender nazistas”, terminaram molestando muitas famílias de agricultores. Alimentos eram requisitados, livros de culto religioso, bíblias e hinários escritos em língua alemã eram queimados em público, sob argumento de constituírem propaganda nazista. Mulheres eram molestadas e homens espancados. Tudo em nome da Lei e com um intenso fervor nacionalista ³⁶¹.

No Espírito Santo, os descendentes de italianos violentos eram conhecidos como “Bate paus”³⁶², que atacavam as famílias alemãs luteranas em nome do governo. Sr. Norberto Raasch e Dona Luiza Lenke Raasch lembram com pesar sobre esse árduo período.

Durante o dia ou a noite eles chegavam e assustavam às comunidades e famílias teutas. Seu Norberto lembra bem desse período e de como agiam:

³⁵⁹ GAEDE, 2012, p. 183.

³⁶⁰ SEIBEL, 2010, p. 271.

³⁶¹ SEIBEL, 2010, p. 271 – 272.

³⁶² BATE PAUS:

1. GO. *Indivíduo armado, compelido a servir na polícia rural por deficiência da força pública.*
 2. AM *Informante da polícia; ALCAGUETE*
 3. AM *Indivíduo que guia forças policiais na selva durante operações de combate a guerrilhas.*
 Read more: <http://www.aulete.com.br/bate-paus#ixzz3bisKljk7>

Aqui, existia o que a chamávamos de “bate-paus”. Eles eram, na maioria católicos, mas tinha gente de outras religiões também. Os “bate-paus” entravam com cavalos em baixo das casas (que eram afastadas do chão) e batiam com madeiras no açalho da casa para assustar as pessoas os moradores ³⁶³.

Os “bate-paus”, segundo moradores da região, diziam ser enviados do Governo para colocar “ordem” na localidade. Faziam vistorias nas casas em qualquer hora do dia e caso encontrassem objetos alemães e bíblias escritas no idioma, queimavam. Além disso, roubavam as armas, roupas de cama como colchas artesanais, produção agrícola das famílias e até dinheiro.

Seibel certifica também que os “bate paus” eram grupos organizados que se dispunham a caçar os alemães ‘nazistas’³⁶⁴. Em um depoimento registrado em seu livro o entrevistado declara que: “Os milicianos chegavam às residências montados a cavalo, fazendo barulho com pedaços de pau. Muitas vezes invadiam as propriedades, roubando animais, armas artesanais e alimentos típicos” ³⁶⁵.

Sr. Norberto afirma que a tendência deles era roubar: “Eles vinham com papo de que eram enviados pelo governo para desarmar os alemães, mas eles roubavam. Se eles achassem o dinheiro, roubavam. Isso começou por conta da Segunda Guerra” ³⁶⁶.

Dona Luíza lembra que: “Eles invadiam nossas casas, principalmente dos alemães e judiavam de muitos. Até coisas erradas eles faziam com as mulheres. Nós vimos muito isso por aqui” ³⁶⁷.

E seu esposo ainda recorda com emoção da história de certa vizinha de suas famílias na infância:

Teve um senhor, que foi nosso vizinho, em uma dessas vistorias os “bate-paus” estupraram a esposa dele, o encheram de mel e depois jogaram penas de ganso em

³⁶³ Ver anexo 20 – Entrevista Norberto Raasch; p. 121.

³⁶⁴ SEIBEL, 2010, p. 272.

³⁶⁵ SEIBEL, 2010, p. 272.

³⁶⁶ Ver anexo 23: Entrevista Norberto Raasch; p. 125.

³⁶⁷ Ver anexo 23: Entrevista Norberto Raasch; p. 125.

cima dele e deixaram secar. Depois disso tudo, de roubar e machuca-los, eles ainda o torturaram dizendo que iam cortar as partes íntimas dele³⁶⁸.

Angélica Kamke³⁶⁹ é moradora da região norte do Espírito Santo e divisa com Minas Gerais – Baixo Guandu. Neta de descendentes de alemães, que, no período estudado, vivenciaram os conflitos gerados pela Nacionalização do Governo Getulista e da Segunda Guerra Mundial. Em algumas visitas a comunidade onde morava, sua avó Maria Shuwambar kamke foi uma das que negaram ter presenciado essa época, mesmo toda a família dizendo o contrário. Com isso, é perceptível que as rupturas e cicatrizes que ficaram na vida desses teuto-brasileiros é muito forte. Infelizmente, após minha visita a Sra. Maria veio a falecer, e o avô de Angélica, Sr. Rodolfo kamke já havia falecido há anos.

As casas eram feitas altas do chão, com assoalho de madeira. Embaixo das casas se fechavam cômodos e guardavam as ferramentas, faziam queijos, torrava-se café, moía-se milho pra fubá etc. Os “bate paus” vinham com espingardas e porretes, sempre a cavalo. As mulheres e crianças se escondiam dentro de casa e eles entravam debaixo da casa montados e batiam com os porretes no assoalho, colocando terror. Roubavam mantimentos, ferramentas, animais. Roubavam também colchas, lençóis, panos de prato, toalha de mesa, por que eram bordadas. A produção das colchas era uma tradição passada de mãe pra filha, então em toda casa com filhas meninas tinham as colchas, e eles roubavam. As máquinas de costura não eram esquecidas, pois toda casa tinha. Eles usavam para fazer as peças de roupas e colchas. Também eram levadas³⁷⁰.

Angélica, que recorda muito bem das histórias que ouvia, sabe como tudo aconteceu, mas já não se lembra dos nomes. Mas conta um história que ela mesma identifica como a que mais a marcou:

As histórias são horríveis. Uma vez meus avós me contaram que os bates paus foram a uma casa e nessa casa tinha uma adolescente. A mãe e o pai da menina guardaram o dinheiro da colheita de café no forno e colocaram lenha na frente. Então, eles reviraram a casa toda, mas, não acharam o dinheiro. Amarraram o homem, jogaram mel nele e naquela época os travesseiros eram de pena de galinha. Rasgaram e jogaram as penas nele. E por fim, não satisfeitos, eles estupraram a menina. A mãe conseguiu fugir com os filhos menores pra mata. A menina foi mandada pra vila Valério pra casa de uns tios. Pra conseguir um casamento lá. Pois lá ninguém sabia da história que aconteceu com ela aqui³⁷¹.

³⁶⁸ Ver anexo 23: entrevista Luiza Lenke Raasch; p. 125.

³⁶⁹ Ver anexo 38: entrevista completa Angélica Kamke: p. 137 / Anexo 39 imagem Angélica p. 139 / Anexo 40 imagem avós de Angélica, p. 139.

³⁷⁰ Ver anexo 38: entrevista completa Angélica Kamke: p. 137.

³⁷¹ Ver anexo 38: entrevista completa Angélica Kamke: p. 137.

Diversas outras histórias como essas, ela ouviu durante sua infância e adolescência. Em todas, os “bate paus” roubavam as famílias alemãs³⁷² e as maltratavam. “Todo o roubo e maldade eles diziam que era imposto que os alemães tinham de pagar. Mas meu avô falava que eram bandidos e devido à segunda guerra os alemães eram bem marginalizados aqui na região”³⁷³.

Isso nos ocorre a Elias e Scotson, que afirmam que, quando o rótulo de valor humano é afixado no grupo inferior, isso se torna uma arma para demonstrar a superioridade do grupo estabelecido. “Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo”³⁷⁴.

Essa relação conturbada entre italianos e alemães não se iniciou no Brasil. Logo, crê-se que a nacionalização veio a fortalecer esses laços de indiferença que já eram estabelecidos há décadas. Para Fraga, esses conflitos “têm registros de longa data na região Trentina”³⁷⁵. Uma região que fazia ligação entre as terras germânicas e a península itálica, que, desde o Império Romano, “nela, as populações alemãs e italianas convivem através dos séculos, porém, nem sempre de maneira pacífica”³⁷⁶.

Outra maneira de se entender essa situação é analisar a história religiosa da colônia brasileira já relatada no capítulo anterior. Klug indica que “sendo o catolicismo a religião do Estado, constrangimentos e impasses diversos surgiram no cotidiano dos imigrantes protestantes”³⁷⁷, ou seja, mesmo o Governo se tornando um Estado laico, após todos os anos, era de se esperar que, com a nacionalização obrigatória e com a Segunda Guerra, conflitos e constrangimentos iriam ressurgir.

Salvar alguns pertences era o que cada família esforçava-se pra conseguir. Lembranças da terra natal ou mesmo de entes queridos, bens materiais e objetos

³⁷² Ver anexo 34: Foto da Família Anton (Típica família alemã); p. 135.

³⁷³ Ver anexo 38: entrevista completa Angélica Kamke: p. 137.

³⁷⁴ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 24.

³⁷⁵ FRAGA, Andrey José Taffner. *Rixas entre os imigrantes italianos e alemães na Colônia de Blumenau*. Disponível em: < www.circolotrentino.com.br/site/.../artigo_rixas_italianos_alemaes.doc>. Acesso em: 30 de novembro de 2012, p. 01.

³⁷⁶ FRAGA, p. 01.

³⁷⁷ KLUG, 1998, p. 113.

eram guardados, além de salvar a própria família. Sr. Henrique Berger recorda ainda de como as famílias tentavam salvar e se salvar dos ‘ataques’ dos “bate-paus”.

As pessoas escondiam material em alemão (livros, bíblias³⁷⁸ e até instrumentos musicais) dentro de caixotes de abelha. Policial nenhum chegava perto, pois achava que tinha abelha, mas era um jeito que arrumaram de esconder as coisas, pois eles pegavam tudo. Além disso, sabíamos que os “bate-paus” eram católicos / italianos e diziam ser representantes do governo. Ouvi histórias de um pastor que ficou muito tempo debaixo da terra, escondido. A polícia, os “bate paus” passavam por cima do esconderijo dele, mas não o encontravam³⁷⁹.

Até mesmo a colônia germânica (formada em sua grande maioria de pomeranos) não passou despercebida aos ‘bate- paus’. Os teutos eram confundidos com nazistas e, com isso, severamente discriminados. Barreto registra, em um de seus textos, depoimentos que trazem à tona o pavor que os imigrantes sofriam. “Na Vila Pavão, suas propriedades foram invadidas, livros e documentos foram destruídos e as mulheres sofreram abusos. Os agressores eram conhecidos como “bate-paus”, uma espécie de milícia formada por civis e militares”³⁸⁰.

Vale acrescentar que durante a campanha de abasileiramento da população migrante, as gerações posteriores à imigração passaram por diversos impactos negativos. Barreto registra que:

As perseguições e humilhações públicas por ocasião da Segunda Guerra àqueles que tinham alguma relação com a Alemanha afetaram de maneira particular as comunidades pomeranas, principalmente quando forçadas a entregar seus livros para incineração e adotar o uso obrigatório da língua portuguesa nas escolas e nos templos”, diz Hilda Braun, coordenadora-geral da Associação da Cultura Alemã do Espírito Santo, em 2013, por ocasião dos 154 anos de imigração pomerana na região e do lançamento de uma tradução para o português do livro *Pomeranos unter den Kreuz des Südens* (Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul)³⁸¹.

Em um dos depoimentos mencionados por Seibel, o entrevistado recorda de assaltos que sofreram em nome do Governo:

Naquela época, usavam-se talheres dourados ou de prata. Isto eles queriam. Lembro de uma noite, quando já tínhamos voltado do Rio de Janeiro, chegaram a nos assaltar. A partir daqui meu pai combinou com o pessoal da comunidade de que se

³⁷⁸ Ver anexo 25: foto da bíblia família Raasch, p. 129 / Ver anexo 28: foto da bíblia pomerana exposta em museu, p. 132;

³⁷⁹ Ver anexo 20: entrevista Henrique Berger; p. 121.

³⁸⁰ BARRETO, 2014, p. 02.

³⁸¹ BARRETO, 2014, p. 02.

acontecesse alguma coisa grave com ele, ir-se-ia tocar os sinos da igreja, para que pudessem vir em nosso socorro. Felizmente nada mais aconteceu³⁸².

Outro chocante relato que o autor traz em seu livro, mostra e confirma como os descendentes dos imigrantes permaneceram com a marca do trauma durante suas vidas:

Porque, imagina, minha mãe, que sofreu isto na pele, de ter que dormir no meio do mato. Minha mãe tem pavor quando tem trovoada lá na casa dele ela me liga para dizer que tem trovoada. Ela vive um verdadeiro trauma. Elas dormiam no meio do mato e os homens ficavam escondidos dentro de casa. Porque “eles” vão nos matar. Porque já prenderam o P. Balbach. Isto foi durante a guerra, ou seja, de 1938 e 1945. Minha mãe tem 83 anos ela tem relatos da época³⁸³.

Não era uma situação fácil de ser esquecida pelos alemães, já que como afirma Seibel, os brasileiros criaram raiva dos alemães e dos pomerânios. Fazendo com que suas vidas ficassem marcadas por esse sentimento.

Em Vitória, em uma pousada onde ficava o pessoal do interior, terminaram quebrando tudo. Teve gente que precisou pular janela para fugir da turma. Depois invadiram e acabaram com tudo. Depois aqui em Lagoa, os homens sempre se escondiam e as mulheres muitas vezes dormiam nos matos com medo de serem mortas³⁸⁴.

Nem as lápides dos cemitérios foram poupadas pela Campanha do Estado Novo ou pela repelência que o Nazismo ajudou a trazer contra esses imigrantes. O Sr. Henrique é um dos poucos descendentes que ainda guardam o costume de talhar nas lápides os nomes e mensagens em alemão, mas, relata que: “Hoje poucas famílias ainda talham os nomes dos entes mortos na madeira. Alguns fazem em granito, mas, no passado, muitos tiraram as lápides ou até mesmo tiveram as de seus familiares quebradas. Depois, passaram a escrever em português mesmo”³⁸⁵.

Ivan Seibel afirma que “em nome da Lei também foram destruídos muitos túmulos cujas inscrições não tivessem sido feitas em língua portuguesa, sob o argumento de que fosse uma referência ao nome do ditador Hitler”³⁸⁶.

[...] os próprios familiares retiravam as tabuletas de inscrição para evitar destruição da sepultura. Muitos esconderam. Outros enterraram no chão mesmo por lá. Mas depois

³⁸² SEIBEL, 2010, p. 273.

³⁸³ SEIBEL, 2010, p. 274.

³⁸⁴ SEIBEL, 2010, p. 272.

³⁸⁵ Ver anexo 20 – entrevista Henrique Berger; p. 121.

³⁸⁶ SEIBEL, 2010, p. 268.

botaram tudo de volta. Muitos tiravam mesmo as inscrições, para não chegarem e arrebentar tudo. Não ficava nenhuma identificação ³⁸⁷.

Houve época em que deu problemas por causa da escrita em alemão nas tabuletas das sepulturas. Teve lugares em que tiveram que trocar todas as tabuletas para outras escritas em português ³⁸⁸.

Aqui em Santa Maria também aconteceu. O irmão mais novo do meu pai também faleceu e sua inscrição também chegou a ser arrancada. Meu pai depois mandou refazer a inscrição da sua sepultura ³⁸⁹.

Na relação conflituosa entre Estado e Igreja, Mendonça reitera que, através do uso de “métodos coercitivos e violentos”³⁹⁰, o Estado não abria mão da Nacionalização. Já a igreja – Luterana - permanecia firmada no seu “internacionalismo religioso, não se opunha, ao contrário, até estimulava, a preservação da cultura estrangeira se por esse caminho as portas se abrissem à missão de multiplicar seus fiéis” ³⁹¹.

O que não se pode perder de vista é que “durante a primeira metade do século vinte a igreja luterana, para muitos, era considerada uma igreja alemã” ³⁹², ou seja, com o uso da expressão “Deutsche Kirche im Ausland” [Igreja alemã no Exterior], como a Igreja Luterana era lembrada, entende-se, em partes, a repulsa que alguns grupos criaram em relação aos teuto-brasileiros luteranos. Ivan Seibel descreve essa relação:

Isto facilmente explica o rancor e a agressividade demonstrada pelos grupos que se engajaram na defesa do nacionalismo brasileiro como os próprios “bate-paus” ou “captura” que atuaram no interior do Estado de Espírito Santo na época da Segunda Grande Guerra. O resultado foi observado nas mais diferentes formas de destruição de patrimônio, maus tratos a pessoas inocentes e prisão de pastores ³⁹³.

É preciso lembrar que os imigrantes protestantes, no caso deste estudo os alemães luteranos, somavam diversos constrangimentos. Conforme Beozzo, além dos seus cultos serem “apenas tolerados. Os protestantes sentiam-se assim, triplamente marginalizados: por serem estrangeiros, não proprietários e ademais

³⁸⁷ SEIBEL, 2010, p. 271.

³⁸⁸ SEIBEL, 2010, p. 271.

³⁸⁹ SEIBEL, 2010, p. 271.

³⁹⁰ MENDONÇA, 2010, p. 191.

³⁹¹ MENDONÇA, 2010, p. 191.

³⁹² SEIBEL, 2010, p. 275.

³⁹³ SEIBEL, 2010, p. 275.

não-católicos”³⁹⁴.

Numa tentativa de fazer parte do país que os recebera, mas, não deixando de lado suas raízes, um alemão, o Sr. Gossvota, faz um pedido no seu leito de morte:

Levo este grande sofrimento junto para a sepultura. A bíblia, o catecismo e o hinário conseguimos salvar. Ficaram enterrados, numa mata perto de casa. Até que a calamidade passasse. Agora entrego-os a vós outros. Por onde que que andares neste imenso país, levai junto estes livros sagrados, pois são esteios de fé e ação cristãs. Lutai para que neste país haja lugar para todas as raças. Para todas as cores, para toda a gente. Não vos isoleis dentro desta nação, mas ajudai a dar um bonito colorido à sua gente³⁹⁵.

Depois de passar pela prisão e toda a humilhação possível, o Pr. Rölke passou anos sonhando em morar novamente na Alemanha. Dona Guerda relembra essa vontade: “Meu pai quis voltar pra Alemanha, mas só passou umas férias lá. Imagina, depois de 40 anos no Brasil? Ele não conseguia mais viver lá e ficou aqui até morrer”.

A aculturação dos colonos teutos não se deu durante a Era Vargas e nem mesmo após a Segunda Guerra. Era preciso que os imigrantes e seus descendentes passassem a fazer parte da nação brasileira, não somente no uso obrigatório do português. Isso só aconteceu “quando efetivamente foram abertas mais estradas, possibilitando a lenta substituição da quase monocultura do café pela hortifruticultura, especialmente na região de Santa Maria e arredores”³⁹⁶.

Não foi a Campanha de Nacionalização em si que trouxe uma assimilação da cultura e língua local. Os imigrantes passaram por todo o período do Estado Novo sofrendo as duras classificações que recebiam, além das censuras religiosas, culturais e civis numa tentativa do governo em busca da aculturação dessas porções da população, porém, essa assimilação da língua e cultura portuguesa, dos costumes brasileiros, só foi acontecer após o “surgimento do rádio e da televisão e da abertura de estradas e a viabilização da telefonia no meio rural”³⁹⁷.

³⁹⁴ BEOZZO, 1993, p. 30.

³⁹⁵ GAEDE (Sem data), p. 109.

³⁹⁶ SEIBEL, 2010, p. 280.

³⁹⁷ SEIBEL, 2010, p. 280.

Taxados de “alemães safados”³⁹⁸, hostilizados, humilhados, roubados, feridos e açoitados. Assim foi o longo e doloroso período da Era Vargas e Segunda Guerra Mundial para os imigrantes e seus descendentes, seja no Espírito Santo ou em outras terras do Brasil. Mesmo após o fim da guerra, a população luso-brasileira ainda demorou alguns anos para iniciar o processo de urbanização das colônias. A partir de 1950, eles poderiam começar a, efetivamente, fazer parte do Brasil. “Ao final, o que ficou é que o “alemão, o pomerânio, o hunsrück, o holandês, todos tinham sido considerados “nazistas”. Foram perseguidos, aterrorizados, ridicularizados; enfim, começavam a sentir vergonha de serem o que eram” ³⁹⁹.



³⁹⁸ Ver Anexo 16: Entrevista Guerda Elizabeth Rölke Potratz; p. 117.

³⁹⁹ SEIBEL, 2010, p. 279.

CONCLUSÃO

Através deste estudo, constata-se o sofrimento, a dor, as marcas e rupturas que os imigrantes, sejam eles alemães ou japoneses, passaram durante o período da Campanha de Nacionalização na Era Vargas e durante a Segunda Guerra Mundial. Eles estavam em busca de melhores condições de vida, de novas perspectivas, mas, alguns deles passaram por demasiadas dores que as feridas ultrapassaram as barreiras das novas gerações.

O motivo da estigmatização com os alemães?

Pode ser encontrada no cerne da relação do Império e Igreja católica, pois, nas constatações que se pode chegar, esse relacionamento, que foi construído desde o período imperialista, trouxe suas balizes para que os imigrantes italianos católicos se sentissem parte do novo país.

Os imigrantes italianos e seus descendentes – católicos, tinham precedentes para agirem contra os “outros”. Eles pertenciam a igreja aceita no país, compreendiam e assimilavam melhor o português, além dos direitos civis e de culto, dentre tantos outros que lhes eram permitidos. Isso pode tê-los feito sentir-se “estabelecidos”, detentores da verdade que lhes era reforçada através da Campanha de Nacionalização, onde militares ou não-militares eram agressivos com os que não faziam parte do seu grupo.

Esse sentimento de pertença não estava presente com os alemães, que, por sua vez, mais isolados, com maior dificuldade em aprender a língua portuguesa, permaneceram unidos em suas pequenas propriedades rurais, mantendo a cultura e costumes que trouxeram em suas malas.

Para tanto, Elias e Scotson afirmam que esses “e outros aspectos da identidade grupal da pessoa não são menos integrantes de sua identidade pessoal do que outros aspectos que a distinguem de outros membros de seu “nós”⁴⁰⁰. Ou seja, a identidade do grupo faz parte da identidade de cada pessoa, elas estão ligadas.

⁴⁰⁰ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 42

Com isso, há de se suspeitar que a relação ‘estabelecidos X outsiders’ que aqui se relatou, está relacionada a identidade que os imigrantes italianos e seus descendentes tinham como brasileiros e que, já no grupo de imigrantes alemães e seus descendentes, não receberam. Dadalto acredita que;

sempre houveram muitos conflitos por motivos variados, mas, a minha percepção nesta relação estabelecidos e outsiders é que, de alguma forma, os italianos se sentiam mais estabelecidos do que os demais imigrantes e, como a maioria absoluta, senão a totalidade (é difícil dizer que todos) era católica e a religião era um grande elemento de coesão a dar suporte às relações sociais no interior da colônias, os conflitos se intensificaram com a campanha de Getúlio, até porque, alemães se mantiveram também com o suporte da igreja unidos em pequenos grupos e falando a língua, sendo "obrigados" a mudar sua cultura (parar de falar o alemão) de forma muito abrupta⁴⁰¹.

A Campanha de Nacionalização, conforme verificou-se, veio de encontro com o que tinha sido trabalhado com os imigrantes até então. Isolados e esquecidos, agora precisavam se inteirar, integrar e fazer parte de uma nação que não os tinham como integrantes da mesma, pois, como afirma Marlow, existia muita desconfiança com os alemães:

Mesmo que, no período do Estado Novo, o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil estivesse, ao menos oficialmente, se nacionalizando, pairou entre as autoridades brasileiras acentuada desconfiança em relação ao Sínodo, pois o fato de até então ter basicamente ensinado a palavra de Deus em alemão servia como premissa para suspeitas e investigações⁴⁰².

As lideranças brasileiras mantinham o ar de suposição sobre o comportamento dos teuto-brasileiros, sempre na expectativa de que os mesmo transportariam o Nazismo no Brasil. Marlow ainda afirma que no Rio Grande do Sul, o então Secretário de Educação, Coelho Souza, ratificava que “a qualquer tempo e a qualquer hora estes que estavam se nacionalizando poderiam mudar de rumo e seguir os ditames, com todas as consequências, do Nacional Socialismo Alemão”⁴⁰³.

Independente de os descendentes de alemães aceitarem as novas regras e leis do Governo brasileiro, os forçando a falarem o português e a mudarem seus modos de

⁴⁰¹ Ver anexo 50 – Entrevista Maria Cristina Dadalto – p. 148.

⁴⁰² MARLOW, 2013, p. 213.

⁴⁰³ MARLOW, 2013, p. 213.

vida nas comunidades, as autoridades ainda os tinha como perigosos, logo, é mister que eles permaneciam estigmatizados e isolados, permaneciam recebendo os olhares de desconfiança tanto do Governo quanto da população.

Assim, pode-se afirmar que o grupo estabelecido recebia do comportamento do governo a informação, mesmo que não diretamente, de que os descendentes de alemães eram perigosos e não faziam parte da nação e, por isso, deveriam estar sempre a receber os olhares de desconfiança.

A relação estabelecidos X outsiders, conforme pode-se perceber no processo de nacionalização do Brasil e durante a Segunda Guerra Mundial, está intimamente ligada à visão que o governo trazia, em relação aos 'outros', para a população estabelecida. Uma visão de desconfiança, de não aceitação. Isso reforçou na população estabelecida que os demais não faziam parte do grupo., porém, como afirma Marlow,

Realmente os alemães foram mais perseguidos no Estado Novo, tiveram mais dificuldades de serem considerados brasileiros, realmente se isolaram na maioria dos casos. Mas os italianos também sofreram, nem todos foram assimilados. É verdade, entretanto, que realmente os italianos por causa da língua mais próxima do português e da religião, católica, não sofreram tanto. Entendo que em certo sentido, todos os imigrantes de alguma forma podem ser definidos como outsiders, enquanto que os nativos são os estabelecidos⁴⁰⁴.

Os imigrantes alemães receberam a estigmatização, o isolamento e as repressões por serem alemães, por não terem facilidade de aprender o português e por não estarem integrados com as demais comunidades de imigrantes, talvez com uma quantidade a mais que as outras nacionalidades. Como atesta-se, tudo isso, o sofrimento, as dores e rupturas existentes nas gerações que se seguiram, poderiam ter sido evitadas se, desde os primórdios da imigração, a integração e aceitação de cada imigrante tivesse sido instalada pelo Império.

⁴⁰⁴ Ver anexo 47: Entrevista Sérgio Luiz Marlow – p. 144.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. *A igreja e os imigrantes*. São Paulo: Paulinas, 1987.

BARRETO, Gustavo. *Os pomeranos: um povo sem Estado finca suas raízes no Brasil*. In: *Dois séculos de imigração no Brasil pela imprensa*. 2014. Disponível em: <<http://midiacidada.org/os-pomeranos-um-povo-sem-estado-finca-suas-raizes-no-brasil/>> Acesso em 06 de junho de 2015.

BEOZZO, José Oscar. *As Igrejas e a Imigração*. In: DREHER, Martin N. (org.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. São Paulo: Santuário, 1993.

BIASUTTI, Luiz Carlos. *Documentário do município de Santa Teresa (ES):* Albm de recortes. Belo Horizonte: Inédita, 1991.

BHABHA, H. K. *Ética e estética do globalismo*. IN: BHABHA, H. K.; FERRO, M.; KAGEM, M. B. et al. *A urgência da teoria*. Lisboa: Tinta-da-China MMVIII, 2007.

BOBSIN, Oneide. *Luteranos – Migração, Urbanização e Proletarização*. Estudos Teológicos. Ano 29, nº 2. 1989.

BUCHWEITZ, Wilfrid. *O caminho de uma igreja entre a imigração e a integração*. Estudos Teológicos. Ano 24, nº 1, 1984.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2 ed. Brasília: Ed. da UNB, 1994.

CAVATTI, João Batista. *História da imigração Italiana do Espírito Santo*. Belo Horizonte: São Vicente, 1973.

CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI. *Oratórios, capelas e igrejas do município de Santa Teresa*. Vitória: 2001.

COSTA, Rovílio. *Antropologia visual da imigração italiana*. Porto Alegre: Escola

Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade Caxias do Sul, 1976.

DADALTO, Maria Cristina. *Trajelórias migrantes: ambivalência na interação 'nós' e os 'outros'*. Vitória: Ufes, Dimensões, vol. 26, 2011.

DHEHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

DREHER, Marin N. *Protestantismo de imigração no Brasil; Sua implantação no contexto do projeto liberal-modernizador e as consequências desse projeto*. In *Cristianismo e Sociedade* 27, nº 1, 1989.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

FACHEL, José P. G. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Edufpel, 2002.

FRAGA, Andrey José Taffner. *Rixas entre os imigrantes italianos e alemães na Colônia de Blumenau*. Disponível em: <www.circolotrentino.com.br/site/.../artigo_rixas_italianos_alemaes.doc>. Acesso em 30 de novembro de 2012.

GAEDE, Valdemar. *Presença Luterana no Espírito Santo: Os primórdios da presença Luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria de Jetibá*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GAEDE, Valdemar. *Quando soarem os sinos*. Itaguaçu: PPL – Pastoral Popular Luterana.

GOMES, Cristina. *Segunda Guerra Mundial*. Disponível em <<http://www.infoescola.com/historia/segunda-guerra-mundial/>>; Acesso em 05 de junho de 2015.

KLUG, João. *Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina tensões entre luteranos e católicos*. Florianópolis: Revista de Ciências Humanas, v 16, n. 24, 1998.

LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 72.

MARLOW, Sérgio Luiz. *Confessionalidade a toda prova: O Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do Germanismo e do Nacional-Socialismo Alemão durante o Governo de Getúlio Vargas no Brasil*. São Paulo: USP, 2013.

MARLOW, Sérgio Luiz. *Nacionalismo e Igreja: A Igreja Luterana – Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo*. Vitória: Ufes, 2006.

MEDEIROS, R. *Espírito Santo, encontro de raças*. Rio de Janeiro. Reproarte Gráfica e Editora, 1997.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. FILHO, Procópio Velasques. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. *Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas / Bley (1930/1940)*. Vitória: UFES, Dimensões, Vol. 25, 2010.

MORIN, Edgar. *A Entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão*. Cadernos de Jornalismo e Comunicação, 11, Rio de Janeiro, 1968.

MÜLLER, Frederico. *Fundação e fatos históricos de Santa Teresa*. Vitória: Editora Instituto Histórico, 2000.

NARCIZO, Machwell Coimbra. *Igreja de imigrantes – Chegada e Mercantilização*.

PUC-Rio. Certificação Digital n/ 0410241/CA.

PAULA, Eurípedes Simões (Org). *Colonização e Migração*. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. XXXI Coleção de Revista de História. São Paulo. 1969.

PORTELLA, Rodrigo. *Fé, Cultura e norma eclesiástica: A Gênese da Igreja Luterana no Brasil*. Organização popular e tutela eclesiástica. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 6, n. 7/8, p. 593 – 607, jul/ago. 2006.

PRIEN, Hans Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Tradução de Ilson Kayser – São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis. RJ: Vozes, 2001.

REHFELDT, Mario. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. Vol. 1. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

RENK, Valquíria Elita. *Nacionalização compulsória das escolas étnicas e Resistências, no Governo Vargas*. PUCPR / UFPR. Educere, Anais, 2008.

RIBEIRO, Antônio Carlos. *Protestantismo de Imigração: Chegada e re-orientação teológica*. Protestantismo em Revista, v. 16 (ano 7, n. 2), mai – ago. 2008.

RIETH, Ricardo Willy. *Imigração, colonização e associativismo evangélico: Acerca da presença da “Associação/Obra Gustavo Adolfo” no Brasil*. IECLB – 90 anos da Obra Gustavo Adolfo. Rio Grande do Sul. 2000.

ROSA, Lea Brígida Rocha de Alvarenga. *Condições da província do Espírito Santo primeiros caminhos de Minas Gerais*. Vitória: Editora Instituto Histórico, 1999.

ROUCHOU, Joëlle. *Ouvir o outro: Entrevista na história oral e no jornalismo*. INTERCOM: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 de set 2003.

SALETTTO, Nara. *Sobre a composição étnica da população capixaba*. Dimensões - Revista de História da UFES, Vitória, ES, v. 11, Dez. 2000.

SEIBEL, Ivan. *Imigrante no século do isolamento / 1870-1970*. São Leopoldo: EST/PPG, 2010.

SEIDE, Frederico Herdmann. *Colonização alemã no Espírito Santo*. Estação Capixaba – Imigrações, 1980. Disponível em: <www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracao-alema-no-espirito-santo-2/>. Acesso em 08 de fevereiro de 2013.

SENSAGENT, Dicionário. *Definição de Pomeranos*. Disponível em: <http://www.dicionario.sensagent.com/pomeranos/pt-pt/> Acesso em 03 de junho de 2015.

SEYFERTH, Giralda. *A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. In: Mauch, Cláudia / Vasconcellos, Naira [Ed.] Os alemães no sul do Brasil. Canoas, Ed ULBRA, 1994.

SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce [org] Repensando o Estado Novo, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 199 – 227.

SPINASSÉ, Karen Pup. *Os imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil: a língua como fator identitário*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TRESPACH, Rodrigo. *Imigrantes alemães no Espírito Santo*. IECLB / Sínodo: Espírito Santo a Belém. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo.php?idConteudo=15203>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.

WEBER, Regina. *Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações*. Vitória: A Dimensões, Ufes, 2006.

WIRTH, Lauri E. *Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração*. Estudos Teológicos. Ano 38, nº 2. 1998.

WIRTH, Lauri E. *Protestantismo brasileiro de rito luterano*. Revista USP: São Paulo, nº 67, p. 68-77, setembro/novembro 2005.



ANEXOS

Anexo 1



Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 22/06/2015.

Foto: Família italiana típica, antes do embarque em Gênova, Itália – 1894 – “Espírito Santo – Encontro de raças”, MEDEIROS – 1997, p. 54

Anexo 2



Início do povoamento da Villa de Santa Thereza (Foto: Albert Richard Dietze – 1875)

Anexo 3

Entrevista – Antônio Ângelo Zurlo

(Entrevista concedida em 2005)

Antônio Angelo Zurlo, participa do Círculo Trentino da Igreja Matriz de Santa Teresa, do qual já foi presidente, é advogado e bancário aposentado. Reside em Santa Teresa – ES. Conhecido com Seu Zurlo é bisneto do imigrante italiano Abramo Zurlo, um dos primeiros imigrantes italianos a chegarem à Santa Teresa.

_ A expedição pioneira, e que inclusive teve como a primeira partida em massa de gente daquela região deu-se em 1874. Partiram do porto de Gênova, na Itália, às 3h da tarde no dia três de janeiro. Eram 388 colonos trentinos, junto com eles um padre chamado Domenico Martinelli, um médico que se chamava Pio Limana e um tal de Pietro Casagrande e sua esposa, então, na verdade eram 392 passageiros.

Ele conta também que o navio, em que os imigrantes vieram (1874), chamado de La Sofia, era movido à vela, o que acarretou muitos problemas para cruzar o Atlântico até chegar em Vitória – Espírito Santo no dia 17 de fevereiro de 1874, foram 45 dias de viagem. E esse grupo ficou conhecido como “Expedição Tabachi”, devido o nome do organizador ser Pietro Tabachi.

Seu Zurlo destaca alguns problemas que vão além da demora da viagem:

_ Imaginem a comida, pois não existia geladeira, a água não era filtrada e como iam conservar comida durante 45 dias de viagem?

A vinda de italianos para o estado não parou nessa primeira viagem. Conforme nos relata Seu Zurlo, em 31 de maio de 1875 chegou a segunda leva de italianos, a maioria ainda de trentinos, que vêm de Trento, mas, tinha muitos de Vêneto. O nome do navio francês que os trouxeram era Rivadávia. Esses vieram destinados à Santa Teresa.

_Chegaram, então, no dia 31 de maio e permaneceram um pouco em Vitória. Depois, subiram de canoa o Rio Santa Maria até chegar em Porto de Cachoeiro, nome dado a Santa Leopoldina naquela época. Uma vez chegados em Santa Leopoldina, abastecidos de gêneros e ferramentas, tomaram a serra com destino à localidade que, hoje, é Santa Teresa. São 29km de distancia entre uma localidade e a outra. Não existia estrada. Subiram e atravessaram a mata até chegar ao destino final.

Em 26 de junho de 1875, houve a distribuição de lotes, feita pelo governo do estado, para que esses imigrantes comessem uma vida nova, mas, esses lotes não eram totalmente “doados”:

_Eles receberam os lotes, mas, eles eram cobertos de floresta tropical, árvores enormes e os imigrantes não tinham motosserras, era tudo no machado. Eles tinham, primeiro, que ocupar seus lotes, desbravar e começar a cultivar alguma coisa. O café era a subsistência, tinha de ser essa planta para a venda e o cultivo de algo para o consumo da família, como milho, arroz e feijão. Então, quer dizer, o Governo deu uma ajuda, mas, em troca, eles trabalhavam e, além de ter de trabalhar para eles mesmos, tinham de fazer os serviços solicitados pelo Governo, como abrir estradas por exemplo.

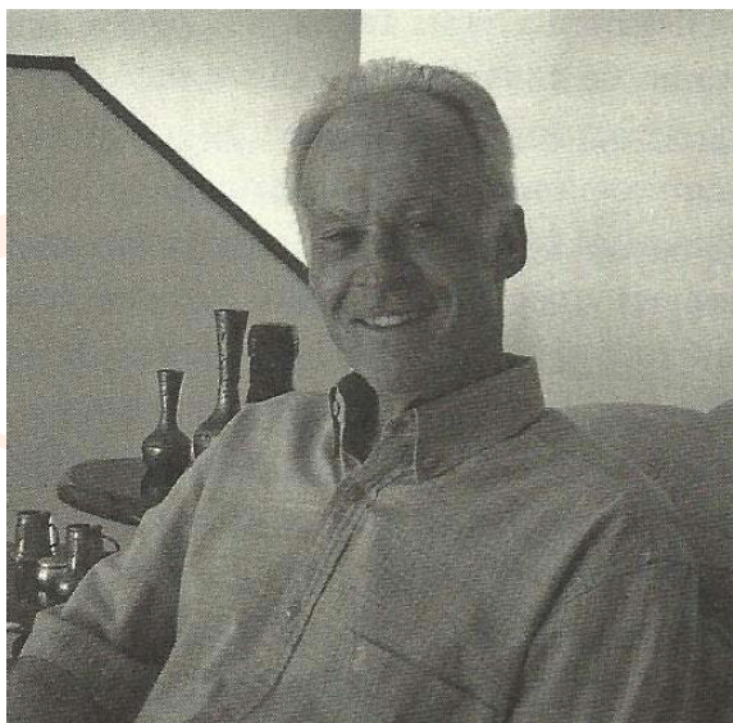
Mesmo não conhecendo seu bisavô, Abramo Zurlo, Seu Zurlo sabia muito sobre a história dele. Sua bisavó era Teresa Escacer. Eles eram trentinos e vieram no navio La Sofia. Trouxeram cinco filhos e duas filhas. Um dos filhos era Angelo Zurlo que se casou com Angela Palauro, avós de Antônio Angelo Zurlo, que lamenta nunca ter conhecido os avós do lado paterno, profundamente, por terem falecido quando ele ainda era criança.

A família da parte materna era de sobrenome Cortelette. Seu avô chamava-se Matteo Cortelette. Ele era de Trento e veio para o Espírito Santo no navio francês, o Rivadávia em 1875.

Seu Zurlo conta que para superar tantos obstáculos e caminhos difíceis, os imigrantes sofreram, mas, tiveram um apoio que foi indispensável para conseguir vencer:

_Muitos desses colonos eram semi-alfabetizados, mas, eles tinham a cultura que trouxeram da Itália. Eles conseguiram superar muitos problemas em face do preparo cultural baseado em três fatores: trabalho, família e religião.

Anexo 4



Seu Zurlo – Santa Teresa (Foto: Elaine Zambon / Arquivo TCC Faesa 2005)

Anexo 5

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu **ANTÔNIO ÂNGELO ZURLO**, CPF: _____, RG: _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), **AUTORIZO**, através do presente termo, a pesquisadora (Elaine Zambon e José Mário Gonçalves - orientador) do projeto de pesquisa intitulado **"IMIGRAÇÃO SEM LAR: CONFLITO RELIGIOSO NA REGIÃO DO VALE DO RIO DOCE – ES (1930-1945)"** a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos arquivos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Colatina, 30 de Julho de 2005



Elaine Zambon



Antônio Ângelo Zurlo

Anexo 6

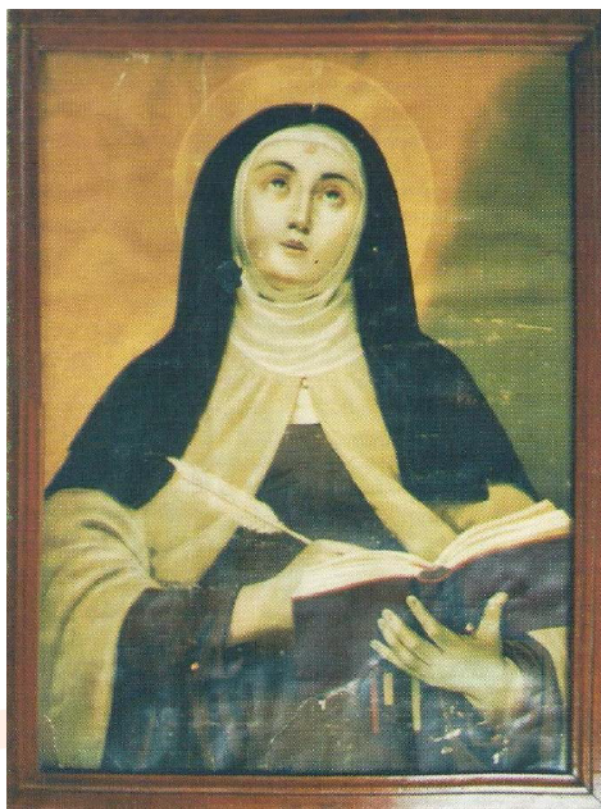


Foto do quadro de Santa Theresza - CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI, 2001 – pg. 23

Anexo 7



Fotos de Albert Dietze – “Um artista-fotógrafo alemão no Brasil do sec. XIX”, p. 66, 69 e 70.

Anexo 8

Entrevista Luiz Busatto

(Entrevista concedida em 2005)

_A religião era fundamental para o imigrante italiano, _disse Luiz Busatto, professor, doutor em literatura brasileira e pesquisador de imigração no Espírito Santo, morador de Santa Teresa. Para ele, a religião foi o fato que deu maior ênfase para a formação da cidade.

A religiosidade é o que Busatto reforçou no decorrer das narrações sobre a fundação de Santa Teresa. Para ele, é distante a possibilidade de crer que o nome da cidade possa ter surgido através da Santa a qual dedicavam sua devoção.

_Eu defendo que aqui se chama Santa Teresa, porque em um mapa datado de 1876 já existia a estrada de Santa Teresa. Por outro lado, o argumento mais forte é o “Artigo do Regulamento das Colônias do Estado – Fundação das Colônias e distribuição de terras em condições de propriedade”, no Artigo I, lemos: As colônias do Estado do Brasil serão criadas por decreto do governo Imperial com a designação do respectivo nome do distrito colonial previamente escolhido, medido e demarcado por engenheiro do Governo.

Com esse texto regulamentado em 19 de janeiro de 1867 no Palácio Imperial, o professor Luiz Busatto reforça sua intenção de compreensão desse passado, acreditando que, com este argumento, não é possível concordar com que a devoção a uma Santa possa ter nomeado a cidade.

_Não desmereço a história de fé desses imigrantes, creio que todos esses fatos aconteceram, o quadro, a árvore, porém, não consigo enxergar que eles tenham sido mais importantes do que as ordens do governo. O que fez e faz com que a história de fé seja tão forte, é o fato de os italianos serem tão católicos e, por isso, pelas dificuldades que enfrentaram, era melhor e mais fácil crer que foram eles que escolheram o nome para a província, mas, acredito que isso se deu apenas pela crença e que Santa Teresa surgiu como uma forma de homenagear a Imperatriz, Disse Luiz Busatto.

No período em que os imigrantes chegaram ao lugar que se tornaria Santa Teresa, o

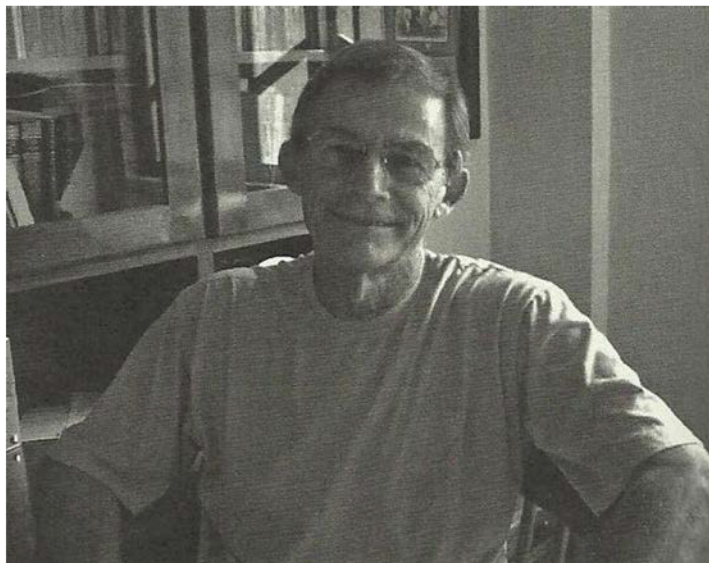
governo era centralizado e até para construir um barracão era necessário pedir autorização ao governo no Rio de Janeiro. São esses fatos e fotos, como as de Albert Richard Dietze, em 1874, que nos põe em dúvida quanto ao surgimento do nome da cidade.

Os fatos são muito diferenciados, nas fotos, podemos observar algumas casas que já eram construídas enquanto os imigrantes ainda faziam seus casebres. Uma observação que reafirma o poder que o governo também possuía sobre as terras que seriam distribuídas na Villa de Santa Thereza.

Segundo Busatto, os imigrantes italianos tiveram três grandes dificuldades para sobreviver aqui. A primeira, era a floresta que cobria tudo, a segunda, eram as doenças que matavam muitos imigrantes, pois, sem medicamentos e médicos, não era possível suportar todas as enfermidades que surgiam no meio da floresta. E o terceiro obstáculo era a centralização do governo que não permitia tomada de decisões sem antes informar o mesmo.

—Essas eram as “pragas” que a imigração italiana teve de ficar subordinada.

Anexo 9



Prof. Luiz Busatto – Santa Teresa (Foto: Elaine Zambon / Arquivo TCC Faesa 2005, p. 28)



Anexo 10



Frente da Igreja Matriz de Santa Teresa – Outubro de 1926 (Elaine Zambon / Arquivo TCC Faesa 2005, p. 44)

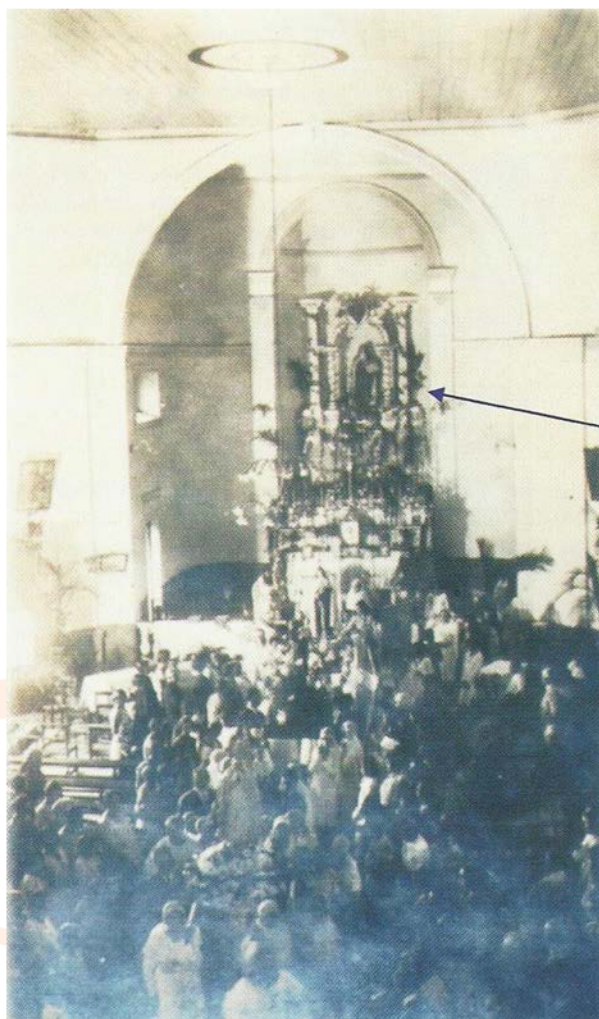
Anexo 11



Foto Igreja Matriz – Outubro de 1926 (Elaine Zambon / Arquivo TCC Faesa 2005, p. 49).

Anexo 12

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 22/06/2015.



“Procissão na Rua Principal no acto de voltar para a Igreja Matriz” -
CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI, 2001 – pg. 32

Anexo 13

Entrevista Pr. Valdemar Gaede

(Entrevista concedida dia 05/11/2014)

Valdemar Gaede, autor de livros como: Presença Luterana no Espírito Santo e Quando soarem os sinos, é pastor luterano há quase 32 anos e está em Santa Maria de Jetibá desde 2006. Natural de Itueta – MG, já trabalhou em diversas cidades como Laranja da Terra e Itaguaçu, no Espírito Santo, e Teófilo Otoni, em Minas Gerais.

_ A paróquia de Santa Maria é grande, numericamente. São quase 6.000 membros. Portanto, existem muitos desafios para a atuação pastoral. Por esta região também passaram os meus antepassados, à partir de 1872. Consigo me comunicar bem na língua pomerana, que ainda é falada, especialmente, pelas pessoas de mais idade.

O Pastor Valdemar é descendente de alemães. O bisavô do pastor veio com um filho de oito anos, chegaram em Santa Leopoldina e, em seguida, migraram para Laranja da Terra, e, depois, seu pai, foi para Itueta, em Minas Gerais.

Sabemos que os alemães luteranos chegaram ao Espírito Santo ao fim de 1846. Esse pessoal foi assentado em Domingos Martins, antiga colônia Santa Izabel, no início de 1847. Santa Izabel é o berço da Igreja Luterana aqui, no estado do Espírito Santo.

Do pessoal que veio, uma parte era católica, outra luterana. Os católicos chegavam aqui e encontravam uma igreja organizada, mas, os luteranos não. Eles chegaram e tiveram de começar do nada. Eles não tinham um pastor acompanhando, mas, valorizavam a escola e logo construíram uma. Esperaram aproximadamente 10 (dez) anos para que um pastor fosse enviado da Alemanha.

O segundo grupo, a segunda colônia, chegou em 1857. Tinham luteranos, católicos e presenciaram a mesma situação na colônia de Luxemburgo, em Santa Leopoldina.

Os luteranos iniciaram do zero e, na região mais alta, no interior da cidade, eles construíram uma pequena igreja e escolinha que existem até hoje.

As colônias foram se expandindo e cada vez mais pessoas chegavam e eles. Também migravam em busca de terras mais férteis. Em Santa Maria de Jetibá, o primeiro grupo chegou por volta de 1870. O primeiro culto oficial luterano foi celebrado em 1892. Logo, foi construída a escolinha e, por volta de 1903, os alemães construíram a igreja, mas, sem a torre, por conta da proibição do governo brasileiro. A igreja tinha sinos, mas ficavam do lado da igreja, sem a torre. A torre só foi acrescentada por volta de 1950.

Os luteranos começaram a migrar e foram pras terras mais quentes, como Colatina, São Roque do Canãa, Itaguaçu, Baixo Guandu, entre outros. Cada vez mais pro Norte e, por onde chegavam, construíam uma igreja.

O Pastor Hermann Rölke, chegou à cidade em 1924 e passou por problemas na Era Vargas e Segunda Guerra. Ele foi o segundo pastor da Comunidade. Ele foi preso e muitos problemas surgiram à partir disso. Ele havia, junto com a comunidade, construído uma linda escola, que, mesmo novinha, foi tomada pelo governo, em 1938 (Era Vargas), um ano antes da Segunda Guerra.

Houve perseguição, foi proibido reuniões, foi proibido se reunir com as crianças, falar em alemão. Algumas pessoas se lembram disso.

Anexo 14



Pr. Valdemar Gaede
(Foto: Elaine Zambon)

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

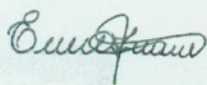
Anexo 15

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS


Eu PR. VALDEMAR GAEDE, CPF [REDACTED],
RG [REDACTED], depois de conhecer e entender os objetivos,
procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de
estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento,
especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora (Elaine Zambon e José
Mário Gonçalves - orientador) do projeto de pesquisa intitulado "**IMIGRAÇÃO
SEM LAR: CONFLITO RELIGIOSO NA REGIÃO DO VALE DO RIO DOCE – ES
(1930-1945)**" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu
depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos arquivos) e/ou
depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e
transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,
obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º
8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas
com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Santa Maria de Jetibá, 05 de novembro de 2014



Elaine Zambon


Pr. Valdemar Gaede

Anexo 16

Entrevista Guerda Elizabeth Rölke Potratz

Nascida em 1926

(entrevista concedida no dia 05/11/2014)

Um canto arborizado, um quintal cheio de plantas e uma senhora simpática à porta. Filha de pastor luterano e alemão, D. Guerda Rölke Potratz, lembra bem, no auge dos seus 88 anos, de tudo que seu pai e sua família passaram no período da guerra – Era Vargas / Segunda Guerra – uma fase em que ela gostaria de não ter vivido.

_ Meu pai era pastor Luterano, aqui em Santa Maria, ele teria de ter voltado para a Alemanha no ano em que rompeu a guerra. Nós, filhos, fomos preparados para ir à Alemanha, para irmos embora. Eu e meus irmãos estudamos na ex-escola Alemã do Rio de Janeiro. Nós tivemos que aprender português, alemão, inglês e francês. Quando estávamos com tudo pronto para embarcarmos de volta para o país de meu pai, ele não pôde ir, pois, não podíamos sair do Brasil.

_ Meu pai foi preso, por ser alemão e diversos descendentes também foram presos. Diversos pastores foram presos e, assim, as famílias passavam dificuldades, pois, meu pai não estava trabalhando, estava preso, aí não recebia o ordenado e nós tivemos de nos virar pra poder viver nesse período. Foram alguns meses nessa situação. Acho que foram dois meses.

_ Pra mim, foi muito difícil, pois, fui preparada pra ir embora. Voltamos para o Espírito Santo e aqui ficamos, após muitas dificuldades.

_ Foi uma época difícil pra nós. Eu era criança e às vezes ouvia coisas contra os alemães. Enquanto eles (os pastores) estavam presos, a gente teve de se virar. A gente não entendia o que estava acontecendo. Tivemos de dar um jeito de plantar até aipim pra comermos. Foi muita perseguição. A gente passava e algumas pessoas gritavam: “Vai, alemão safado”.

_ Era proibido falar alemão. Nós sabíamos falar português, mas, logo que assumi a escola, a gente não podia falar alemão com as crianças e lembro de casos como o de um menino que chegou na escola chorando e não entendia nada do que falávamos, e nós éramos vigiados pra verem se estávamos cumprindo as regras. Não podíamos falar alemão, mas, eu fiquei tão comovida com o choro dele que disse: _ Podem me prender, mas, não vou deixar esse pobrezinho chorando sem me entender. Fui pertinho dele e falei no ouvido dele em alemão e perguntei o nome e logo ele me abraçou.

_ Tinha uma família aqui que perseguia muito meu pai, a gente.

_ Alguns alunos passaram por muitas dificuldades, pois, não falavam português e tinham problemas por causa das regras da Era Vargas.

_ Depois de alguns anos, fiz um curso em Vitória e assumi a escola aqui da cidade. Fiquei 33 anos. Meu pai quis voltar pra Alemanha, mas, só passou umas férias lá. Imagina: depois de 40 anos no Brasil? Ele não conseguia mais viver lá e ficou aqui até morrer.

Anexo 17



D. Guerda, em sua casa.

(Foto: Elaine Zambon)

Anexo 18



Pais de D. Guerda, em frente a casa pastoral em Santa Maria de Jetibá.

(Foto: Elaine Zambon)

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

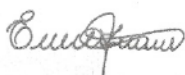
Anexo 19

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

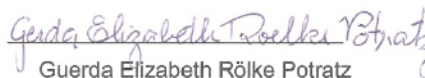
Eu **GUERDA ELIZABETH RÖLKE POTRATZ**, CPF. _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora (Elaine Zambon e José Mário Gonçalves - orientador) do projeto de pesquisa intitulado "IMIGRAÇÃO SEM LAR: CONFLITO RELIGIOSO NA REGIÃO DO VALE DO RIO DOCE – ES (1930-1945)" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos arquivos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Santa Maria de Jetibá, 05 de novembro de 2014



Elaine Zambon



Guerda Elizabeth Röлке Potratz

Anexo 20

Entrevista Henrique Carlos Frederico Berger

Nascido em 1932

(Entrevista concedida dia 05/11/2014)

E lá estava o senhor Henrique, ao fundo de sua casa, debaixo de um galpão, sentado em um pequeno tronco, gravando, em alemão, nomes em pedaços de madeira. Com um forte sotaque, esse descendente de imigrantes, em sua infância, ouviu muitas histórias que aconteceram durante a Segunda Guerra Mundial.

Antes mesmo de falarmos sobre minha presença ali, ele começou a mostrar sobre sua arte.

_ Hoje, poucas famílias ainda talham os nomes dos entes mortos na madeira, alguns fazem em granito, mas, no passado, muitos tiraram as lápides ou, até mesmo, tiveram as de seus familiares quebradas. Depois passaram a escrever em português mesmo.

Mesmo em meio à falta de comunicação, que havia em sua época, seu Henrique se recorda de muitos fatos e, com muita vontade de conversar e contar diversas histórias, ficamos ali, num bom bate-papo ao som de pássaros e do vento nas árvores.

_ A gente não tinha rádio aqui, então, vinha um rapaz de outra comunidade que tinha rádio e, em seu cavalo, chegava aqui pra nos contar o que aconteceu durante a semana. Essa era nossa comunicação.

_ Essa época foi muito difícil.

_ Aqui, nós não podíamos falar em alemão. Diversos foram presos, alguns pastores também. A gente apanhava se falasse em outra língua.

_ As pessoas escondiam material em alemão (livros, bíblias e até instrumentos musicais) dentro de caixotes de abelha. Policial nenhum chegava perto, pois, achava

que tinha abelha, mas era um jeito que arrumaram de esconder as coisas, pois, eles pegavam tudo. Além disso, sabíamos sobre os “bate-paus”, que eram católicos / italianos e diziam ser representantes do governo.

_ Ouvi histórias de um pastor que ficou muito tempo debaixo da terra, escondido. A polícia passava por cima do esconderijo dele, mas não o encontravam.

_ A gente ficou sem trigo, sem feijão. Era muito difícil.

_ No dia em que a Guerra acabou, lembro que uma professora gritava na escola: _ Viva a Rússia.

_ Aqui a região falava mesmo na nossa língua materna, alguns se escondiam quando a polícia passava pra não serem pegos.

_ Um outro problema era a religião. Só existiam duas igrejas aqui: católica e luterana. A gente não podia casar com católico e vice versa. Minha irmã, namorou um rapaz que não era alemão e meu pai levou até pra justiça, pois não aceitava.

_ Os pais não permitiam casamentos entre católicos e luteranos. Acho que tudo por conta da história que os nossos imigrantes viveram.

Anexo 21



Sr. Henrique Berger
(Foto: Elaine Zambon)

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

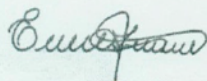
Anexo 22

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

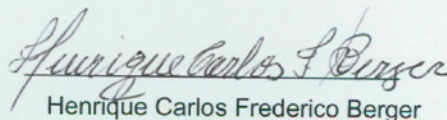
Eu HENRIQUE CARLOS FREDERICO BERGER, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora (Elaine Zambon e José Mário Gonçalves - orientador) do projeto de pesquisa intitulado **"IMIGRAÇÃO SEM LAR: CONFLITO RELIGIOSO NA REGIÃO DO VALE DO RIO DOCE – ES (1930-1945)"** a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos arquivos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Santa Maria de Jetibá, 05 de novembro de 2014



Elaine Zambon



Henrique Carlos Frederico Berger

Anexo 23

Entrevista - Norberto Raasch e Luíza Lenke Raasch

(ambos com 75 anos e descendentes de alemães)

Entrevista concedida em 28 de setembro de 2014

Na divisa do Espírito Santo com Minas Gerais, na região do vale do Rio Doce, fui conhecer um casal que, como me disseram, tinham muitas histórias para me contar.

Uma casa simples, com tijolos antigos à mostra, um caminho em meio ao pasto e, ao longe, vejo na varanda desta casa, um senhor sentado em um banco antigo de madeira, com seu chapéu, roupas de domingo (assim me disse a pessoa que ia me apresenta-los) e óculos escuros.

Ao entrar pelo portão baixo de madeira e receber um bom dia sorridente do seu Norberto, vejo uma senhora na cozinha com seus cabelos brancos e olhos profundamente azuis vindo em minha direção, aparentando estar sem graça, porém, me cumprimenta e logo volta a seus afazeres, até que se sente à vontade e senta próxima a nós, em uns degraus de madeira que dão acesso à sala da casa.

Após alguns minutos de “proza”, seu Norberto Raasch e Dona Luíza Lenke Raasch começam a contar inúmeras histórias que ouviram quando eram crianças e muitas que vivenciaram também.

Seu Norberto e Dona Luíza, nasceram em 1939, bem no início da Segunda Guerra Mundial e têm descendência da primeira leva de alemães que vieram para o Espírito Santo. Seus antepassados chegaram ao estado e foram para Santa Leopoldina, Itarana e diversos outros municípios. Após alguns anos, por motivos diversos, parte de seus familiares se deslocaram para a divisa dos estados do ES e MG.

Este casal de costumes simples viveu os horrores da guerra e dos conflitos étnicos e religiosos na infância, pelo simples fato de serem descendentes de alemães e luteranos.

Norberto:

_ Aqui, existia o que a chamávamos de “bate-paus”. Eles eram, na maioria católicos, mas tinha gente de outras religiões também. Os “bate-paus” entravam com cavalos em baixo das casas (que eram afastadas do chão) e batiam com madeiras no açoalho da casa para assustar as pessoas os moradores.

Os “bate-paus”, segundo moradores da região, diziam ser enviados do Governo para colocar “ordem” na localidade. Faziam vistorias nas casas em qualquer hora do dia e caso encontrassem objetos alemães e bíblias escritas no idioma, queimavam. Além disso, roubavam as armas, roupas de cama como colchas artesanais, produção agrícola das famílias e até dinheiro.

Norberto:

_A tendência deles era roubar. Eles vinham com papo de que eram enviados pelo governo para desarmar os alemães, mas eles roubavam. Se eles achassem o dinheiro, roubavam. Isso começou por conta da Segunda Guerra.

Luíza:

_Eles invadiam nossas casas, principalmente dos alemães e judiavam de muitos. Até coisas erradas eles faziam com as mulheres. Nós vimos muito isso por aqui.

Norberto:

_Teve um senhor, que foi nosso vizinho,. Em uma dessas vistorias, os “bate-paus” estupraram a esposa dele, o encheram de mel e depois jogaram penas de ganso em cima dele e deixaram secar. Depois disso tudo, de roubar e machuca-los, eles ainda o torturaram dizendo que iam cortar as partes íntimas dele.

_Meus avós falavam que pra ouvir um rádio tinham de ficar com os ouvidos bem perto do aparelho, pois se alguém os ouvisse e percebessem que estavam orando e escutando programa luterano, denunciavam e eles eram punidos, pois, não podiam falar da religião luterana.

Além de todas as histórias cruéis que Seu Norberto e Dona Luíza vivenciaram e ouviram de seus familiares, para aprender a língua alemã era necessário fazer aula particular – escondida, é claro.

Norberto:

_Eu tive aula particular de alemão, o professor era pago pra vir em nossa casa nos dar aula, porque na escola nós estudamos até o quarto ano. Nós tínhamos de aprender as duas línguas: português, porque era obrigatório e alemão, porque era a língua que falávamos em casa. Por ser proibido falar em alemão fora de casa, meu finado pai e o da Luíza pagavam professor pra nos dar aula em casa. Até mesmo o ensino confirmatório, tínhamos de estudar em casa.

Seu Norberto também conta da dificuldade que pastores alemães enfrentaram na região. “Nosso pastor Jorge Burgüer, contava que veio da Alemanha, enviado pela igreja Luterana para cá, mas viu muita coisa. Passou por muito sangue e muito cadáver durante a segunda guerra”, disse.

Dona Luíza, conta muitas histórias vivenciadas por ela e sua família, que mexem com seus sentimentos.

Luíza:

_A gente colocava a bíblia dentro do forno e tampávamos com lenha para não serem encontradas. Todo mundo fazia esse tipo de coisa. Todos escondiam seus objetos alemães, ma,s muitas vezes, erámos pegos e as bíblias, queimadas.

Em algumas dessas ocasiões, a família de Dona Luíza corria para a mata temendo por suas vidas. “Nós dormíamos no mato, e, pela manhã, papai olhava se o pessoal tinha ido embora, pra gente poder ir pra casa. Passávamos a noite assim, por medo eles nos matarem,” contou.

Ao finalizar nossa entrevista, Dona Luíza me convida para almoçar e, já bem à vontade e entre risos, o casal se diverte mostrando que sabem bater um bom papo em alemão.

Observação:

A transcrição da entrevista foi corrigida, pois a mesma escrita como na conversa original ficaria com ortografia incorreta.

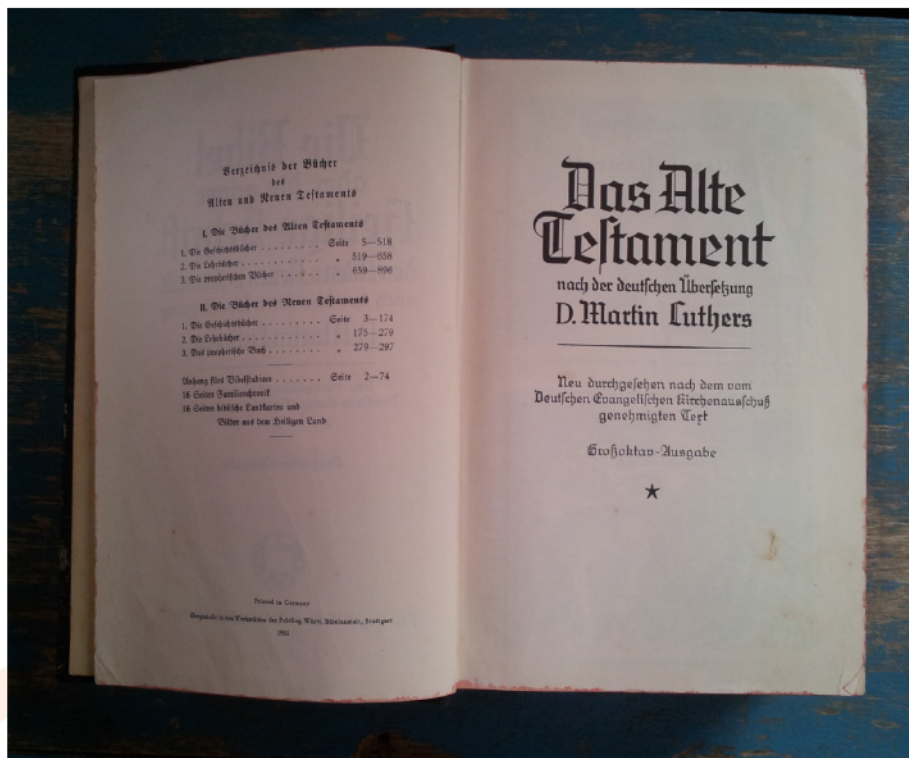
Anexo 24



Norberto e Luíza Raasch
(Foto: Elaine Zambon)

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

Anexo 25



Bíblia em alemão da família.

(Foto: Elaine Zambon) Faculdade Unida de Vitória


Anexo 27

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

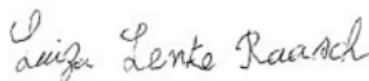
Eu LUÍZA LENKE RAASCH, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora (Elaine Zambon e José Mário Gonçalves - orientador) do projeto de pesquisa intitulado "**IMIGRAÇÃO SEM LAR: CONFLITO RELIGIOSO NA REGIÃO DO VALE DO RIO DOCE – ES (1930-1945)**" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos arquivos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Colatina, 28 de setembro de 2014

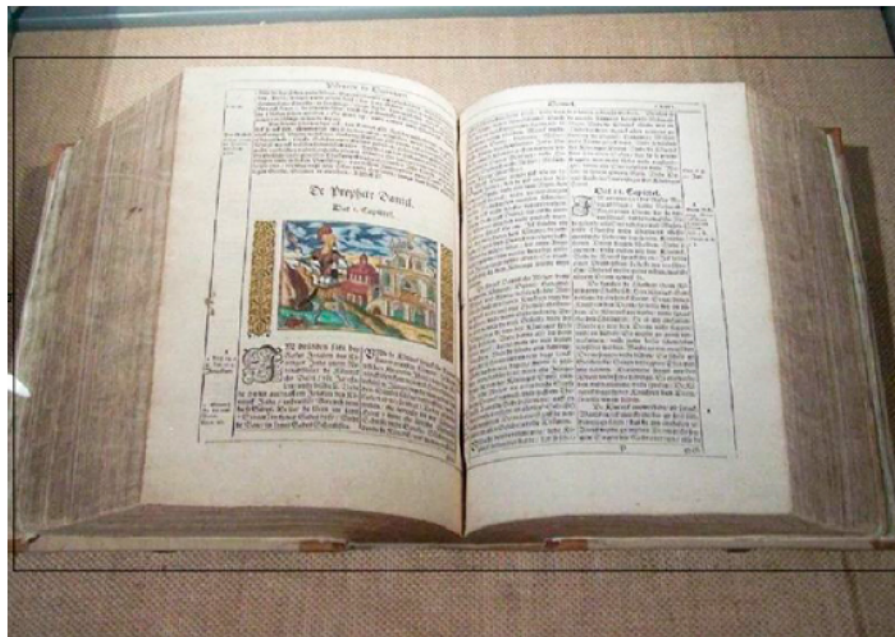


Elaine Zambon



Luiza Lenke Raasch

Anexo 28



A Bíblia "Pomerana" exposta em museu (SEIBEL, 2010, p. 116)

Anexo 29



Imigração Alemã - Rio Grande do Sul

(Imagem: Divulgação / <http://estrela-riograndedosul.blogspot.com.br/>)

Anexo 30



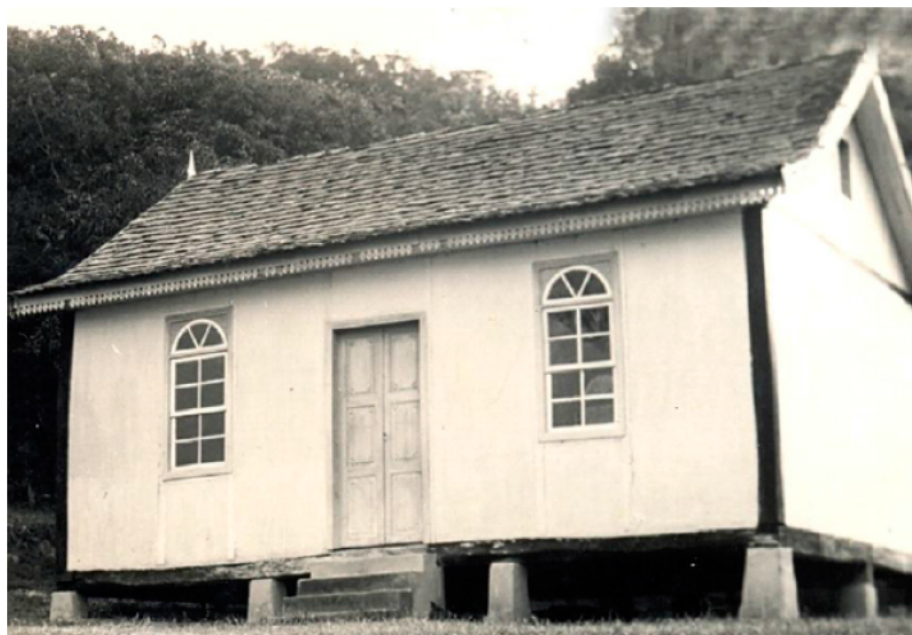
Casas na zona rural de Blumenau, no final do século 19
(Imagem: Divulgação / <http://www.imigracaoalelesc.com.br/>)

Anexo 31



Imigração Alemã no Espírito Santo
(Imagem: Divulgação / www.vilanoticia.com)

Anexo 32



“Gemaindeschau” (Escola da Comunidade – Santa Maria de Jetibá)
(SEIBEL, 2010, p. 143)

Anexo 33



A Venda (SEIBEL, 2010, p. 537)

Anexo 34



Anton Laurett- Alto Jequitibá.
(Imagem gentilmente cedida por P. Anivaldo Kuhn / SEIBEL, 2010, p. 540)

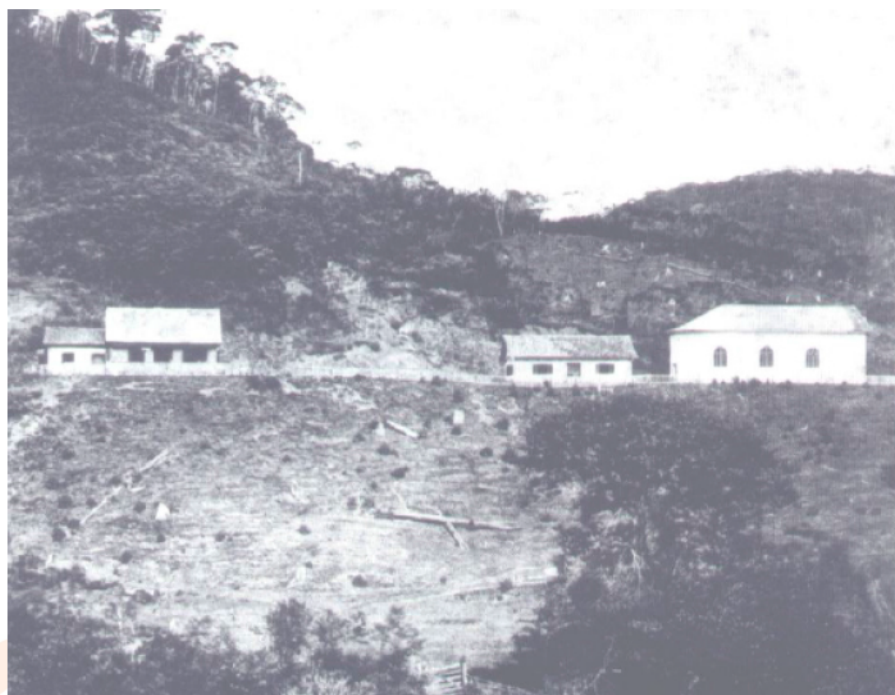
Faculdade Unida de Vitória

Anexo 35



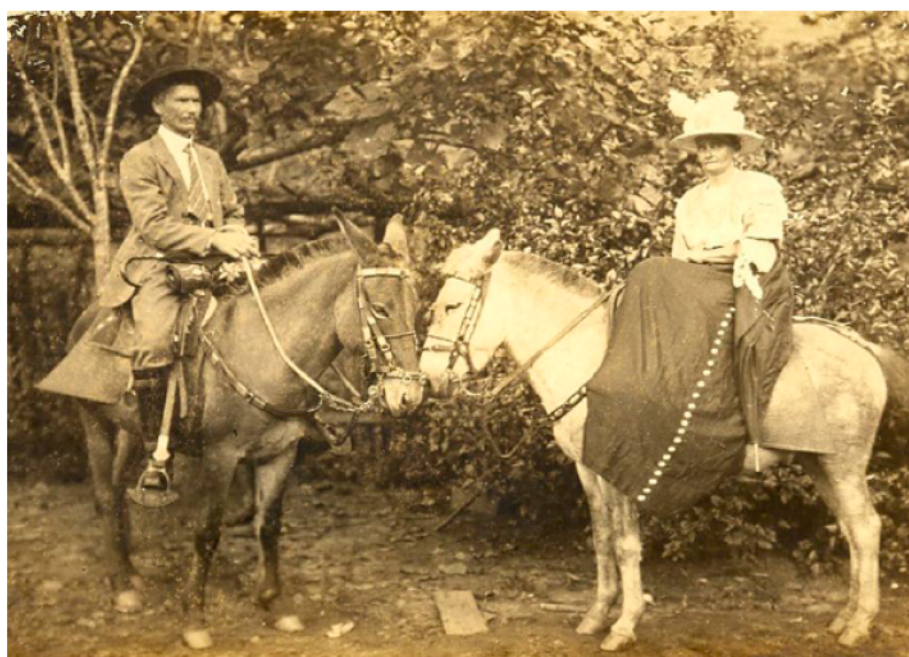
Escola-Igreja - Rio Claro - 1900]
(Imagem gentilmente cedida por P. Anivaldo Kuhn / SEIBEL, p. 554)

Anexo 36



Primeira Capela e casa paroquial da Colônia (SEIBEL, 2010, p. 135)

Anexo 37



Um casal de colonos indo para o seu culto dominical
(SEIBEL, 2010, p. 136)

Anexo 38

ENTREVISTA

Angélica Kamke

Nascido em 1978

(Entrevista concedida dia 30/05/2015)

Angélica Kamke é moradora da região norte do Espírito Santo e divisa com Minas Gerais – Baixo Guandu, neta de descendentes de alemães, que, no período estudado vivenciaram os conflitos gerados pela Nacionalização do Governo Getulista e da Segunda Guerra Mundial. Em algumas visitas a comunidade onde mora sua avó, Maria Shuwambar kamke, foi uma das pessoas que negaram ter presenciado essa época, mesmo com toda a família dizendo o contrário. Com isso, é perceptível que as rupturas e cicatrizes que ficaram na vida desses teuto-brasileiros são muito fortes. Infelizmente, após minha visita, a Sra. Maria veio a falecer, e o avô de Angélica, Sr. Rodolfo kamke já havia falecido, há anos. Com isso, pedi a ela que recordasse de momentos em que seus avós falavam sobre o assunto.

_ Na época dos “pate paus”, nessa região, os alemães eram bem isolados. Aqui tinha muita mata, construíam suas estradas, igrejas e casas em mutirão. As igrejas eram, geralmente, localizadas em morros para, de longe, ficar visível e também para ouvir melhor o sino. As estradas se arriavam um burro: punha carga nele e soltavam morro à cima. O lugar que o burro passava era o melhor pra se fazer a estrada.

_ As casas eram feitas altas do chão, com assoalho de madeira. Embaixo das casas se fechavam cômodos e guardavam as ferramentas, faziam queijos, torrava-se café, moía-se milho pra fubá etc.

_ Os “bate paus” vinham com espingardas e porretes, sempre a cavalo. As mulheres e crianças se escondiam dentro de casa e eles entravam debaixo da casa montados e batiam com os porretes no assoalho, colocando terror.

_ Roubavam mantimentos, ferramentas, animais. Roubavam também colchas, lençóis, panos de prato, toalha de mesa, por que eram bordadas. A produção das colchas era uma tradição passada de mãe pra filha, então, em toda casa com filhas meninas tinham as colchas, e eles roubavam. As máquinas de costura não eram esquecidas, pois toda casa tinha. Eles usavam para fazer as peças de roupas e colchas. Também eram levadas.

_ Meus avós contavam que, quando não encontravam o que queriam, quebravam alguma coisa: fornos de fazer o broudt (pão alemão), chiqueiros de porco, ou faziam pior.

Angélica que recorda muito bem das histórias que ouvia, sabe como tudo aconteceu, mas, já não se lembra dos nomes. Conta uma história que ela mesma identifica como a que mais a marcou:

_ As histórias são horríveis. Uma vez meus avós me contaram que os bates paus foram a uma casa e, nessa casa, tinha uma adolescente. A mãe e o pai da menina guardaram o dinheiro da colheita de café no forno e colocaram lenha na frente. Então, eles reviraram a casa toda, mas, não acharam o dinheiro. Amarraram o homem, jogaram mel nele e naquela época os travesseiros eram de pena de galinha. Rasgaram e jogaram as penas nele. E, por fim, não satisfeitos, eles estupraram a menina. A mãe conseguiu fugir com os filhos menores pra mata. A menina foi mandada pra vila Valério pra casa de uns tios, pra conseguir um casamento lá., pois, lá, ninguém sabia da história que aconteceu com ela aqui.

Diversas outras histórias como essas ela ouviu durante sua infância e adolescência. Em todas, os bate paus roubavam as famílias alemãs e as maltratavam.

_ Todo o roubo e maldade eles diziam que era imposto que os alemãs tinham de pagar, mas, meu avô falava que eram bandidos e, devido à segunda guerra, os alemães eram bem marginalizados aqui na região.

Anexo 39



Angélica Kamke

Imagem: Arquivo Pessoal

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

Anexo 40



Do lado direito vê-se Maria Shuwambar kamke(in memoriam) e Rodolfo kamke (in memoriam).

Foto: Arquivo pessoal – Imagem com mais de 20 anos.

Anexo 41

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu ANGÉLICA KAMKE FREDERICO, CPF _____ RG _____
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora (Elaine Zambon e José Mário Gonçalves - orientador) do projeto de pesquisa intitulado **“IMIGRAÇÃO SEM LAR: CONFLITO RELIGIOSO NA REGIÃO DO VALE DO RIO DOCE – ES (1930-1945)”** a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos arquivos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Colatina, 30 de Maio de 2015



Elaine Zambon



Angélica Kamke Frederico

Anexo 42



Getúlio Vargas, com outros líderes da Revolução de 1930, em Itararé-SP, logo após a derrubada de Washington Luís.

Foto: Divulgação

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória

Anexo 43



Segunda Guerra Mundial

Foto: Divulgação

Anexo 44



Crianças sentadas sobre os restos de sua casa, danificada pelas bombas alemãs nos subúrbios de Londres durante a Segunda Guerra Mundial.

Foto: Divulgação

Anexo 45



Tropa britânica no Dia D – 1944. (Capitão J. L. Evans. IWM. Getty Images)

Foto: Divulgação

Anexo 46

Uma revelação gravíssima

Mais de duzentas propriedades agricolas onde não se fala o portuguez

O Serviço Nacional de Recenseamento acaba de ter conhecimento que um dos agentes recenseadores, ao qual coube uma larga faixa do Estado do Espirito Santo, percorreu cerca de 425 kilometros, a pé e a cavallo, do districto de Jequitibá, municipio de Santa Leopoldina, naquella Estado, não encontrando um só individuo, naquella região, que falasse portuguez. Para fazer o censo

que contractar interpretes pomeranos desses sectores circunvizinhos teve e alemães.

Segundo observação com autoridade censitarias naquelle Estado, tal é o alheamento desse nucleo colonial ao meio brasileiro que os proprios decedentes dos colonos, nascidos aqui, tambem não falavam nem entendem a lingua portugueza.

D'agora em diante, segundo comunica o Serviço de Recenseamento, aquella região ficará incluída nas cogitações que o assumpto merece.

9d.di

CERTIFICADOS DE RESERVISTAS

de jovens reservistas de todas as apresentaram-se á 1.^a Circumscriçãõ coronel Manoel Henrique Gomes, das classes cõvocaadas, que o ados de reservistas se prolongará serviços Especiaes, nos Quarteis e umscripção.

16 PAGINAS
300 réis

Trecho da capa de 'o imparcial' de 18 de dezembro de 1940

Imagem site <http://midiacidada.org/>

Anexo 47

ENTREVISTA

Prof. Dr. Sérgio Luiz Marlow

Doutor em História Social – Universidade de São Paulo (USP).

Pós-doutorando no PPGHIS da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

(Entrevista concedida dia 09/07/2015)

1. Com a Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas e o abasileiramento que seguiu com o Estado Novo, qual sua opinião sobre a relação "Estabelecidos e Outsiders" no que diz respeito aos imigrantes italianos (católicos / chegados desde o império com apoio religioso e social) e imigrantes alemães (luteranos / isolados tanto religiosa quanto socialmente)?

Realmente, se compararmos os imigrantes alemães e italianos que vieram para o Brasil, perceberemos que os imigrantes italianos, digamos assim, se "adaptaram" ou foram mais aceitos que os imigrantes alemães. Isso se nota, especialmente, na questão da religiosidade, enquanto que os italianos, por serem católicos, estavam mais próximos do que esperavam das autoridades brasileiras, os alemães, a maioria deles, protestantes, teve dificuldades e foram vistos como um grupo, muitas vezes, isolado. Isso fica ainda mais claro na época do Governo Vargas com a Campanha de nacionalização, quando todos deveriam falar a língua portuguesa. É verdade que também os italianos foram perseguidos (especialmente a partir do momento em que o Brasil entrou em guerra contra o Eixo, composto por Alemanha, Itália e Japão), mas, as maiores perseguições ocorreram, de fato, contra os imigrantes alemães, pelo fato de a maioria não falar o português, atrelado à questão da religiosidade protestante, no caso, luterana.

2. Já ouviu falar sobre os "bate-paus"? Conhece alguma história? Qual a relação existente entre esses 'estabelecidos' com as violências cometidas contra os alemães?

Já ouvi o termo, mas não usei em meus trabalhos. Evidente que muitos alemães sofreram perseguições, especialmente, na época do Estado Novo e da Segunda

Guerra Mundial. Para você ter uma ideia, muitos pastores foram presos pelo fato de pregarem em língua alemã. Pelo que sei comerciantes tiveram seus estabelecimentos depredados. No sul do país, tem uma Igreja Luterana que foi queimada e inclusive, um luterano, que foi preso, morreu na prisão.

O professor Sérgio Luiz Marlow, escreveu um artigo que conta um pouco desta história. Está na Revista Horizonte - Revista de Ciência das Religiões (PUC-MG) com o título: A perseguição a luteranos durante as décadas de 1930 e 1940 no Rio Grande do Sul.

3. Com sua experiência nas pesquisas sobre imigração no ES, como vê o isolamento vivido pelos imigrantes na chegada ao estado?

Os primeiros imigrantes que chegaram ao Espírito Santo foram os alemães, em 1847. Foram fundadas as colônias de Santa Isabel, em 1847, e, em 1857, em Santa Leopoldina. O isolamento, no meu entender, se deve em parte, a própria condição em que foram colocados estes imigrantes. Lá, deixados, procuraram, então, no seu grupo étnico, não apenas sobreviver, mas, também se organizaram localmente. Neste sentido, colaboraram a Igreja Luterana e as escolas paroquiais justamente ligadas à Igreja. Em parte, o isolamento é uma característica destes grupos de imigrantes, por outro lado, o isolamento reflete também a falta de assistência das autoridades brasileiras, haja visto haver colocado os imigrantes em precária situação de vida.

4. O que acredita ser o verdadeiro motivo da relação de estigmatização existente entre imigrantes e descendentes estabelecidos (Italianos) e alemães outsiders?

Não sei se é possível afirmar que os italianos foram os “estabelecidos” e os alemães os “outsiders”, numa divisão clara disso, conforme proposta por Norbert Elias em seu livro. O que estou querendo dizer é que realmente os alemães foram mais perseguidos no Estado Novo, enfrentaram mais dificuldades a fim de serem considerados brasileiros, realmente se isolaram na maioria dos casos, mas, os italianos também sofreram, nem todos foram assimilados. É verdade, entretanto, que

realmente os italianos, por causa da língua, mais próxima do português, e da religião, católica, não sofreram tanto. Entendo que, em certo sentido, todos os imigrantes de alguma forma podem ser definidos como “outsiders”, enquanto que os nativos são os “estabelecidos”.

Anexo 48



Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 22/06/2015.

Prof. Sérgio Luiz Marlow

(Imagem: Arquivo pessoal/Facebook)

Anexo 50

ENTREVISTAProf^a. Maria Cristina Dadalto

(Entrevista concedida dia 10/07/2015)

1. Com a Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas e o abasileiramento que seguiu com o Estado Novo, qual sua opinião sobre a relação "Estabelecidos e Outsiders" na relação imigrantes italianos (católicos / chegados desde o império com apoio religioso e social) e imigrantes alemães (luteranos / isolados tanto religiosa quanto socialmente)?

Primeiro, quero esclarecer que falo à partir de narrativas que ouvi de entrevistados e de leituras. Bom, primeiro sempre houveram muitos conflitos por motivos variados, mas, a minha percepção nesta relação estabelecidos e outsiders é que, de alguma forma, os italianos se sentiam mais estabelecidos do que os demais imigrantes e, como a maioria absoluta, senão a totalidade (é difícil dizer que todos) era católica e a religião era um grande elemento de coesão a dar suporte às relações sociais no interior da colônias, os conflitos se intensificaram com a campanha de Getúlio, até porque, alemães se mantiveram também com o suporte da igreja unidos em pequenos grupos e falando a língua, sendo "obrigados" a mudar sua cultura (parar de falar o alemão) de forma muito abrupta.

Os italianos, por sua vez, como eram muitos italianos de diversas Itálias - não podemos esquecer que eles não eram exatamente italianos quando aqui chegaram, mas sim, vênnetos, sicilianos, genoveses. Enfim, várias etnias a falar dialetos que, para se unir e se constituir, aprenderam o português mais rapidamente. Até porque, muitas vezes, era mais fácil ser compreendido em português do que no dialeto de origem e as missas para os católicos eram em língua comum. Tudo isso, fortalece a representação de uma relação estabelecidos (italianos) e outsiders (alemães).

2. O que acredita ser o verdadeiro motivo da relação de estigmatização existente entre imigrantes e descendentes estabelecidos (Italianos) e alemães outsiders?

Penso que podem existir vários: a religião, a língua, o modo como representavam o trabalho e outro que pouco aparece, mas, é importante; A maioria dos imigrantes italianos era analfabeta, camponeses e, entre os alemães, havia mais pessoas com formação, qualificação. O orgulho alemão, que Elias fala no livro os “Alemães”, não se perdeu porque vieram para o Brasil. Isto é uma hipótese, não fiz estudos que comprovem, quero deixar claro, mas, estavam todos na mesma situação: com pequenas terras, pobres, mas uns tinham mais conhecimento do que os outros. Esta diferença precisa ser sublimada e representada.

Anexo 51



Profª. Maria Cristina Dadalto.

(Imagem: Arquivo Pessoal / Facebook)

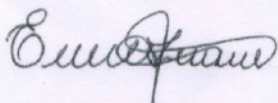
Anexo 52

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

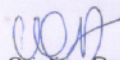
Eu MARIA CRISTINA DADALTO, CPF _____, RG _____ depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora (Elaine Zambon e José Mário Gonçalves - orientador) do projeto de pesquisa intitulado "IMIGRAÇÃO SEM LAR: CONFLITO RELIGIOSO NA REGIÃO DO VALE DO RIO DOCE - ES (1930-1945)" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos arquivos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Colatina, 10 de julho 2015



Elaine Zambon



Maria Cristina Dadalto